

Histórias de trabalho
da
Receita Federal do Brasil

7º concurso - 2016

Prosas e poesias

Gráfica Imprensa Nacional



Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Fazenda

Henrique Meirelles

Secretário da Receita Federal do Brasil

Jorge Antônio Deher Rachid

Subsecretário de Arrecadação e Atendimento

João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva

Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal

Antônio Henrique Lindemberg Baltazar

Chefe da Divisão de Memória Institucional

Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 7º Concurso Histórias de Trabalho da RFB

Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão

Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF

Abigail Aparecida dos Santos - Sufis/Cofis

Carlos Roberto Block - Suara/Coef

Rudimar Radatz - DRF/Santo Angelo

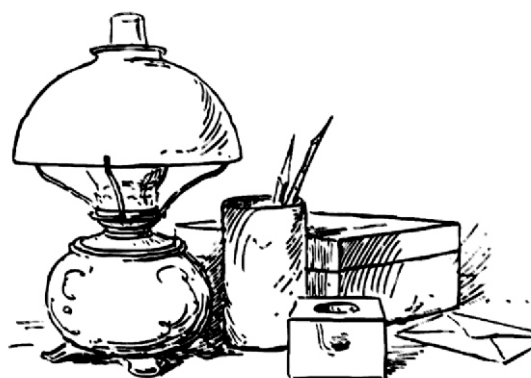


Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

*Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil*

7º Concurso - 2016

Prosas e Poesias



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional

Copyright 2017 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação
Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa
Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica
Márcio da Silva Ezequiel

Impressão e acabamento
Imprensa Nacional

Tiragem
1000 exemplares

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal / Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2017

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 7º Concurso, 2016.

259p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Sumário

Apresentação	IX
Prefácio	XII
Prosas Premiadas	
Você merece uma cidade melhor	17
Presente de aniversário	35
Contagem física	45
Menção Honrosa	
Os bastidores do desenvolvimento de Declaração Eletrônica	59
Prosas Classificada	
A chegada no interior com a família.....	73
A eloquência de um olhar	76
A história do Vilson/Wilson	79
A Receita em terra legal	81
Aprendizado	86
ARF-Caçador/SC	90
Argúcia feminina	95
Auditor poliglota	98
Aventurando-se na fronteira: Saint-Georges de l'Oyapock	101
Aventuras aduaneiras em Dionísio Cerqueira	105
Causos, micos e acaso	112
Como minha história se cruzou com a da Agência de São Jerônimo	119
Dê-me licença, preciso instalar-me	124
Final de expediente	129
Geraldo	131



Histórias de Cumbica	135
Histórias de um concursado	138
Infausto abraço (A história não contada)	142
Licitação: Todo cuidado é pouco!	150
Mais um pouco de histórias	154
Meu primeiro Concurso Público	163
Minha vida em Belém	169
O capuz e a armadura: o servidor público como cobrador de impostos	173
O dia em que a vaca entrou.....	176
O dia em que eu descobri sobre as paixões que nós servidores não somos permitidos ter em pleno exercício das funções	179
O homônimo	185
Papel aceita tudo - Os riscos físicos das declarações entregues em formulários	189
Receita Federal nas Olimpíadas Rio 2016	192
Sou do tempo do IUM (sou antiga mas não velha)	198
Um encontro inesperado na Aduana	202
Um minuto de fama	204
Um parcelamento - uma vida	207
Um TCC que virou realidade	211
Poesias Premiadas	
NAF	217
Oito casamentos... e uma apreensão	223
De camelô a servidor	231
Poesias Classificadas	
A alegria na compensação/liquidação	245
A comunicação social da Receita	247
A filha do dono	250



Datilógrafo espécie extinta	252
Meu caso de amor com a Receita	254
O juiz e o ITR	256
O lado social da Receita Federal	258
O otimista	260
Satisfação na repartição	261
Seguem-se os dias	264



— |

| —

— |

| —

Apresentação

“Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências.”

Maurice Halbwachs. A memória coletiva.

A memória institucional é um produto coletivo. Ainda que não consensual, de um modo absoluto, faz convergir visões e perspectivas variadas que em sua multiplicidade compõem o que chamamos de real. Testemunho das ideias, os textos escritos explicam a conduta individual e a própria vida das instituições, isso porque a história é escrita por homens e mulheres que fazem o mundo na medida de seus sonhos, ideias, vontades e esforços.

Partindo dessa reflexão amparada no texto em epígrafe, apresentamos mais uma edição do livro Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil. Tratam-se dos trabalhos selecionados na 7ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil, realizado no ano de 2016.

O concurso, instituído em 2010, tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho apresentados por servidores da instituição, ativos ou inativos.

Esta edição do concurso abrangeu duas categorias: depoimento verídico em prosa e depoimento verídico em poesia. Foram inscritos 62 trabalhos, advindos de várias localidades do país, aproximando as diversas Regiões Fiscais.



A comissão julgadora selecionou três trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias. Esta coletânea reúne todas as histórias classificadas, sendo 37 em prosa e 13 poesias, completando um total de 50 trabalhos, números que superaram a produção do ano anterior. São narrados aspectos marcantes, interessantes ou pitorescos do dia-a-dia de servidores da Receita Federal.

Somadas às seis edições anteriores, já são 293 histórias que compartilham momentos vivenciados na fiscalização, no atendimento ao contribuinte, na aduana, e em outras áreas da instituição. São histórias de trabalho sem deixarem de ser histórias de vida. Mesclando experiências e impressões pessoais dos servidores, não raro, no mesmo espelho das lembranças, aparece refletido o contribuinte em sua mais cotidiana imagem de cidadão.

Esta edição apresenta-se ilustrada com os desenhos premiados no 5º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da Receita Federal do Brasil, o que certamente vem a dar maior encanto à obra que ora se apresenta.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso. Premiados ou não, são todos dignos de aplausos. Com os trabalhos enviados, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta sétima coletânea, legamos à posteridade as experiências dos autores, as quais passarão a integrar o acervo da Memória Institucional da Receita Federal do Brasil.

Agradecemos à toda equipe da Divisão de Memória Institucional, sob a competente chefia de Fabiane Paloschi Guirra, com destaque para os colegas Márcio Ezequiel, diretamente envolvido na organização e revisão deste volume, e Márcia Palma de Azevedo, responsável pela diagramação e projeto gráfico.



Agradecemos, por fim, também ao Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Carlos Roberto Occaso, e ao Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Antônio Deher Rachid, pelo apoio e incentivo constante às ações de preservação da Memória Institucional.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Antônio Henrique Lindemberg Baltazar
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal



Prefácio

Anualmente, oportunizados pelo Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal, em sua 7ª edição, os servidores desta casa nos oferecem um pouco de seu tempo para registrar e oferecer, ao conhecimento dos demais colegas e cidadãos, diversos relatos e memórias sobre suas vivências laborais. Rememorar um caso inusitado, narrar uma experiência relevante, quer de suas conquistas, quer das dificuldades cotidianas de trabalho, é um exercício de reflexão e alteridade tanto para quem escreve quanto para quem lê.

Significa saber colocar-se no lugar do outro, entendendo seus pontos de vista, livre de pré-concepções e valorizando a memória e ornamentos da cultura. Uma canção de 1970, *Walk a mile in my shoes*, popularizada na voz de Elvis Presley, poderia ser a trilha para muitas das histórias narradas aqui: ande uma milha com meus sapatos diz a letra.

Como referido nas edições anteriores, além de vívidas leituras sobre o passado recente da Receita Federal, os textos ora publicados fornecem material para nosso acervo de Memória Institucional, assim como serão fontes de informação para os historiadores da Administração Pública no futuro. Iniciativas como essa têm sido desenvolvidas pela Divisão de Memória Institucional da RFB, sob a Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal, sendo de grande relevância para o amadurecimento e manutenção de uma identidade funcional integradora de saberes e conhecimentos adquiridos pelos servidores no exercício de suas atribuições.



- XIII -

O “Histórias de Trabalho da Receita Federal” tem demonstrado o quão ricas e diversificadas são as situações e os desafios enfrentados pelo seu corpo funcional, sem perder a unicidade da alma que põe na busca constante da excelência a realização de nossa Missão Institucional.

Carlos Roberto Occaso
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Ex-Subsecretário de Arrecadação e Atendimento



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Prosas Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

5º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

1º Lugar



Autor: Miguel Celino Reis, 8 anos

Responsável: Raimundo Sidney Rodrigues Reis – DRF/Juiz de Fora

Prosas Premiadas

Primeiro Lugar

Você merece uma cidade melhor

Marcos Libório Fernandes Costa

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Demac/São Paulo-SP

Ingressou na Receita Federal em junho de 2010, no cargo de Auditor-Fiscal, na Alfândega do Aeroporto Eduardo Gomes, em Manaus, Amazonas. Atualmente exercendo a chefia da Divisão de Fiscalização 2 na Demac/SP.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Você merece uma cidade melhor

O Airbus A320 vindo de São Paulo tocou a pista 28 do aeroporto internacional Eduardo Gomes exatas 13:00 horas de um domingo de junho de 2010, após sobrevoar a selva amazônica por uma hora, sobrevoo esse onde só se distinguiam árvores – milhares delas - e rios – dezenas de rios - e, findo aquele impressionante tapete de infinitos tons de verde recortado por finas serpentinhas azul-escuras, finalmente se descortinou a imensa clareira aberta na mata que é a capital do Amazonas, Manaus.

Ao deixar o climatizado terminal de passageiros fui recebido calorosamente por uma lufada de ar quente e úmido, calor sempre presente por aquelas bandas, faça chuva ou faça sol, no inverno ou no verão, de manhã e à noite. E à tarde. E de madrugada.

Calor e umidade eram companheiros inseparáveis dos exóticos habitantes daquelas paragens, postos pela natureza – o calor e a umidade - para convencimento dos humanos de que aquele pedaço do universo não lhes era favorável. Mas o homem, bicho estranho e irredutível, firmou o pé ali, primeiro por causa da borracha, depois pelo videocassete de quatro cabeças a preços de Miami, em seguida pela motocicleta japonesa monocilíndrica e, depois, com a ajuda do ar-condicionado, acabou teimando em ficar naquele lugar, mesmo contra a vontade da natureza, no fim das contas pela mandioca e pelo açaí mesmo. E pelo coentro. Muito coentro.

O resultado é que estando sujeito a um calor infernal de um lado, e ao onipresente ar-condicionado de outro, se é submetido diuturnamente – nativos e visitantes indistintamente – a um cruel processo de pasteurização, o tempo todo indo do frio para o calor úmido e deste para aquele, como se fôssemos o produto da ordenha de vacas, para ser



purificado de todos os bichos que pudessem corrompê-lo, antes de ser entregue ao consumo. O resultado eram os resfriados eternos.

O taxista que me levou ao hotel no centro da cidade, rasgando a avenida Constantino Neri de ponta a ponta, só se preocupava em encontrar no porta-luvas do carro um CD musical de sua autoria, no qual fazia um “cover” – bom, por sinal - do *Waldick Soriano*. Para minha sorte, apesar de sua completa desatenção na condução do veículo enquanto tocava “*Eu não sou cachorro, não!*”, não abalroamos nada e nem ninguém, pois a cidade estava deserta, em virtude do êxodo humano dos dias anteriores em direção à festa de Parintins, onde o boi Garantido enfrentava o boi Caprichoso numa disputa de vida ou morte.

Nessa triunfal chegada à minha primeira lotação na Receita Federal, notei que os poucos habitantes daquela cidade se moviam lentamente, tanto os funcionários do aeroporto e o motorista de táxi quanto o “*concierge*” do hotel e o garçom do restaurante. Moviam-se muito lentamente, eu diria, o que soube depois tratar-se da tal da *leseira*. Esses eram os manauaras, os nativos de Manaus. Ao som de “*Perfume de Gardênia*” desembarquei eu mesmo minhas malas, ao mesmo tempo em que declinava a compra do CD “cover”, para desgosto do taxista, e me instalei no segundo andar do antigo hotel com vista para os fundos do imponente Teatro Amazonas.

Sem água no hotel para um banho – situação que se tornou desagradavelmente corriqueira - sem restaurante no local, fui obrigado a me aventurar pela redondeza em busca de refeição num local suspeito, onde tudo – absolutamente tudo – tinha gosto de coentro. Por isso, ou apesar disso, contraí a primeira infecção intestinal de uma série, fruto da ausência na minha flora intestinal paulista de certa *fauna* local (bactérias, vírus e protozoários manauaras). É o que os médicos chamam de *mal do viajante*.

Não havia como prevenir esse mal, assim como não havia prevenção para a malária e a dengue, onipresentes naquela região inóspita.



O máximo que se podia fazer era tomar a vacina contra a febre amarela e se besuntar de repelente para evitar as picadas dos sinistros mosquitos. E correr para o Hospital Tropical em caso de suspeita das doenças.

Soube depois de serpentes cruzando vias principais da cidade, de um cidadão alvejado por flecha após uma briga de bar, botos que se transformavam em gente em noite de lua cheia, mas meu infortúnio pessoal limitava-se mesmo aos constantes resfriados e infecções intestinais. E a saudade de casa.

Pois tudo aquilo parecia extremo demais para um paulistano de 40 anos, (mal) acostumado a bons serviços, eficiência e eficácia e agilidade, a uma padaria em cada esquina, um restaurante em cada rua, uma feira em cada bairro, *um chopes e dois pastel* em qualquer lugar e a qualquer hora.

Eu havia chegado a Manaus, mas pelas peculiaridades do povo e do lugar, parecia ter chegado a *Macondo*, a cidade imaginada pelo realismo mágico de Gabriel Garcia Marques. Embora possuísse bem mais que *vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos*, Manaus fazia-me sentir um legítimo e desafortunado *Buendía*, sem um *Melquíades* para conduzir-me ou uma *Úrsula* para consolar-me.

Sentia a melancolia e nostalgia de cem anos de solidão.

Mas estava disposto a suportar aquilo tudo; e a ser resiliente como na canção que encerra o drama almodovariano *Ata-me*: *“Resistiré, para seguir viviendo... y aunque los vientos de la vida soplen fuerte, soy como el junco que se dobla pero siempre sigue en pie!”*

...

Mas a “capital do Amazonas é cidade grande”, diziam-me entusiasticamente, antes da viagem, aqueles que não iriam para lá. Quase



dois milhões de habitantes, universidades (uma federal e uma estadual, além de várias particulares), shopping centers, aeroporto e porto internacionais etc. Não podia ser assim tão ruim.

No *atacado*, Manaus parecia um bom lugar.

A descoberta de que ali estavam instalados comércios de marcas famosas me trouxe mais tranquilidade: afinal, as grandes redes comerciais podem ser dispensáveis numa cidade como São Paulo, mas em um ambiente *sui generis* como *Macondo*, digo, Manaus, seriam úteis para garantir uma qualidade razoável, sem a presença marcante do coentro. Pura ilusão.

No primeiro dia de trabalho, resolvi tomar um chá-mate. Dentro do aeroporto havia uma “*Rainha do Mate*”, rede conhecida no Sudeste, portanto escolha acertadíssima. Ledo engano: ao pedir um trivial “mate com leite”, recebi como resposta: “Não temos mate”. Como assim? A máquina estaria quebrada, portanto tive que me contentar com um suco de cajá. Se fosse temporário já seria bizarro, mas passei meu ano e meio em Manaus sem conseguir provar um copo daquele mate, sempre indisponível... na “*Rainha do Mate*”!

Caso semelhante ocorreu numa cadeia internacional de pizzas. Dessa vez com um grupo de colegas da Alfândega ouvimos de uma cândida atendente que a pizza tinha acabado. A pizzaria não tinha pizza! Não se tratava de um pedido exótico, não de um *boeuf bourguignon*, *crepe suzette* ou *caviar*, mas de uma mísera pizza de mozzarella, na pizzaria...

Numa também famosa rede de lanchonetes, ouvi de um outro cliente que seu lanche (um *cheeseburger*) viera sem o hambúrguer! Sem falar que eu estava esperando há quase meia hora por meu lanche num *fast food*...

Padarias? Sim, havia duas ou três... na cidade inteira! Ah, claro, certa vez também não havia pão numa dessas padarias... isso me levou, em meu delírio de abstinência de *pão com manteiga na canoa*, a desenvolver



uma teoria que justificasse essa ausência tão elementar - a de que para haver padarias eram necessárias duas coisas: esquinas e portugueses. Em Brasília, a exemplo de Manaus, também há poucas padarias, mas faltam a ela as esquinas, todos sabem, por culpa de Lúcio Costa. Em Manaus, sobravam esquinas, mas se não havia padarias só poderia então ser por falta de cidadãos de Portugal em profusão.

Feiras livres? Dizia a lenda haver uma no *Laranjeiras*, mas ninguém nunca viu, assim como se comenta sobre cabeça de bacalhau e enterro de anão. Mercados? Vários, mas com preços elevados e qualidade muitas vezes duvidosa. Carne fresca? “Não temos”, só congelada. Verduras e legumes frescos? Somente a peso de ouro: um quilo de sálvia custava a fábula de mil reais! Isso porque – assim como *José Arcádio Buendía* percebeu em relação a *Macondo*, em sua expedição em busca do mar – percebi que Manaus era uma ilha, cercada de selva por quase todos os lados. Em Manaus quase nada se planta, nada se cria, tudo se transforma... em mais selva. Exceto mandioca. E coentro.

Por todos esses fatores descobri, então, em minha experiência, e cunhei a expressão, que Manaus podia até ser boa no *atacado*, mas era muito complicada no *varejo*.

Como que para confirmar essa minha impressão (e expressão), li na lateral de um dos ônibus que por ali circulavam, ainda no primeiro dia na cidade, a caminho do hotel, a bordo do taxi do *Waldick Soriano cover*, o incredivelmente dúbio slogan da capital amazonense:

...

Os nomes das pessoas e a linguagem diferente também tornavam aquele lugar deveras exótico. Minha corretora de seguros era dona *Michelina*. Certo dia liguei para ela e fui atendido por sua assistente, a *Katiusha*. Conheci pessoalmente um *John Lenon*, e mais de um *Uóshitom*, grafado assim mesmo.



A mania de dar aos filhos nomes que eram resultado da junção de parte dos nomes dos pais também era clássica, como *Raifran* (Raimunda + Francisco) o que me causou um calafrio quando pensei que meu filho poderia ter se chamado *Neumar* se tivesse nascido ali (Neusa + Marcos).

Em relação às expressões e palavras que os manauaras usavam, o termo ***agorinha*** não estava para acontecer, era passado, já tinha acontecido. ***Sua alma sua palma*** queria dizer: cada um com seus problemas. À tarde era comum a preguiça, ou ***leseira***, mas se fosse persistente era ***leseira baré***. Para confirmar esse status, bastaria perguntar ao interlocutor: ***telesé***, algo como “tu é leso, é”. E se batesse a ***leseira***, o que acontecia sempre, melhor ir embora, ***borimbora***.

Nem com nojo era o que poderiam te dizer, como uma veemente negação. Nada propriamente relacionado ao nojo em si, quando então usavam a expressão ***pitiú*** (cheiro forte de peixe). Já se concordassem contigo, você se tornaria um ***Pai d'égua***, alguém legal. Essa expressão servia também para designar uma coisa boa. E se, além de ser um ***cara*** legal, acertasse em cheio um palpite, diziam ***no olho***.

O fato de chamarem rotatória de bola, como a famosa rotatória do bairro Colorado, me surpreendeu na primeira vez que alguém me orientou a contornar a bola do Colorado para chegar ao meu destino. Mas e o GPS? Não funcionava! Por uma estranha interferência sideral o mapa aparecia ligeiramente deslocado da posição geográfica plotada, inviabilizando o funcionamento do aparelho. Proximidade com a linha do Equador? Interferência magnética? Leseira dos responsáveis locais em compensar o desvio geográfico para viabilizar o recurso?

Nunca descobri...

Também, com relação às expressões e palavras diferentes, chamavam qualquer pessoa, conhecidos e desconhecidos, de mano. E um doce de mandioca sem nenhum resquício de amendoim era um pé-de-moleque. Acintoso!



Aliás, mandioca era a matéria prima onipresente, desde a tapioca no café da manhã, passando pela farinha de flocos gigantes no almoço, até o tacacá de goma e jambu à noite. Se o Forrest Gump tivesse sido filmado em Manaus e não no Vietnã, ao invés do camarão, as receitas do futuro Bubba Gump teriam como base a famosa raiz: mandioca com tucupi, bolinho de mandioca com pirarucu, tambaqui empanado na farinha de mandioca, pato no tucupi de mandioca brava, tapioca de farinha fina de mandioca com tucumã, mandioca assada com coentro, croquete de mandioca, sopa de mandioca com carne de sol, escondidinho de carne seca com mandioca, bolo de mandioca, pudim de mandioca...

Tudo isso tornava Manaus cada vez mais incompreensível, mais fantástica, mais Macondo do que nunca para mim, um estrangeiro em seu próprio país.

Assim como no interessante filme francês “A Riviera não é aqui”, que circulou entre os colegas tão estrangeiros em Manaus quanto eu, e que retratava um funcionário público francês que queria ir para a Riviera, mas foi obrigado a conviver com os moradores do norte do país, em Nord-Pas-de-Calais, procurávamos pensar que aquela experiência não duraria muito, que logo poderíamos voltar para nossas casas, invariavelmente ao sul daquele lugar, “Back down south”, como cantavam os Kings of Leon.

...

Na Alfândega do próprio aeroporto Eduardo Gomes, fui assinalado ao trabalho no despacho de importação do terminal de cargas, o TECA. Depois de pouco tempo assumi a chefia do setor, muito mais pela minha idade avançada e pelo desespero do antigo chefe em achar um substituto que o permitisse ir embora - o que me fazia parecer mais apto à direção - do que por qualquer experiência anterior ou talento especial, que eu não tinha.

Logo no primeiro dia a secretária do setor - Dona Salustiana - nos recebeu com cara de poucos amigos, mas demonstrando uma eficiência



acima da média. Com o tempo fui conhecendo melhor a Tiana e, como acontece nas melhores amizades, fomos gradualmente nos ajudando e compreendendo melhor um ao outro. De inimigos mortais - eu, pelo simples fato de ser paulista, ela, pelo simples fato de ser manauara - nos tornamos grandes amigos. Ela até me confidenciou, entre tantas inconfidências sobre meus predecessores, o porquê da prevenção dos manauaras contra os sulistas, principalmente esses paulistas metidos: “porque só pensam em trabalhar, não se divertem...”

O chefe anterior, Androvski, tão logo me convencera a assumir a lide, havia deixado um armário fechado a chave atrás de minha mesa, desaparecendo desde então. Quando perguntei a Tiana se a chave havia ficado com ela, respondeu com um sorriso maroto:

Tiana: O Androvski mandou te entregar a chave só quando o avião dele decolasse...

E então me dei conta de que aquela minha experiência como chefe seria muito mais emocionante do que eu esperava.

...

Por uma dessas coincidências da vida, 60% das mercadorias que a Alfândega do aeroporto desembaraçava eram componentes eletrônicos, minha especialidade, pois havia cursado exatamente essa área técnica vinte anos antes. Isso me deu uma certa vantagem competitiva em relação aos meus colegas Auditores, pois terminava meu trabalho sempre antes pela facilidade de identificar as mercadorias sujeitas a inspeção. O que gerou também um caso pitoresco.

Numa inspeção de rotina, o importador trazia resistores, componentes eletrônicos que são identificados até hoje por anéis coloridos pintados à sua volta. Embora eu não lembrasse de todas as cores, lembrava que o último anel era o da tolerância, ou variabilidade do componente. Se fosse um ótimo componente, deveria ter um anel marrom, o que significa tolerância de 1%.



Ocorre que nessa inspeção o despachante aduaneiro estava particularmente loquaz, o que normalmente é sintoma de que há algo errado ali. Pedi a ele então que me identificasse uma mercadoria, cuja especificação era de tolerância de 1%, anel marrom.

Ele prontamente me entregou outra, com anel prata, o que significava tolerância de 10%. Questionei-o, então:

Eu – Escute, senhor: sua empresa realmente aceita utilizar componentes de pior qualidade em seus produtos? Veja aqui, a especificação é de tolerância de 1%, mas este resistor tem 10% de tolerância!

Resultado: ele empalideceu, balbuciou alguma coisa incompreensível, e no resto da inspeção aceitou resignado todas as inconsistências identificadas em suas mercadorias.

Ri muito depois com os colegas, porque o pobre diabo deve ter pensado assim: “Puxa, esses fiscais estão muito preparados, até código de cores dos componentes eles aprendem!”

...

O trabalho na importação absorvia toda minha atenção e energia, tornando um pouco mais breves meus dias naquele lugar tão exótico.

Mas tendo passado o susto inicial, depois de uns seis meses, comecei a entender a lógica e os costumes daquele povo tão diferente de mim mesmo e, ao mesmo tempo, tão brasileiro quanto eu. Nesse período de adaptação fui até malcriado, reconheço, recusando um peixe que me foi oferecido com simpatia e um wishful thinking: “quem come jaraqui não sai mais daqui”. Não, obrigado!

Mas como não recordar as inesquecíveis costelas de Tambaqui grelhadas, o Pirarucu amazônico com banana pacovã e outras receitas sofisticadas com os excelentes peixes de água doce da região. Mesmo o improvável Joelho de Porco grelhado, que alternávamos com a carne de sol



com queijo coalho e a unha de caranguejo na Cachaçaria do Didi eram muito saborosos, acompanhados ou não de um bom suco de graviola ou cupuaçu gelado. Até o coentro, cum grano salis, começou a apetecer.

E o que dizer da imponente floresta amazônica, que começava no meu quintal na Ponta Negra e se estendia, à direita, até onde a vista podia ver, sendo substituída ao sul pelo não menos majestoso Rio Negro, que surgia gigante e humilde por trás do Hotel Tropical – o antigo - e emoldurava os espetaculares finais de tarde manauaras, quando o sol vibrante em seu poente parecia querer esconder-se entre o segundo e terceiro andares do famoso hotel, parecia querer entrar numa das suítes decoradas com temas indígenas para também assistir de camarote aquele imenso desfilar de águas escuras em direção oposta ao seu próprio trajeto, em direção ao mar.

E o misterioso encontro das águas era outro espetáculo impressionante, ininterrupto, que acontecia ali pertinho, a jusante de Manaus, sustentando por quilômetros a separação dos rios como se houvesse uma parede invisível deixando ao sul o barrento Solimões e ao norte o escuro rio Negro, impedindo caprichosamente a mistura, como se fossem água e óleo. Mais impressionante ainda se visto do alto, a bordo de um helicóptero Black Hawk do Exército - o mesmo que resgatou os corpos do acidente da GOL 1907 e ajudou na operação de resgate de prisioneiros das FARC na Colômbia - como tive o privilégio de ver.

...

Certo dia, como que para sacudir a monotonia do trabalho de despacho, surgiu um caso diferente para minha análise: haviam sido retidos na inspeção da bagagem de passageiros vários aparelhos que desbloqueavam os canais das operadoras de TV pagas, os populares “gatos”, ou speednets, como eram conhecidos genericamente por causa de uma marca específica, mais ou menos como a gilette está para a lâmina de barbear.



Para quem trabalhou na aduana nessa época, é muito vívida a lembrança de que o speednet era um produto absolutamente irregular, mas que quase não havia meios legais de barrar sua entrada no país. Todos os envolvidos nesse tipo de fiscalização então lutavam freneticamente para barrar sua importação, mas não havia muitos meios de fazê-lo: não se tratava de produto contrafeito ou pirata, nem de importação proibida, nem vedado explicitamente por nenhuma lei brasileira. Praticamente o único modo de impedir sua entrada era caracterizando que essa bagagem acompanhada – como era normalmente trazido o aparelho – teria finalidade comercial. Mas isso também era difícil, dependia de prova constituída pela fiscalização.

Pois o cidadão – um Raifran, para variar - havia desembarcado em Manaus pouco antes da Páscoa com quinze desses aparelhos, vindos diretamente de Miami, e jurava que seriam para uso pessoal. Vários outros viajantes já haviam passado com um ou dois aparelhos, mas quinze com uma só pessoa era forte indício que esse manauara queria mesmo era ficar rico às custas da exploração comercial do uso alheio de sinal das operadoras à cabo.

Quem possuía tino fiscal, ou ao menos tivesse lido um ou dois contos do inspetor Maigret, já pressentia: permitir o speednet seria abrir uma brecha para entrada de outros produtos nocivos ao mercado e ao consumidor brasileiros. E quando se abre uma tal brecha, é difícil conter a avalanche que se segue. Como diz o caipira em sua humilde sabedoria: onde passa um boi, passa a boiada.

Travava-se então uma guerra silenciosa e intensa entre a Autoridade Aduaneira e os contrabandistas de plantão, que trabalhavam incessantemente para abrir tantas brechas quantas possíveis no controle aduaneiro. Uma guerra discreta e capilarizada, longe dos holofotes, mas intensa e difícil em que, quando se dá conta, o que separa o inimigo da conquista do território é apenas um punhado de soldados maltrapilhos,



esfarrapados, mal-armados. Raifran tinha sido ousado: apostou nessa brecha para passar quinze aparelhos de uma vez, esgarçando-a. Perder essa batalha poderia nos ter levado à condição do governador Apolinario Moscote em Macondo, ou seja, a de uma “autoridade ornamental.”

Num belo dia lá veio então o confiante Raifran. Tiana o anunciou, não sem antes me recomendar cautela, enquanto me entregava uma fatia generosa de pudim de tapioca de sua lavra, envolta em guardanapo. Raifran entrou em seguida na minha sala, sentando-se à minha frente, junto com o irmão Devlin e o tio Talison. Quando perguntei a razão de ter importado tantos aparelhos, ele disse, sem pestanejar:

Raifran - Olha doutor, são para meu uso pessoal, tenho sete tevês em casa e meu irmão Devlin mais cinco. O resto é para o tio aqui.

Irmão e tio apenas assentiram positivamente, sem coragem de confirmar a estória de forma mais peremptória.

Isso acendeu meu alerta amarelo.

Eu – Seu objetivo então não é vender nenhum desses aparelhos?

Raifran – Não, senhor, de jeito nenhum! É tudo pra meu uso e da família...

Eu disse então a Raifran que iria analisar o caso e me manifestaria no processo administrativo que ele havia protocolado. Saíram os três de minha sala reafirmando o caráter não comercial daquela importação.

Desconfiadíssimo daquela versão, imediatamente acessei os sistemas internos da Receita Federal e logo descobri que Raifran era sócio de uma empresa de informática no Veiralves, o melhor bairro de Manaus: o alerta amarelo tinha passado para um estridente vermelho.

E antes que o trio pudesse voltar ao seu QG e atrapalhar minha estratégia investigatória, saquei o telefone e liguei para a Rainfran Informática, sendo atendido pelo simpático Ridoel, funcionário do lugar.



Ridoel – Rainfran Informática, pois não?

Eu - Olá, gostaria de saber se vocês têm o speednet.

Ridoel - Puxa, rapaz, estamos sem... MAS SEMANA QUE VEM TÁ CHEGANDO UM NOVO LOTE! Patrão me confirmou isso...

Eu, refreando a excitação - ... e quanto custa?

Ridoel – Seiscentos (reais)... mas vale a pena, viu, *mano!* Destrava tudo que é canal!

Intraduzível em palavras a minha emoção naquele momento. De posse dessas evidências, pude indeferir o pleito do *proto-importador*, retendo a mercadoria perniciosa. O caráter comercial revelou-se não apenas pela quantidade, mas também pelo valor: na nota fiscal de Miami, cada aparelho havia sido adquirido por 25 dólares, ou pouco mais de 50 reais pelo câmbio da época...

Impossível não lembrar de *Elliot Ness* e de como pegou *Al Capone* por crime diverso do principal, por sonegação fiscal, e não por contrabando de bebidas e outros crimes, como gostaria. E justiça seja feita: quem bolou essa estratégia não foi *Ness*, que era do Tesouro, mas um agente do Fisco americano (IRS), Frank Wilson.

Ainda que por vias diversas – a caracterização de comércio – havíamos conseguido barrar a entrada no país daqueles produtos, frustrando a *mega venda* de Páscoa do Raifran. Eu senti, *mutatis mutandis*, a mesma satisfação que sentiram *Ness* e *Wilson*.

Pensei, já articulando em *manauarês*: *é pai d'égua, no olho!*

...

Após alguns meses, a Justiça Federal proibiu a importação dos *speednet* com base em demanda das operadoras a cabo, que reclamavam do uso indevido do sinal, perpetrado por meio desses aparelhos.



Essa guerra estava vencida definitivamente, mas era apenas uma das muitas que se travavam diariamente nos diversos pontos aduaneiros deste imenso país, em todos os portos, aeroportos e pontos de fronteira sob controle da Aduana do Brasil por muitos heróis anônimos.

...

Depois de um ano e meio em Manaus recebi, com *mixed feelings*, a notícia de que seria removido de localidade. Nesse momento passei a refletir sobre a experiência que tive, sobre o sentido de tudo aquilo, sobre as lições aprendidas. Depois dessa aventura amazônica, fui removido para outro tipo de selva, a capital federal, talvez mais desafiadora e incompreensível ainda que a primeira.

No aeroporto Eduardo Gomes, à espera de meu último voo só de ida, de um lado um sentimento de alívio por voltar à civilização, aos modos fidalgos, às padarias e feiras livres que são o *berço* de nossa cultura ocidental.

E, de outro, de nostalgia por deixar para trás amigos e lugares tão diferentes e curiosos. Apesar do coentro.

Tiana, que vinha emburrada desde que soubera de minha saída próxima de Manaus, chorou na minha despedida, e ao enxergar a amizade em seu olhar, estando ambos na mesma sintonia, a abracei com os olhos marejados, pois percebi então que ela havia compreendido melhor aquele paulista que só pensava em trabalhar, mas que também se divertia de vez em quando.

E eu havia compreendido melhor aquela descendente de índios devoradora de tapioca e açaí, que tinha um ritmo de vida diferente, filha de um pedaço desconhecido do Brasil, longínquo e ignorado por muitos. Um pedaço do Brasil meio mágico, meio *Macondo*, mas ainda assim repleto de brasileiros como eu e você, caro leitor.



Manaus não se acabara *em um pavoroso rodado de poeira e escombros, centrifugado pela cólera do furacão bíblico* como *Macondo* e, ao contrário, talvez estivesse melhor do que quando cheguei, talvez estivesse mudada. Ou será que mudei eu? Talvez Manaus fosse, naquele momento, **uma cidade melhor**, como prometia a propaganda de duplo sentido.

Minha missão ali estava cumprida, era hora de partir, *borimbora, mano!*



Segundo Lugar

Presente de aniversário

Leonardo Muinhos de Paula

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Sete Lagoas-MG

Ingressou na Receita Federal em julho de 2005, após aprovação no concurso para o antigo cargo de AFTN de 1994. Trabalhou em Caxias do Sul, Brasília e está em Sete Lagoas desde 1999, onde foi Delegado entre 2003 e 2008. Atualmente trabalha para a Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit) na modalidade de Trabalho Remoto e na atividade de Auditoria de Gestão.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Presente de aniversário

Era 28 de março de 2007, dia de meu aniversário, e eu participava do segundo dia de uma reunião de administradores da 6ª Região Fiscal, em Belo Horizonte, como Delegado da DRF de Sete Lagoas. As discussões tratavam principalmente da unificação entre a Secretaria da Receita Federal (SRF) e a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), que criava a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). A nova instituição entraria efetivamente em funcionamento cerca de um mês depois, no dia 2 de maio.

A Superintendente da 6ª RF, sra. Lêda Domingos Alves, explicava as diretrizes superiores que norteavam o processo de criação da RFB e todos os procedimentos que as unidades deveriam adotar para o seu sucesso. Havia muita expectativa entre os Delegados, pois sabíamos que o desafio seria grande.

A unificação entre a SRF e a SRP era ainda uma interrogação, pois alguns percalços haviam adiado, menos de dois anos antes, a definitividade de sua implementação. O papel dos Delegados seria o de facilitadores da implantação da RFB, com busca de soluções, dentro de suas competências, para questões que envolviam espaços físicos, conhecimento de novas legislações, formas diferentes de execução dos trabalhos e, especialmente, pessoas. Sem dúvida era um momento de apreensão, mas com a confiança de que a nova Receita Federal seria um sucesso graças à qualidade dos servidores.

A Superintendência da 6ª RF precisava de unidades para a realização de pilotos de atendimento unificado de assuntos fazendários e



previdenciários durante o mês de abril. Como a Delegacia de Sete Lagoas era uma unidade de pequeno porte, com poucos servidores, jurisdição pouco extensa, apenas uma Agência, localizada na cidade de Pedro Leopoldo, bom ambiente de trabalho e com um corpo de funcionários dedicado e de qualidade, decidiu-se que ela atuaria como unidade piloto. Essa decisão já havia sido tomada dias antes e foi apenas confirmada naquela reunião de administradores.

A reunião transcorria de acordo com o esperado pelos Delegados até o momento do intervalo da tarde daquele dia 28 de março. Cantaram parabéns nesse intervalo, com direito a bolo e brigadeiros. Mal sabia eu que o presente ainda estava por vir.

Encerrada a comemoração, voltamos para a reunião e o assunto mudou de foco. A Superintendente começou a discorrer sobre a necessidade de ajustes nas unidades da 6ª RF e que seria aproveitado o momento da unificação para realizar esses ajustes. Sem dúvida era um risco, mas um risco controlado na avaliação da Superintendência. O tempo demonstraria que a avaliação estava correta.

A apresentação da nova estrutura da 6ª RF começou. Eram novas unidades previdenciárias, criação e extinção de Agências, ajustes pontuais de jurisdições de municípios, e assim foi sendo apresentada cada Delegacia: Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia, Juiz de Fora ... Éramos treze Delegacias, mas nada de se falar sobre as Delegacias de Sete Lagoas e Curvelo na apresentação. Ficamos para o final.

A Delegacia de Sete Lagoas era situada em um município com cerca de 210.000 habitantes àquela época, que se destacava por ser polo das indústrias siderúrgica e automotiva. A unidade tinha um histórico de ter sido uma Agência que pertenceu às Delegacias de Belo Horizonte, Contagem e Curvelo, antes de se tornar Delegacia em abril de 1998. A sua jurisdição alcançava parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, fato que resultava em concentração de grandes contribuintes.



Foi apresentado um slide com as áreas das jurisdições das Delegacias da 6ª RF e não era possível identificar a então jurisdição da DRF de Sete Lagoas naquele slide. Antes de qualquer questionamento, veio a informação da sra. Superintendente: a DRF de Curvelo seria extinta e a DRF de Sete Lagoas assumiria a jurisdição da unidade extinta, passando a DRF de Curvelo a ser uma Agência da DRF de Sete Lagoas.

O assunto foi tratado como uma proposta a ser discutida na reunião. Como a DRF de Curvelo enfrentava alta rotatividade de servidores, com dificuldade para fixar os novos auditores-fiscais e analistas-tributários, a decisão irreversível era de que a unidade não mais permaneceria como Delegacia. Após diversas argumentações, a proposta colocada em discussão foi entendida como a mais viável. A DRF de Sete Lagoas já havia demonstrado a sua capacidade de trabalho e a aposta na unidade era, em tese, a mais apropriada. O presente de aniversário começava a ser aberto e ele seria compartilhado com muitas pessoas.

Não se pode dizer que a alteração da jurisdição de Sete Lagoas era uma surpresa, pois o assunto era recorrentemente citado nas reuniões, mas sempre se pensando em algo mais restrito, com alterações envolvendo municípios próximos, em especial municípios das Delegacias de Contagem e Belo Horizonte.

O que víamos ali na apresentação era uma alteração muito maior, a Delegacia passaria de seus 21 municípios e distâncias que não chegavam a 70 km da sede, para 77 municípios, situados a até cerca de 550 km a noroeste e 450 km a nordeste da sede da Delegacia, ocupando grande parte de Minas Gerais, conforme pode ser visto nos mapas a seguir. De uma jurisdição que alcançava uma população de cerca de 900.000 habitantes, saltaríamos para 2.000.000 de habitantes sob a nossa responsabilidade. E de uma única Agência, passaríamos a ter seis Agências, sendo que duas delas, Pirapora e Unaí, já precisariam ser fechadas assim que a alteração se concretizasse. E mais do que dobraríamos os nossos recursos humanos da



noite para o dia, passando de menos de 50 servidores para cerca de 110, sendo diversos oriundos da Previdência.



1: Antiga jurisdição da DRF/Sete Lagoas

2: Jurisdição proposta para a DRF/Sete Lagoas

O momento já era desafiador devido à criação da nova Receita Federal. Acrescentar uma alteração de jurisdição daquele porte era uma realidade acima de qualquer expectativa.

A condução da apresentação pela sra. Superintendente foi no sentido de trazer tranquilidade para as unidades envolvidas, seja pela criação da RFB, seja pela alteração das jurisdições. Mas sabíamos que a tradição da antiga DRF de Curvelo, uma das primeiras Delegacias de Minas Gerais, localizada em cidade com forte influência política, pesava muito e não seria fácil comunicar as alterações para os servidores e para a população.

A reunião foi finalizada no dia seguinte, 29/03, e começamos os procedimentos do trabalho piloto de atendimento unificado no início de abril nas unidades de Sete Lagoas e Pedro Leopoldo. Os servidores envolvidos, tanto da antiga SRF quanto da antiga SRP, colaboraram muito e tudo transcorreu de maneira bastante positiva.

Sabíamos que as culturas das duas Secretarias eram diferentes, assim como os sistemas de informática, a legislação, a forma de fiscalizar e



até a relação com os contribuintes. Quem vivenciou aquele período sabe que foi um processo longo para vencer as resistências de ambos os lados, mas a RFB se consolidou justamente por ter conseguido explorar o que cada um podia oferecer de melhor.

O mês de abril passou e a preocupação com possíveis problemas em relação à unificação já era bem menor na Delegacia de Sete Lagoas, pelo menos no tocante ao que mais nos interessava: as relações entre as pessoas. A questão, então, era repetir esse bom resultado no novo desafio que se iniciava em maio: receber a antiga Delegacia de Curvelo, as suas Agências de Diamantina, Paracatu, Unaí e Pirapora, com seus servidores e jurisdições. Como convencer aqueles servidores de que a alteração era necessária ou de que seria o melhor a se fazer? Somente por meio de bastante conversa e valorização das pessoas. A decisão estava tomada e todos ganhariam se percebessem que a força da unidade não está só em seu porte, mas no trabalho que executa e isso Curvelo sabia e sabe fazer com qualidade. A contribuição para a sociedade continuaria a ser a mesma.

Nas conversas era fácil identificar dois sentimentos: o receio em relação ao futuro profissional e pessoal dos servidores que mantinham laços com Curvelo e a esperança dos servidores que estavam em Curvelo há pouco tempo e que viam na alteração uma possibilidade de antecipar as suas saídas, pois o histórico de dificuldade de fixação de servidores era uma realidade.

Lidar com esses sentimentos e expectativas foi o maior desafio enfrentado, pois as questões da execução do trabalho traziam situações que sabíamos que seriam vencidas porque conhecíamos a capacidade da Delegacia e de suas Agências. O profissionalismo dos servidores é que tornou possível concretizar com sucesso aquela alteração.

Foram cerca de seis meses de muitos ajustes, com alocação e remoção de servidores, capacitações em assuntos fazendários e



previdenciários, fechamento das Agências de Pirapora e Unai, esclarecimentos para a sociedade, entre tantas outras iniciativas que se fizeram necessárias.

Dentre essas iniciativas, vale destacar o problema do espaço físico que a DRF de Sete Lagoas enfrentava. Com a chegada de servidores previdenciários e com a remoção de auditores-fiscais e analistas-tributários da antiga DRF de Curvelo para a sede da DRF de Sete Lagoas, como comportaríamos tantos novos servidores em um prédio com capacidade projetada para a antiga Delegacia? E era um prédio alugado apenas sete meses antes, com boa estrutura, novo e adaptado para atender a Receita Federal, com investimentos do proprietário para nos atender. A realidade é que o prédio não mais seria capaz de comportar a Delegacia.

Parecendo que os acontecimentos teriam que ocorrer da forma como ocorreram, estava em fase final, ao lado da sede da Delegacia, a construção de três grandes lojas comerciais com áreas que nos atenderiam. Não era o espaço dos sonhos, mas era o possível. Fizemos contatos com o proprietário das lojas e, após autorização da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Patrimônio da União, os imóveis foram adaptados para receber a Seção de Fiscalização da Delegacia, arquivos, almoxarifado e auditório. E com toda a adaptação bancada pelo proprietário, inclusive com interligação física entre as lojas e entre essas e o prédio principal.

Olhando hoje para aquele período, só consigo enxergar as boas lembranças, os desafios vencidos, a união das pessoas. É nas dificuldades que identificamos quem está ao nosso lado. E na construção da nova DRF de Sete Lagoas todos estiveram juntos, desde a Superintendente até o funcionário terceirizado.



E pensar que muito disso começou em uma reunião no dia de meu aniversário mostra, simbolicamente, que um desafio também pode ser um presente. Os parabéns que eu recebi pelo aniversário são, na verdade, para todos os servidores da DRF de Sete Lagoas e de suas Agências que tornaram possível ultrapassar com êxito aquele momento.



— |

| —

— |

| —

Terceiro Lugar

Contagem física

Alberto de Castro Fernandes Júnior

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRJ/Campinas-SP

Exerce desde maio de 2007, a função de julgador.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Contagem física

O tempo passa muito rápido, ou somos nós que envelhecemos mais rápido do que gostaríamos? Essa sensação – a da rapidez da passagem do tempo – é própria dos mais velhos, pois quando dela damos conta, é justamente o que nos resta: cada vez menos tempo! O lado mais cheio da ampulheta da vida é o de baixo; no de cima os últimos, poucos e valiosos grãos da areia.

Lamenta o tempo passado e maldiz o pouco que resta apenas aqueles que têm o que (de bom) lembrar e gostariam de muito mais (ainda) realizar. Ainda bem!

Os fatos aqui narrados (acreditem!) também aconteceram no final do século passado. Há quanto tempo!

Naquela época, eu atuava na chamada “atividade externa” (era um “fiscal de pasta”), sem os instrumentos e os meios de análise atuais, que agora permitem planejar com muito mais eficácia o trabalho. Não dispúnhamos, então, do efetivo conjunto de dados e informações que apontassem os fatos a serem prioritariamente analisados. Tempos românticos! Precisávamos de boas doses de intuição e perspicácia, hoje substituídas por planilhas, arquivos magnéticos e programas computacionais capazes de processar (quase que) instantaneamente milhares de dados.

Vou ilustrar. Demorávamos dias para identificar nos livros contábeis os fatos geradores relevantes ou alguma operação dissimulada. Partidas dobradas, contrapartidas e estornos... Horas e horas folheando livros razões!



Hoje, com alguns simples toques em duas ou três teclas, saltam na tela de nossos computadores colunas de dados organizados exatamente de acordo com as necessidades da análise empreendida. Um espanto, é claro, apenas para aqueles que iniciaram sua jornada pela vida antes mesmo do advento da televisão... Nada de especial para aqueles que vieram depois e receberam, como seu primeiro brinquedo, um “tablet”.

O que mudou nesses vinte anos? Provavelmente (quase)nada, se a perspectiva da análise formos nós mesmos. Apenas a vida se acelerou! Os fatos passaram a ocorrer em tão vertiginosa velocidade, tão rápidos, que já é passado, antes mesmo de nos darmos conta de que aconteceram.

Não pretendo aqui me perder (já me perdendo) em divagações. Volto ao passado. No exercício de nossas atribuições, tínhamos, apesar das nossas limitações tecnológicas, a pretensão de tudo investigar, de esgotar todas as possibilidades de inadimplência: nenhum salário-família poderia ser indevidamente compensado (cada um desses pagamentos deveria ser comprovado até mesmo pelo correspondente atestado de vacinação!); nenhuma rubrica poderia ser omitida da folha de pagamento; não se admitia um único empregado sem registro. Nada poderia deixar de ser verificado!

Tão incipiente o uso de dados informatizados, que os controles administrativos eram basicamente manuais. As informações dos contribuintes eram acumuladas em pastas de papel, organizadas em enormes arquivos de aço que consultávamos ao iniciar os trabalhos e, em cujas pastas, ao final, guardávamos os resultados e as informações obtidas, que depois serviriam de subsídio para as posteriores auditorias.

Bons tempos aqueles! Éramos soldados da causa tributária! Até mesmo o sacrifício pessoal, com o qual muitas vezes realizávamos nossos trabalhos, era justificado pelo argumento da justiça social, verdadeiro dogma, no qual piamente acreditávamos (e, espero que, ainda, muitos, como eu, acreditem)!



Duvidávamos (e, felizmente, ainda creio que muitos duvidem) que houvesse outro mecanismo tão eficiente de garantia e manutenção dos direitos sociais, ou, mais especificamente, dos direitos previdenciários e dos benefícios assistenciais, para onde era destinado cada centavo arrecadado!

Tínhamos nossos alvos preferenciais. Lembro-me de alguns deles: a cuidadosa análise das folhas de pagamento; a confirmação da formalização de todos os contratos de trabalho; a certificação da regularização de obras de construção civil.

Éramos, também, responsáveis pela confirmação das informações essenciais às concessões de benefícios previdenciários. Nada mais nobre: a cada segurado o seu benefício, na exata medida dos seus direitos!

Neste mister, eu realizava longas diligências nos mais distantes e recônditos lugares (inclusive propriedades rurais, lugares incríveis, maravilhosos!), para confirmar se aquele velho, pobre e alquebrado trabalhador rural havia mesmo labutado naquela distante propriedade, capinando, arando, plantando, colhendo, criando, ordenhando... Vencia estradas de terra, buracos, lama, poeira (sem GPS, acreditem!). Às vezes rodava por vários quilômetros, para chegar a lugar nenhum e recomeçar a busca outra vez... Mas, jamais devolvia o “Pedido de Diligência”, sem a certeza de ter esgotado todas as possibilidades; de ter subido cada morro e varado cada grota; de ter atravessado cada pinguela e superado cada charco; de ter perguntado a cada uma das raras pessoas que, tangendo seu gado ou conduzindo seu cavalo, encontrava pelos caminhos:

- Bom dia, Senhor! Estou procurando a “Fazenda Paraíso Perdido”, tenho informações que ela fica perto da “Vila da Curva do Vento”. Já ouviu falar?

- Já, senhor! Mas não fica nessa direção, não. É preciso voltar até a última bifurcação, atravessar a ponte (cuidado, ela foi reconstruída



recentemente, depois que a antiga foi levada pela chuva), e subir a serra. Mas acho que com esse carro o senhor não chega lá: é muito barro, muito buraco e tem uma subida, que só por Deus!

- Muito obrigado! Vou tentar assim mesmo.

Então, determinado, voltava os tantos quilômetros e retomava o caminho indicado. Quantas vezes isso aconteceu... E, apesar dos buracos, das íngremes subidas e das temíveis descidas (quase precipícios!); apesar das pontes (acho que muitas improvisadas) e dos caminhos precários, nem sempre claramente visíveis (verdadeiras picadas), sempre chegava!

Os tempos mudam. Evoluímos? Quem poderá dizer? O futuro, o senhor de todas as razões? Sinto-me, sinceramente, fustigado pela incerteza. Tenho muito mais dúvidas e perguntas, do que respostas. De qualquer forma, vamos aos fatos, que esta não pretende ser uma obra filosófica (até porque nem sei bem o que isso significa), mero contador de história, que gostaria de ser.

Vamos, pois, ao caso.

Foi-me designada a tarefa de fiscalizar um contribuinte que, não obstante se tratar de uma empresa de razoável porte, não recolhia contribuições previdenciárias significativas, consistentes e frequentes. Além disso, funcionava em prédio para o qual não constava ter sido regularizada a obra de construção civil.

Chegando ao local, não obstante ter uma edícula, à guisa de portaria (inclusive com guarita), não havia controle de acesso, ninguém guarnecia o local. Portão aberto, fui entrando... Um grande galpão de alvenaria, muito bem construído, consistente de um único bloco, no centro de um grande terreno plano, localizado na principal avenida do recém-inaugurado Parque Industrial de... (pouco importa, pois isso aqui não vem ao caso).

Cheguei, assim, ao que parecia ser a recepção. Tratava-se de uma sala não muito grande, com duas mesas: uma de frente para a entrada e a outra



posicionada lateralmente à primeira. Havia também duas portas: a da própria entrada (em cuja soleira parei) e outra, entre as duas mesas, e que dava acesso ao interior do prédio propriamente.

Cumprimentei os ocupantes de ambas as mesas e esperei ser convidado para entrar. Recebido o convite, dirigi-me à pessoa que o fez (uma jovem de pouco mais de vinte anos, que estava à mesa voltada para a porta de entrada):

-Pois não! O que o senhor deseja?

Identifiquei-me, acrescentando que pretendia iniciar uma ação fiscal.

Notei que a pessoa que estava à outra mesa (um homem aparentando entre quarenta e cinquenta anos) levantou-se bruscamente e, sem nada dizer, sem nem mesmo levantar a cabeça (como sequer me tivesse visto) e dirigiu-se à porta que ligava a sala em que estávamos às demais dependências do prédio (e que, pelo meu ângulo de visão, parecia ser um grande salão).

Enquanto a jovem se recompunha (certamente antevendo a manobra que o homem iria realizar), agi rapidamente:

- Vou iniciar meu trabalho pela conferência dos cartões do relógio de ponto. É aquele ali, não é (estava instalado na parede, entre as duas mesas, perto da porta de entrada do salão)?

- É, é sim!

- Então, me dê licença, por favor!

Pretendia, também, com a manobra, dar uma rápida olhada no salão (pelo menos de acordo com o que permitisse meu ângulo de visão). E o que vi seria cômico, se não fosse até mesmo patético: um corre-corre de pessoas, olhares espantados, girando a cabeça para um lado, depois, para



outro (como que procurando um lugar para se esconder) e o homem (aquele mesmo que antes estava na recepção) tentando organizar a debandada (assim me pareceu), gesticulando como um maestro confuso, que tivesse esquecido a partitura, mas que improvisava, por não querer parar a música...

Estava claro: seria necessário realizar o procedimento que denominávamos “contagem física”. Por isso, retirei todos os cartões do “relógio ponto” e, com eles em mãos, comuniquei à jovem minhas próximas providências:

- Preciso confirmar se os nomes das pessoas que estão trabalhando correspondem aos nomes que estão nos cartões. A senhorita me acompanha? Aliás, desculpe-me, qual é seu nome?

- Ro-ro-ro-rosa!

E aquele senhor que estava nesta outra mesa, como se chama?

- Lu-lu-lu-luiz, é meu pai, proprietário da empresa!

- Muito bem, Rosa, por favor, me acompanhe?

- Si-si-sim!

Reinava, agora, certa calma no salão, que, confirmando minha primeira impressão, constituía um grande cômodo, sem separações físicas, no qual estavam instaladas várias máquinas, alinhadas em duas fileiras.

Acompanhado de Rosa, dirigi-me, então, aos empregados que operavam cada uma das máquinas e fui entrevistando-os, levantando os dados (nome, função, data de ingresso na empresa), para depois cruzá-los com os das folhas de pagamento e do livro de registros de empregados.

Perfeito: eram vinte e três cartões e vinte e três empregados!



Tudo certo, então?

Nem tanto: e aquelas pessoas que, quando colhia os cartões, vi, de relance, correr para as portas que davam acesso às outras dependências? Visitantes? Fornecedores? Clientes?

O mais intrigante: todos simultaneamente acometidos de premente e intensa necessidade de irem aos sanitários! Pois, ocorreu que, ingressando no salão, observei que, além da porta, pela qual entramos, havia mais outras quatro: as dos sanitários (o masculino e o feminino); outra (aberta) que dava acesso a um corredor (que levava às demais dependências do prédio) e, finalmente, uma mais larga, de metal, que parecia destinada à carga e descarga.

Identificadas as portas, percebi, então, que todas as pessoas que se debandaram, correram para os sanitários.

O Luiz discutia animadamente com o operador de uma das máquinas o que parecia ser um mero problema de produção, procurando demonstrar absoluta normalidade.

Ora, estava claro o que estava acontecendo!

- Rosa, quando aqui entrávamos, observei que várias pessoas se foram para os sanitários. E o interessante é que, mesmo estando identificados como “masculino” e “feminino”, em ambos entraram apenas homens. O que está acontecendo?

- Doutor (era assim que nos chamavam na hora do “aperto”) eu não sei do que o senhor está falando!

- Senhor Luiz, há empregados nos sanitários, não é verdade?

- Desculpe-me, Doutor (novamente, o tratamento “cerimonioso”), não sei... Estou aqui conversando e nem notei se alguém foi para o sanitário...



- Muito bem! Então, por gentileza me acompanhem!

Dirigi-me primeiro à porta do sanitário masculino e, em voz alta, disse:

- Atenção pessoal que está utilizando os sanitários! Sou Fiscal da Previdência Social e estou aqui na entrada, aguardando-os, para identificá-los! Não tenham pressa, podem concluir sem pressa o que estejam fazendo...

Em seguida me dirigi à entrada do sanitário feminino e repeti o procedimento.

Depois de alguns minutos, superadas (eventualmente) as urgências e as necessidades que a todos, em algum momento, naturalmente acometem, colhi, aos poucos, os resultados da iniciativa: os usuários dos sanitários, claramente constrangidos, iam saindo (inclusive dos homens que estavam “usando” o sanitário feminino) e eu fui anotando os nomes, funções e informações sobre o tempo que trabalhavam no local.

Resultado: onze fujões identificados (inclusive os quatro, que, certamente por distração, tinham entrado nos sanitários femininos). Bingo! Todos os evadidos tinham algo em comum: eram empregados sem registro!

Os trabalhos de auditoria prosseguiram nos dias seguintes. E, ao concluí-los, realizei vários lançamentos fiscais, inclusive em relação a não regularização das contribuições previdenciárias sobre a mão de obra empregada na construção do prédio (aliás, em relação a este particular – regularização da obra de construção civil – há outra história, que considero muito interessante, e que, se tiver oportunidade, conto em outra ocasião).

Trabalho concluído: empregados registrados; contribuições lançadas e multas lavradas.



Trabalho concluído? Sim, mas desculpem-me (tenham um pouco mais de paciência...), não é assim que esta história acaba! Tem mais!

Realizados os lançamentos e aplicadas as multas (não foram poucas), voltei ao local para formalizar a notificação do contribuinte.

Assim foi que, munido de um calhamaço de papéis, depois de alguns dias, me dirigi novamente ao local.

Surpresa! Agora havia controle de entrada: a guarita, antes sem uso, encontrava-se ocupada por um zeloso porteiro, que me pediu detalhadas informações sobre as razões da minha presença no local, e, somente depois de me identificar devidamente, manteve contato com a “administração” para anunciar minha chegada.

Assim, tendo entregado as notificações e informando ao senhor Luiz das alternativas legais que lhe cabiam (apresentação de impugnações, recolhimento ou parcelamento), dei por finalmente concluídos os meus trabalhos.

Passando de volta pela portaria, não pude deixar de sentir certa satisfação (diria até mesmo orgulho ou vaidade, se não fosse pecado), ao constatar que, do meu trabalho, além de todos os lançamentos realizados (e dos contratos de trabalho formalizados), tinha resultado mais um emprego – o do garboso e alinhado porteiro!

Singela providência, que, hoje, relembro, não posso deixar de pensar: se tivessem tomado essa providência desde o início, eu não estaria agora contando esta história...

Alguém que me lê – e compreende muito bem o que relato – certamente haveria, por força do hábito, de questionar: e, afinal, o porteiro foi “registrado”?

Aqui não direi! Se, um dia, tiver oportunidade de contar o resto da história (lembrem-se da obra de construção civil, que ainda não havia sido regularizada?), quem tiver interesse saberá!



— |

| —

— |

| —

*Menção
Honrosa*



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

5º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

2º Lugar



Autora: Miriam dos Santos Mito, 9 anos

Responsável: Anderson de Vargas Mito – DRF/Uruguiana

Os bastidores do desenvolvimento da Declaração Eletrônica de Bagagem – e-DBV.

Dirce Ayako Tsunouchi Pagy

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF/Guarulhos-SP

Desde 1997, na Alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, tendo exercido supervisão de diversas equipes de fiscalização de bagagem acompanhada e chefia do serviço de conferência de bagagem acompanhada, atualmente, assistente do gabinete em assuntos de interesse da Dicae/Coana, a exemplo de Manual de Fiscalização de Bagagem Acompanhada, guia do Viajante e sistema e-DBV.

Tudo indica que a história do desenvolvimento da e-DBV se inicia ao redor de 2005, ocasião em que a lotação de servidores decrescia, contrapondo com o mercado aéreo internacional em constante crescimento. Em consequência, os resultados da fiscalização ficaram muito aquém daqueles esperados pelos próprios servidores. Frustração que precisava ser resolvida, encontrando soluções locais, como utilizar a mão de obra do passageiro e melhorar qualitativamente a sua seleção, no Serviço de Conferência de Bagagem Acompanhada – SEBAG da Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos.

Nesse contexto, entre os anos 2006 e 2007, decidimos investir nas seguintes soluções:

- Criar grupo de inteligência para implementação de ações para suprir ausência de informações;



- Obter lista antecipada de informações de passageiros das empresas aéreas, por meio de negociações;

- Sugerir ao Órgão Central – OC sistemas de controle de cotas e pesquisas de passageiros frequentes, interligados entre as diversas unidades para melhor controle aduaneiro (IRPF, sistema conta-corrente, eDPV-Declaração Eletrônica de Porte de Valores, DARF e Termo de Retenção de Bens - TRB); e, medidas que permitissem o uso de cartão de crédito internacional pelos passageiros, para facilitar o recolhimento de imposto.

No entanto, o tempo de resposta da instituição era prejudicial à sua imagem, visto que a equipe de fiscalização de bagagem atua diretamente com os passageiros internacionais formadores de opinião pública. Para corrigir tal situação, um servidor da equipe de fiscalização teve a iniciativa de criar lista de interesses de viajantes, cujo programador do sistema era o que realizava a análise de risco, alimentado pelos dados de passageiros, obtidos das empresas aéreas, e ocorrências passadas. Esse processamento era precário, porém animado pelos excelentes resultados. O servidor o executava solitária e incansavelmente nos intervalos dos seus plantões da fiscalização.

No mesmo período, houve o surgimento, ainda que tímido, de tecnologia em estabelecimentos de pequeno porte, a exemplo de restaurantes, com o seu “palmtop” para registrar os pedidos e as máquinas de débito e crédito utilizadas pelos entregadores de refeição; e a entrada de “smartphones” importados é, mas pela Bagagem. Fatos que inspiraram a disponibilização do sistema de autoatendimento para passageiros declarantes, desenvolvido pela DITECO8.

Nesse ínterim, soubemos da utilização do sistema SIGMA pela DRF/FOZ para o controle de cotas na Ponte da Amizade, enviamos o colega para lá. Em paralelo, esse mesmo servidor participava de reuniões de especificação do sistema Saara.



Estávamos nessa situação, quando ocorreu uma videoconferência, sob a coordenação do Ronaldo Lázaro Medina, assistente do Secretário da RFB, para que as Unidades indicassem colegas com larga e vasta experiência na bagagem para compor o Comitê de Preparação para Eventos Esportivos Internacionais (CPEI), Grupo de Trabalho Específico – Aeroportos (GTE-Aeroportos) - (Portaria RFB n.º 3.019, de 30 de junho de 2011).

À época, exercendo a chefia do SEBAG-Serviço de Conferência de Bagagem Acompanhada, fui indicada para compor o GTE-Aeroportos, no qual todos os aeroportos, que teriam sede da Copa do Mundo-2014, Copol, Cotec, Cogep, Copad, e Coana estavam representados, totalizando cerca de 30 pessoas.

Muitas reuniões e discussões para definir o que poderíamos deixar de legado, aproveitando que a Instituição estava priorizando “bagagem” em decorrência dos Grandes Eventos Esportivos. No início, mais havia exposição de frustrações represadas, devido aos mais diversos recursos que faltavam, inclusive, ouvidos que nos ouvissem, que estava difícil visualizarmos a base do problema solucionável pela Instituição. Então, decidiu-se que era preciso realizar diagnóstico dos aeroportos. Ato contínuo, foi elaborado um questionário e enviado às Unidades, porém, a tabulação não foi conclusiva, pois os dados históricos, quando existentes, careciam de padronização entre si.

Os meses foram passando, houve redução gradativa no número de participantes, talvez, pela descrença de que sairia algo concreto. Já estávamos com número reduzido de integrantes, quando esteve presente à reunião Marcelo de Sousa Silva da COTEC – o idealizador do e-Processo, cujo sistema havia sido recém-implementado. Todos os presentes concordaram que deveríamos seguir para a solução tecnológica. Começaríamos pela identificação de sistemas caseiros utilizados pelas Unidades, para posterior definição do GTE sobre a possibilidade de



aprimoramento de algum sistema em uso ou não. Reunião específica foi realizada. Rogério Santos da ALFGRU apresentou a ideia sobre o uso do aparelho celular para o viajante realizar declaração, o sistema de “autoatendimento”, que já era utilizado na ALFGRU, Sigma Bagagem e Saara. Cada um deles tinha uma especificidade impeditiva que se decidiu por um novo sistema.

Ao mesmo tempo, a Dipav é chamada, período inicial da instituição do Planejamento Estratégico, para nos ensinar como elaborar “Proposição de Projeto” e a utilizar o programa homologado especialmente para essa tarefa. Começamos a entender um pouco e focar em produtos de cada projeto. Escrevo algumas proposições: Instituição do Modelo de Controle de Bagagem Acompanhada, Legislação Bagagem, Sistemas de Controle, Indicadores de Desempenho, Padrão de comunicação, planejamento de Força Tarefa.

Até que o colega Frederico Emmanoel Sales Vasconcellos (Fred) fez um desenho no computador do que seria e-DBA-Declaração Eletrônica de Bagagem Acompanhada, posteriormente, nomeado e-DBV-Declaração Eletrônica de Bens de Viajante, e, se torna, o nosso dedicado gerente, que faz tudo. Lida com a burocracia e o orçamento para aprovar as demandas, convoca reuniões, videoconferências, áudios, redige especificações, revisa a Instrução Normativa, releases, ao mesmo tempo, exerce, durante esse período, ora funções de Inspetor Chefe da Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins – APM/ Fortaleza, ora chefe do Serviço de Vigilância da ALGRU, e, por último, Inspetor do Porto de Fortaleza.

Era apenas o esboço do que se transformou em Proposição de Projeto e-DBA, aprovada pela Administração. Contudo, mal sabíamos o que nos aguardava, seja pelo distanciamento com as atividades da administração central, desconhecimento do complexo processo de desenvolvimento de um sistema pela RFB, ou pela expansão de uma



simples declaração bens para o viajante ao mais moderno sistema de controle e fiscalização de bagagem acompanhada.

Em maio de 2012, ocorreu a primeira reunião de especificação da equipe e-DBV. Foi formada a partir da participação no GTE: Frederico; Douglas Fonseca Coutinho (Inspetor Chefe da Alfândega do Aeroporto de Manaus) e eu; o Rogério dos Santos, que foi agregado por mim; tendo como facilitadores: Medina e Marcelo. O desenvolvimento seria feito pelo Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) de Brasília.

Particularmente, considerava oportunidade única e imperdível para estruturar o setor, apesar das barreiras, das dificuldades para compor a equipe e do curto tempo para a execução das atividades. Era vital a busca da minha melhor versão como mãe, administradora, nutricionista e servidora de atividade única, na bagagem desde 1997, para superar os conflitos, a distância da família com as inúmeras viagens e as longas jornadas das reuniões. Se elas ocorriam em Guarulhos, procurávamos dar o melhor acolhimento possível, envolvendo desde o inspetor às equipes de fiscalização, os seguranças, a faxineira, a cozeira; e, de mimos para os nossos intervalos: café, chá, suco, bolo, pão, fruta, biscoito etc.

Nesse ambiente, detalhamos as atividades, funções, tarefas - que pareciam tudo a mesma coisa, mas vamos lá. Colocamo-nos no papel do usuário: imaginamos situações, detalhamos e tivemos discussões intermináveis de zonas cinzentas, como por exemplo, Admissão Temporária de Bens. Pré-especificação, especificação, tela, homologação, pontos de função, funcionalidade, “captcha”, “templates”, gerente de negócios por parte da RFB e outro do Serpro; mais palavras e funções até então desconhecidas.

Desvendamos esse universo junto com os talentos da casa: o “high-tech”, Douglas, com a sua impressionante agilidade em utilizar as ferramentas eletrônicas disponíveis, pudemos modelar os processos de



trabalho, refletindo no “AS IS” - “como é”, transformando-o em “TO BE” = “redesenho”, dentro dos limites da legislação vigente. Me fez adquirir o livro “O Processo Nosso de Cada Dia – Modelagem de Processos de Trabalho”. A compra foi proveitosa para ampliar os meus conhecimentos, melhorar a minha autoestima (estava me sentindo bem desatualizada com tanto conhecimento tecnológico e estatístico do Douglas) e utilizá-lo no Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada, publicado pela Portaria RFB nº 44, de 08/01/2015.

O visionário – Medina, com a sua rapidez natural, absorvendo as discussões, ainda que, muitas vezes, tivéssemos a impressão de que não estaria nos ouvindo, apresenta o embrião da análise de risco de passageiros “Descrição de um Sistema de Seleção para Tratamento Diferencial de Objetos V-01”, porque seria a 2ª etapa da 1ª fase (outubro/12) e um esboço: Sistema e-DBV/API/PNR/Biometria. Disse-nos que havia escrito as 08 páginas no hotel, após a nossa reunião de especificação inicial do e-DBV. Era um documento de difícil compreensão para mim, porque era composto de termos estatísticos, telas do futuro sistema e como seria a seleção de passageiros.

O mais experiente na execução da atividade com mais de 17 anos na fiscalização de bagagem – Rogério, sempre atento às consequências que poderiam advir do sistema ao usuário. Auxilia no conteúdo do primeiro “APP” - Viajantes, lançado antes do e-DBV. Na verdade, não possuía funcionalidades, apresentava informações e demonstração de cálculo de imposto de importação da bagagem. Entretanto, acredito que o influenciou na visualização do atual layout em forma de “perguntas” no e-DBV-viajante e o APP-Viajante *offline*.

Tínhamos que correr contra o tempo, o “dead line” seria a Copa do Mundo 2014, de 13 de junho a 13 Julho, o projeto foi dividido em módulos, fases e etapas para garantirmos a entrada em produção mesmo que



parcialmente. Muitas atividades foram desenvolvidas em paralelo, para isso foi necessário realizar um “brainstorming” do sistema completo. Nas pausas, não faltaram bate-papos sobre as paixões pessoais, Frederico - “carro”, Douglas - “tecnologia”, Rogério - “futebol” e eu - “Bagagem do Aeroporto de Guarulhos”. Ademais, não podíamos deixar de degustar o meu bolo de cenoura com calda de chocolate (rsrs).

Enquanto a equipe do Serpro produzia o sistema, verificamos que não dávamos conta para especificar outras funcionalidades e o módulo Análise de Risco. Convencemos a entrar na equipe o Ricardo Leal Sanz Zanotto. Na primeira reunião, ficou nevoso, não estava entendendo coisa alguma. Fazíamos cara que sim (rsrs), não podíamos desanimá-lo.

A primeira homologação do e-DBV - módulo viajante, foi de 21/01/13 a 25/01/13, Brasília. Nada funcionava, nem o cálculo do imposto. Indagamos entre nós: isso que é homologação? Não tínhamos ideia. Bom, não deveria ser daquela forma, porque o Polo foi transferido para Curitiba.

Outras reuniões seguiram tratando de assuntos da primeira etapa da primeira fase: módulo viajante (versão “desktop” e “mobile”), fiscal, APP - versão “off-line” e 2ª etapa da 1ª fase – Consultar Viajantes, dependente de ações da Polícia Federal; assim como, realizando o cronograma para homologação, testes e piloto em Guarulhos, incluindo repasse/treinamento e lançamento ao público externo.

Em agosto de 2013, correria dessa imensa equipe de 04 para o lançamento dos módulos Viajante_Web, Aplicativos-APP para “tablets” e “smartphones” e Fiscal. Ações simultâneas para homologar, acertar últimos detalhes, escrever a Instrução Normativa nº 1385/13, revisar a IN RFB nº 1059/10, redigir o “Ajuda”, o release para a imprensa e providenciar a Portaria de Perfis. Rogério improvisa, arranja os equipamentos e grava as orientações em vídeo, mostrando tela a tela e, depois, ministramos treinamento a cada equipe de fiscalização.



Mais multitarefas. Para a divulgação externa, escrevemos o roteiro, pedimos ajuda da ASCOM/08 para produção do vídeo – e_DBV, a Luciana da equipe de fiscalização grava algumas orientações e a equipe acompanha e auxilia o trabalho dos atores. A mão do Fred literalmente aparece na filmagem, demonstrando o uso do APP-Viajantes *off line* no telefone celular.

Era essencial o lançamento simultâneo do Módulo Fiscal e Viajante do e-DBV para permitir a análise de risco dos viajantes declarantes no registro da e-DBV, momento em que haveria a parametrização eletrônica. Além disso, possibilitaria o controle da admissão temporária de bens de viajantes não residentes e emitiria todos os termos necessários às atividades fiscais. Nessa análise de risco simples, o e-DBV carregou a lista de interesse de ocorrências passadas de todos os aeroportos, que representaram 1.300 nomes, sendo cerca de 500 nomes da ALFGRU.

O sucesso desse primeiro lançamento nos deu ânimo na corrida contra o tempo. Restavam apenas 11 meses para lançarmos o APP-Viajantes “*off-line*”, o “Consultar Viagens” a partir das informações do API-*Advanced Passanger Information*, as melhorias do Módulo Fiscal.

Entrou na equipe, então, o Felipe Mendes Moraes, recém-chegado à Dicae/Coana (final de 2013). Mostro a ele o arquivo produzido pelo Medina, em razão da minha ignorância no assunto. Afinal, ele é engenheiro, formado na USP e poderia compreender os termos técnicos e redigir a especificação do que seria a futura “análise de risco”. A partir daí, ficou responsável por essa parte, com inúmeras negociações, entre os diversos órgãos e instâncias para se obter as Informações Antecipadas dos Passageiros – API, dentro do fórum da Conaero – Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias até o Reconhecimento Facial, visto que esses dados seriam o pilar desse módulo.



O Serpro de Salvador estava encarregado de desenvolver o aplicativo Viajantes – “*off-line*”, na plataforma utilizada. Tivemos agradável surpresa na primeira reunião. Haviam mudado a forma de trabalhar com o cliente. Era permitida a troca de informações, cuja técnica consistia em relatar “histórias de usuário”, encurtando o caminho e minimizando erros de entendimento, que, posteriormente, seria ampliada para os demais polos. Dessa forma, esse aplicativo foi lançado em 2014.

Em paralelo, o desenvolvimento do módulo Análise de Risco corria, dependente de ações internas e externas, da licitação pela Polícia Federal da empresa receptora de dados de passageiros enviados pelas empresas aéreas, convênio RFB e Polícia Federal para recebimento de fotos dos passageiros. Também, implicava padronizar a forma e formato de dados a serem recebidos das empresas aéreas, negociar com as suas associações representativas, RFB e ANAC- Agência Nacional de Aviação Civil. O resultado foi alcançado com a publicação da Resolução ANAC nº 255 de 13/11/2012, estabelecendo regras sobre a disponibilização de Informações Antecipadas sobre Passageiros (API) e do Registro de Identificação de Passageiros (PNR).

Apesar desse caminho trabalhoso, começamos a receber os dados API e integrado ao sistema e-DBV no módulo “Consultar Viagens”, vindo a ser lançado em agosto de 2014. E, como temos alguns usuários bem criativos, no afã de utilizar melhor esses dados, brotaram feitos alternativos. Entra em cena o Felipe Jezini Netto, do aeroporto de Brasília, outro colega excepcional, que desenvolve o “Grilo”, que permite utilização daqueles dados e reconhecimento do viajante/alvo através da leitura do código de barras do passaporte, depois foi integrado no módulo da Análise de Risco com o nome “Identificar Viajantes”. Constatou-se que esse método seria possível de ser aplicado em aeroportos que recebem poucos e isolados voos, por acarretar acréscimo de tempo na saída de cada viajante, mesmo que de alguns segundos, impossibilitando o seu uso em aeroporto como o de Guarulhos.



Na ALFGRU, esses dados passaram a ser utilizados para selecionar alvos de risco de drogas, moedas e mercadorias. Essa prática provocou evolução acentuada na gestão de riscos antes mesmo da implementação do módulo próprio em 2015, que permitiu a criação de escopos determinados, porém, ainda, limitados a mercadorias e sem possibilidade de localizar viajantes no momento da sua chegada ao país. Essa restrição conduziu a criação de um grupo específico para que houvesse o aprimoramento qualitativo dos alvos selecionados pelo sistema, deste modo, promovendo a busca de 04 ou 05 fotos em 24 horas, junto a Polícia Federal, adequando às capacidades operacionais de ambos órgãos.

Em 2016, houve o avanço do módulo análise de risco, com a entrada para teste do IRIS - Interface de Reconhecimento de Indivíduos Selecionados, integração do e-DBV com o CPF e inclusão de fotos dos passaportes dos viajantes no Consultar Viagens, recebido com grande entusiasmo pelas equipes de fiscalização, reconhecido nacional e internacionalmente. Porém, como ainda não está em perfeito funcionamento, incluindo o seu acesso por meio do certificado digital, só sabemos que trará melhora significativa na qualidade da seleção, comparada à atual, por consulta estruturada, que tem logrado apreensões relevantes de drogas, dinheiro em espécie, joias, mercadorias em geral.

Finalmente, conseguimos realizar as entregas de partes significativas dos produtos. Agora, caminhamos, sem o nosso maior aliado – Grandes Eventos, que favoreceu todo esse fantástico e inesperado progresso, ao lado de mais colegas agregados na fase de especificação da análise de risco e *DW-Data Warehouse* e participação ativa nas homologações, Renato Alves Regal de Castro, do CERAD – Centro Nacional de Gerenciamento de Risco Aduaneiro, e Paulo José Antunes de Lira, da Bagagem do Alfândega do Aeroporto de Recife.

Não obstante, seguimos acreditando na importância das etapas posteriores para sua consolidação e emprego eficaz do dinheiro público,



que estão em andamento o Viajante Único e integração com o *DW-Data Warehouse*, partes a serem especificadas: controle de estoque, controle de cotas, e-DBV Viajantes e Módulo Fiscal versão 2.0, e-DBV *off-line*, melhoria dos relatórios gerenciais, funcionalidade lavratura do Auto de Infração. Ainda que existam fatores alheios à nossa vontade para o alcance da utilização plena do avanço tecnológico, maximizando resultados da fiscalização em toda a cadeia de processamento de viajantes, uma vez que dependem de recursos humanos capacitados, possuindo perfil e em quantidade adequados.

Por fim, o sucesso dessa construção, até o presente momento, tem ocorrido graças ao feliz encontro de pessoas, tanto da RFB quanto do Serpro, que abraçaram a causa, com senso de oportunidade, para deixar um legado de grandes eventos, e, acima de tudo, a partir de uma grande pequena equipe.



— |

| —

— |

| —

Prosas Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

5º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

3º Lugar



*Autora: Ana Eloah da Silva Erthal Tardin, 7 anos
Responsável: Lourdes Ribeiro da Costa Erthal Tardin
DRF/São José dos Campos*

A chegada no interior com a família

Dioclécio Xavier

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Escor01/1ªRF

Membro de comissões de inquérito e parecerista - ingressou na RFB em outubro de 1984 - chefe da ARF/Paraíso do Tocantins, de 1991 a 1997: assessor do superintendente na SRRF01, de 1997 a 1999; chefe do patrimônio na SRRF01, de 1999 a 2003 e presidente de comissão de desfazimento de mercadorias apreendidas na SRRF01.

Em agosto de 1990, o servidor Dioclécio Xavier foi transferido para a ARF/Paraíso do Tocantins e quando chegou na cidade, com sua família: esposa e um casal de filhos, a esposa Maria de Fátima estava indignada porque não queria morar em uma cidade interiorana, reclamava de tudo, para ela era um martírio, tudo era um inferno. Eu, Dioclécio, com muita calma, tentava dialogar e mostrar as coisas boas que tinha na cidade, mas não convencia, tudo que mostrava, não prestava, só que eu gostava e gosto de morar em cidade com uma população de no máximo 50.000 habitantes, veja o que aconteceu.

Primeiro, consegui alugar uma casa simples, mas boa para morar, a esposa disse: é nessa casa que vamos morar? Respondi que sim, ela respondeu: aqui é um inferno. Enfim, foi transportada a mudança domiciliar, acomodei a família, tentei que todos ficassem bem e iniciei as minhas atividades na Agência da Receita Federal do Brasil em Paraíso do Tocantins. No primeiro dia de trabalho, fui apresentado pelo chefe para os colegas e todos sorridentes me receberam muito bem.



Segundo, iniciei minhas atividades e logo um contribuinte pediu informações sobre DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais), como eu ainda não tinha trabalhado na Receita Federal e tampouco no atendimento ao público, fiquei em boca, não sabia o que era DCTF, mas aos poucos fui lendo os normativos, contando com colegas de trabalho me ensinando, colhendo informações dos contadores, pois logo aprendi muito e fiquei afiado sobre vários assuntos relacionados ao atendimento dos contribuintes, tanto que fui nomeado chefe da Agência em 1991 e permaneci na função até julho/1997.

Terceiro, já dominando os trabalhos, o Delegado da DRF/Palmas, na época, de vez em quando me pedia informações. Ajudava-o no que era possível com os conhecimentos que tinha armazenado, tanto que fui considerado por ele como o melhor agente do Tocantins. Mas nunca sabemos tudo, tem várias partes da legislação tributária que é complexa e merece mais treinamentos.

Quarto, no fim do ano de 1995, comecei a fazer trabalho de CAD – Cobrança Administrativa Domiciliar, e, em cidade pequena, logo fica conhecido por todos os contadores e por uma grande parte da população. Quando visitava um estabelecimento comercial, logo me deparava com amigos, em tese, recebiam-me muito bem. Mas logo começava a cobrança, informando que precisava liquidar os débitos, porque seria melhor pagar à vista ou parcelar, para evitar que os débitos fossem encaminhados para inscrição em dívida ativa na Procuradoria da Fazenda Nacional e evitar o crescimento dessa dívida. Com boa conversa, de todos os contribuintes que foram visitados, conseguiu-se parcelamentos de aproximadamente 141 contribuintes pessoa jurídica, então, 9 pagaram à vista, e 141 geraram processos de parcelamentos. Melhorou a arrecadação e teve um resultado esperado.

Durante os sete anos que estive lotado na ARF/Paraíso do Tocantins, fizemos três mudanças da Agência, todas muito trabalhosas, utilizados



caminhões emprestados da Prefeitura local e chapas que foram pagos por fora para fazerem o carregamento, mas tudo foi superado. Todos os problemas que tive na Agência, seja de pessoal, defeitos estruturais dos prédios, de relacionamentos com os contadores e muitos outros também foram contornados. Hoje a ARF/Paraíso do Tocantins tem sede própria.

Chamo atenção para os administradores sobre as situações dos agentes não só no estado do Tocantins, mas no país como um todo. Façam visitas periódicas, eles precisam de mais treinamentos específicos, de uma série de apoio. Passem alguns dias com eles para saber o grau de dificuldades que enfrentam nas Agências, pois são eles que carregam o serviço de ponta, que é um dos somatórios para se ter uma boa arrecadação. Talvez seja interessante retornar ao passado, quando o ex-superintendente da SRRF01, senhor Antônio Carlos Guimarães, iniciou um trabalho interessante e valioso chamado “Projeto Agência” para dar suporte e atenção especial a todas as Agências na primeira região fiscal. Não deram importância, que seria um projeto de extrema necessidade para melhorar a situação das Agências e teria um reflexo positivo nos atendimentos aos contribuintes.

Voltando à família, a esposa não esqueceu que tinha de retornar a Brasília. Foi pressionando, até que um dia eu refleti, pensei muito: gosto daqui dessa cidade de Paraíso do Tocantins, mas para ter sossego na vida e também a família está em primeiro lugar, resolvi voltar para Brasília. Assim a senhora Maria de Fátima ficou mais tranquila e eu tomei uma decisão correta.

Caro leitor, você que acabou de ler essa história, se tiver numa situação difícil, não se desespere, baixe a cabeça, pense, peça a Deus um direcionamento, tome a iniciativa de conversar com o seu chefe mais próximo. Explane bem a sua situação, que tudo se encaminhará, mas não se esqueça, esforce-se sempre, trabalhe com dedicação, procure aumentar a sua produtividade, que um dia você vai trilhar no caminho para alcançar os seus objetivos e ser recompensado.



A eloquência de um olhar

Sidney Vaz Duarte

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Uberlândia-MG

Supervisor de Equipe de Fiscalização, ingressou na Receita Federal em fevereiro de 1993 no cargo de TTN, em 1995 sai para exercer a função de Fiscal do Estado de Minas Gerais e retorna à RFB em agosto de 1999 no cargo de AFRFB. Na casa exerceu em 2000 a função de chefe do CAC, esteve à frente do Projeto Construção do Futuro em sua Delegacia em 2003 e foi selecionado para trabalhar na EFMAC-Equipe de Fiscalização de Grandes Contribuintes, onde trabalhou por quase 3 anos.

Vivemos em uma época de avanços tecnológicos galopantes e de um afã de padronização de procedimentos. O propósito é nobre, galgar uniformidades e uma universalidade digna de reconhecimento público. Destarte, criam-se os Call Centers, organizam-se os atendimentos presenciais, mediante a disponibilização de senhas, criam-se sistemas na internet etc. No entanto, a leitura que se faz é o consequente distanciamento das pessoas nos polos de demanda e oferta de serviços.

Nesse ambiente proliferam os descontentamentos de maneira velada ou não, maculando o objetivo proposto. Às vezes o que as pessoas precisam simplesmente prescindir de toda essa tecnologia e logística burocrática. Precisam apenas serem ouvidas e serem olhadas no fundo dos olhos com atenção, interesse, respeito e cidadania.



Como exemplo, dias atrás, recebi um telefonema da recepção da Delegacia, dizendo que havia um contribuinte extremamente nervoso, que já havia vindo por três vezes e não conseguia achar com quem tratar do assunto. Apesar, de estar lotado na Seção de Fiscalização, perguntei do que se tratava, e pedi para que a pessoa subisse para me explicar detalhadamente o problema.

O contribuinte chegou realmente nervoso, tratava-se de um dentista, com intimação feita pelo Gabinete em operação específica. Resolvi, chamar uma colega responsável pela malha, Cibele, para colaborar no atendimento. Mesmo não sendo expediente nosso, ouvimos atentamente todos os argumentos e reclames da pessoa. Depois, com esmerada docência, a colega foi pontuando item a item, esclarecendo-lhe todas as facetas que cercavam o procedimento e orientando sobre o que fazer e a quem efetivamente deveria se reportar. Foi mágico ver um rosto rígido de robusta irritação ir se desarmando com leveza e se deixando contagiar pela serenidade e racionalidade. O desfecho foi um sorriso e um aperto de mão.

Em outra oportunidade, recebi uma advogada que veio atender a uma intimação de uma fiscalização sobre movimentação financeira de um cliente seu. Conversamos, olho no olho, com tranquilidade. Trabalhamos os argumentos, aparelhando-a com esclarecimentos para que pudesse favorecer o seu trabalho e, conseqüentemente, o nosso. Deixei à margem, qualquer pretensão de me posicionar como uma autoridade repressora, para denotar o esforço de ser um agente de promoção de justiça social em busca exclusivamente da materialidade, da verdade mais próxima possível do valor tributável. Na hora de ir embora, com lágrimas nos olhos, a advogada declarou o quanto ficou tocada com o atendimento dispensado à ela e exaltou justamente a serenidade do olhar, ficou grata e surpresa porque viu o relacionamento humano se sobrepondo ao tecnológico.



A força do olhar, de um ouvido atento, de se colocar no lugar do outro, de perseguir um mérito legal e equilibrado, faz toda a diferença. Deus nos proveu desses divinos valores e recursos para que aprendamos e possamos promover o bem-estar social mesmo que seja prodigando um singelo, porém, verdadeiro sorriso.

O que, espera-se, de maneira ampla, é que a administração da Casa, também estenda e volte esse olhar fraternal a todos nós servidores, valorizando as pessoas, a Instituição, defendendo-a, sobretudo, para que o sorriso, a amizade, a paixão pelo trabalho, o comprometimento, a cultura, os conhecimentos e os seres humanos sejam os perenes e invioláveis alicerces de tudo que haveremos de construir.



A história do Vilson/Wilson

Nívea Maria Pacheco

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Jaraguá do Sul-SC

Desde abril de 2016 trabalha no atendimento ao público na ARF-Jaraguá do Sul. Entrou na Receita Federal em 24/02/2014, na Alfândega de Paranaguá, exercendo a função de chefe da Satec até março de 2016.

Em mais uma tarde de atendimento, recebo o senhor Vilson Oliveira da Silva com um pedido um pouco estranho. Ele estava desesperado pedindo que eu confirmasse que ele era ele mesmo. Tinha trazido uma solicitação do INSS pedindo para afirmar que o CPF era dele e para informar a quem pertencia o outro número de CPF que haviam encontrado com o mesmo nome, mesma mãe e mesma data de nascimento. Sem essa declaração, o pedido de aposentadoria dele seria indeferido.

Quando pergunto ao senhor Vilson o porquê da dúvida em relação ao número do CPF, responde:

- É que eu tenho um irmão gêmeo idêntico que tem o mesmo nome!
- Como assim senhor, um irmão com o mesmo nome?



- Sim, isso mesmo. A única diferença é que meu pai colocou o nome de um com V e do outro com W, Wilson Oliveira da Silva e Wilson Oliveira da Silva. Nascemos no mesmo dia e acham que os dois números de CPF são da mesma pessoa.

Desconfiada da situação, consulto os dois CPFs e confirmo que são duas pessoas diferentes pois ambos apresentaram declarações de imposto de renda nos últimos 5 anos em estados diferentes, confirmando as declarações enviadas pelas empresas em que trabalham.

Incrédula com a confirmação, falo ao Vilson, com V:

- Quanta confusão você já deve ter passado, mesmo nome, mesma data de nascimento, mesma naturalidade e mesma mãe. Todos devem achar que foi somente erro de digitação do nome.

- Pois é, já fui chamado até no cartório eleitoral pois achavam que eu tinha votado duas vezes.

- Qual de vocês dois respondia quando seus pais chamavam pelo “Vilson/Wilson”?

- Nenhum. Eles não chamavam a gente pelo nome não. Eu era chamado de Didi magro, meu irmão era chamado de Didi gordo. E a gente é assim até hoje, rosto e nomes iguais, só que um gordo e o outro magro.

*Somente o primeiro nome é real, os sobrenomes foram trocados para preservar a identidade do contribuinte.



A Receita em terra legal

Fabiana Cristina de Mello

Analista do Seguro Social - DRF/Campinas-SP

Ingressou na Receita Federal em 2007, por ocasião da criação da Receita Federal do Brasil. Desde então trabalha no CAC, na cidade de Campinas-SP. Desde 2011, faz parte do grupo Siscac e, desde 2015, do grupo que atua em parceria com o programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Desde o final de 2015, participo de mutirões de regularização fundiária do Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesses mutirões, são montados escritórios itinerantes do programa e os processos são trabalhados desde o cadastramento do requerente até a emissão e entrega do título de domínio da terra.

O papel principal da Receita nesse trabalho é providenciar o cadastramento do Nirf - Número do Imóvel Rural na Receita Federal - para controle e eventual cobrança de ITR.

Nessas minhas andanças, todas pelo Pará, conheci alguns lugares inóspitos, tomei vacina para febre amarela, comecei a tomar complexo B e a usar repelente como perfume, demorei 22 horas até chegar a uma das cidades de destino, fiquei hospedada em hotéis repletos de bichos, passei



mal, dormi em aeroporto, desviei de urubus que passeavam pelo esgoto a céu aberto, quase desmaiei de calor, em alguns dias fiquei sem almoço por falta de tempo, em outros por falta de coragem de encarar certos restaurantes, trabalhei até meia-noite; enfim: saí totalmente da minha zona de conforto.

E, com isso, conheci lugares lindos e pessoas maravilhosas, fiz muitos amigos, alguns verdadeiros irmãos, vivenciei a receptividade do povo paraense e vi sua alegria, independentemente de classe social e dificuldades. Aprendi que "brega" é um estilo musical, que paraense adora uma rede, que não se coloca granola no açaí e que a castanha é DO PARÁ - dizer "do Brasil" é muito ofensivo; conheci açaizeiro, castanheira, seringueira, entre tantas outras árvores e plantações. Tomei banho em diversos rios, igarapés e cachoeiras, assustei quando me disseram "Mas, moooca! Se nesse rio tem jacaré? Tem jacaré, sucuri e arraia! Mas os jacarés não atacam, não." Ufa! Decorei CEP de cidades que eu não sabia existir, tirei fotografias sensacionais, encontrei índio, sim! Voltei a ouvir música sertaneja, entendi porque dizem que há vários países dentro do Brasil, acostumei com o prato feito: arroz, feijão, macarrão sem molho, carne, salada, farinha. Muita farinha, farinha em tudo. Muito coentro, coentro em tudo. Aprendi que no norte só há duas estações: verão - em meados do ano, quando o calor é insuportável, e inverno - no começo do ano, quando só chove. Experimentei cervejas de sabores duvidosos, dancei forró, comprei ventilador, conheci lugares em que é proibido usar capacete, presenciei bois sendo usados como meio de transporte no meio da cidade, ouvi histórias lindas e outras engraçadas, aceitei que é possível usar qualquer banheiro, comecei a ouvir carimbó, cansei de procurar o boto. Entendi que "égua" não é só a esposa do cavalo e que todo mundo é "mano e mana", aprendi quase um segundo idioma. Troquei a palavra "contribuintes" por "colonos" e senti o carinho com que eles são tratados pelos servidores, aprendi uma parte da legislação do programa, e, finalmente, chorei ao ver a emoção dos colonos com seus títulos de terra em mãos.



De todas as experiências que passei, uma das que mais gostei foi quando consegui umas horas e me infiltrei em uma vistoria na zona rural. E lá fui eu, toda me achando, com dois amigos - um deles o agrônomo responsável.

Foi uma tarde muito, mas muito divertida! Para mim, claro, que nunca tinha ido, fui de viatura com ar condicionado até dentro dos imóveis, fiquei na sombra tirando minhas fotos enquanto o agrônomo se cansava, andando de um lado para o outro, sob o sol nada agradável.

Conheci o senhor Elias, que mora sozinho em uma casa no meio do nada, simples, de madeira, onde não há nem cama. E para que mesmo, se ele dorme em rede?

Encontrei um casal que mora no mesmo imóvel há mais de cinquenta anos. Todos os seus quinze filhos, dez mulheres e cinco homens, nasceram e continuam vivendo ali.

Quase nos perdemos procurando o "seu Domingos". Perguntamos para uma moça, muito moça mesmo, que seguia caminhando com três ou quatro rebentos, se ela conhecia o senhor Domingos. Não conhecia. E o "Tio Velho?" Ah, esse sim. Era só virar no ramal seguinte à direita e seguir em frente.

Vários colonos têm apelidos e isso facilita muito a localização e identificação deles. Mas, segundo outro amigo meu, muitos também se aborrecem ao serem questionados sobre apelido. "Olha, se tenho eu não tô sabendo, não. Por quê? O senhor tá vendo alguma coisa aí no computador?"

Chegando em uma vila, havia uns senhores e meu amigo já baixou o vidro perguntando "Quem aqui é o Tio Velho?" "É EU MESMO!" Eita, encontramos!



- Seu Domingos, somos do Terra Legal, viemos fazer vistoria, podemos dar uma olhada no imóvel do senhor? É para tentar regularizar suas terras.

- Podem! Graças a Deus!

- Como chama esse rio aí?

- É o rio.

- Mas qual é o nome?

- Rio ransgraamsujsj.

- Como, seu Domingos?

- É... É... Rio Preto!

Égua! Pega o mapa, olha o mapa, folheia processo. Era o Rio Capim! Fiquei encantada. Nem sei quantas vezes escrevi sobre suas margens nos cadastros naqueles dias....

- O senhor trabalha aí na terra?

- Graças a Deus!

- Trabalha com o quê? Roça?

- Roça, graças a Deus!

- O que o senhor tem na roça?

- Tem, tem roça!

- Mas o que o senhor tem na roça? Macaxeira?

- Graças a Deus!

O cunhado pede para não repararmos, que ele estava meio grogue. Se ninguém comentasse, nem daria para perceber...



- O senhor mora sozinho?

- Graças a Deus!

Conversa vai, conversa vem, pegou uma pasta com os documentos que tinha, andaram de um lado para o outro, foto daqui, foto dali, demarca área, anotações sobre tudo.

E eu adorando o rio Capim.

Tudo certo, fomos embora, com a promessa do cunhado de que levaria o Tio Velho para receber o título na data marcada.

E não é que no dia da entrega ele estava lá mesmo? Todo emocionado, sabendo, na sua humildade e simplicidade, que dali em diante sua vida seria outra.

Assim como a minha, todas as vezes em que volto com a sensação de dever cumprido.

Graças a Deus!



Aprendizado

Cláudia Brandão Schwab

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - IRF/Chuí-RS

Atualmente atuando na Safia/IRF/Chuí. Com 25 anos de casa, trabalhou na DRF/Porto Alegre, Alfândega Aeroporto Salgado Filho e ARF/Chuí. Tem experiência em tributos internos, aduana e atuação em Educação Fiscal.

Eu trabalhava na CIA. Não “nessa” CIA, não! No Centro Integrado de Atendimento. Mãe dos Centros de Atendimento ao Contribuinte, os CAC. Isso foi lá pelo início dos anos 90, em Porto Alegre, e o processo de integração do atendimento ao contribuinte tinha começado há pouco, em um projeto-piloto na Bahia, estendido então para a capital do RS, o primeiro destes a ser oficialmente instalado em todo o Brasil.

Terceirizados, não havia. A triagem era feita pelos próprios atendentes, em um sistema de rodízio. Uma manhã estava eu na triagem, fila imensa... era época do Imposto de Renda e apresentou-se um casal, por volta de seus 50 anos. Roupas humildes, limpas. Nos pés, chinelos de dedo, gastos. Nas mãos, o senhor levava uma pasta de cartolina, destas com elásticos nas pontas para fechar.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

- Bom dia, senhora. Eu tenho uma dúvida sobre o imposto de renda...

- Pois não, senhor. Bom dia. Do que se trata?

- É que eu fiz a declaração ano passado, e não sei se teve algum problema ou se está tudo certinho.

- O senhor recebeu ou receberá em casa um extrato do processamento da sua declaração.

- Mas é este o problema, senhora. Eu não tenho mais endereço...

- Como assim? O senhor mora em uma zona não urbanizada, ou não regularizada pela prefeitura?

- Eu e minha esposa estamos morando já faz um ano embaixo de um viaduto. Preciso saber também como eu informo o endereço na declaração deste ano.

Olhei para o casal à minha frente. Ele, com a pasta aberta sobre minha mesa e nela seus documentos, a declaração do ano anterior e outras, ainda. Certidões de casamento, nascimento, CPF. Sua postura ereta, seu olhar direto no meu. A esposa a seu lado calada, olhos baixos fixos nas chinelas velhas e desgastadas. Ela toda, desgastada e cansada, não me olhava. Respirei, tentando reter dentro de mim a tristeza profunda que se instalara em meu coração e minha inegável surpresa:

- O senhor não tem renda?

- Não. Perdi meu emprego, a casa onde morava, perdi tudo. Faz quase um ano que moramos na rua.

- Senhor, não se preocupe com a sua declaração... O senhor não está obrigado a declarar imposto de renda!



Eu observava o homem, tentando entendê-lo. Ele, cabeça erguida, sem tirar os olhos dos meus, sem largar a pasta ainda aberta sobre a mesa me responde:

- A senhora está enganada. Eu não sou, de fato, obrigado a declarar, mas como eu posso querer que o governo conheça a minha realidade, que o governo saiba da minha situação, se eu mesmo não informar? Todo cidadão tem a obrigação de colaborar com o governo, se pretende que o governo atenda as suas necessidades. Senhora: eu preciso fazer a minha declaração.

Fiquei olhando para o casal. O nó na garganta não me deixava falar. Baixei os olhos e vi as mãos do homem segurando firmemente a pasta com seus documentos impecavelmente limpos e organizados e, então, eu compreendi: o que restava de dignidade naquele cidadão brasileiro estava ali, naquela pasta. Seu RG, seu CPF, seu título de eleitor. Os seus e os da sua esposa, calada e triste. Aquele homem precisava preservar a dignidade que tivera e lhe fora roubada pela crise econômica, pela vida, pela sociedade fria e capitalista. Sob um viaduto qualquer da grande cidade, um homem vivia com sua esposa, tentando a custo preservar o sentido da palavra cidadania. O que o impedia de ser quase um animal à margem da sociedade eram seus papéis, era a sua declaração anual do imposto de renda (renda que não tinha, imposto que pagava com as dificuldades da vida).

Senti vergonha. Vergonha de mim, da minha estabilidade, da minha dificuldade em compreender o que movia aquele homem. Vergonha de meus sapatos e do olhar baixo da mulher à minha frente.

- Senhor, eu peço desculpas pela minha dificuldade em compreender... Aqui está a sua senha... Mas antes... obrigada. Obrigada pela lição de cidadania que o senhor acaba de me dar. Siga por este corredor e aguarde naquelas cadeiras... por favor...



Enquanto o homem fechava sua pasta e a segurava apertada junto ao peito, do lado do coração, só então, a mulher a seu lado me olhou. Seus olhos úmidos estavam cheios de orgulho e, por um momento, ela esqueceu os pés mal calçados e apoiou a mão sobre o braço do marido e seguiu a seu lado, finalmente, de cabeça erguida.

E então, só então, eu chorei.



ARF Caçador/SC

Marcos Augusto Albiero Sakimoto

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Caçador-SC

Ingressou na RFB em 2013, na ARF Caçador/SC, 9ª Região Fiscal, onde exerce atividade até o momento (CAC). Participa de operações de Fronteira Blindada, especialmente na região da fronteira Brasil-Argentina, em Santa Catarina e no Paraná. Compôs uma das equipes de reforço para a Operação Rio 2016, atuando com a recepção de Dignatários.

Em 2014, após cerca de 40 anos, a Secretaria da Receita Federal do Brasil transferiu a um novo recinto as instalações da Agência de Caçador/SC, fato que ganhou destaque junto aos habitantes da região. Estes, atualmente, repassam a história de funcionamento da unidade de maneira informal, o que faz com que ela venha se perdendo ao longo do tempo.

Antes de relatar tal evento, entretanto, é importante contextualizar, de modo extremamente resumido, a cidade de Caçador e seus arredores. Com uma população de cerca de 80 mil pessoas, este município situa-se no meio-oeste catarinense, na região chamada de Vale do Contestado. Este, por sua vez, foi assim batizado por ter sido palco de um sangrento embate que, a um só tempo, envolveu uma disputa territorial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina e, sobretudo, uma guerra desigual entre tropas do governo federal e camponeses despojados de suas terras.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

A Guerra do Contestado ocorreu entre 1912 e 1916 e pode ser considerada como um conflito de caráter messiânico, assim como a Revolta dos Muckers (1873-74), no Rio Grande do Sul, e a Guerra de Canudos (1896-97), na Bahia. Sua importância permanece ofuscada na historiografia brasileira possivelmente por sua contemporaneidade com o movimento de Antônio Conselheiro e pela marcante denúncia social realizada por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*.

Os confrontos na região eclodiram quando o governo federal concedeu à Brazil Railway Company duas faixas de terra de 15 km cada, a partir das laterais da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, além de outras áreas vizinhas a madeireiros. Expropriados, ex-trabalhadores da linha férrea e camponeses organizaram-se sob a tutela do Monge João Maria para contestar a injusta situação que se lhes apresentava.

Os antecedentes da guerra, sua deflagração e suas consequências coincidem com a origem de Caçador, construída por imigrantes – sobretudo alemães, italianos e poloneses –, que acompanhavam e trabalhavam na estrada de ferro proveniente de terras gaúchas, e por exploradores do beneficiamento de madeira, atividade ainda hoje muito importante na região. Atualmente, mesmo com a desativação da ferrovia que a atravessa, o município encontra-se em posição geograficamente importante, situada entre as BR 153 e 116, e a distâncias rodoviárias semelhantes das três capitais do sul do país.

Com a formação de uma sociedade sustentada majoritariamente pelo extrativismo madeireiro e pela agricultura, Caçador passou a demandar maior atenção estrutural e serviços públicos durante o século XX. Obviamente, uma das repartições abertas foi a popularmente chamada Exatoria do Ministério da Fazenda que, conforme relatos, foi instalada em um pequeno espaço junto ao Clube 7 de Setembro, ponto de reunião das famílias caçadorenses mais tradicionais da época.



Após alguns anos, consta que, provavelmente no ano de 1974, a diminuta repartição foi transferida para o prédio da Mitra Diocesana de Caçador, ganhando maior espaço físico, em uma sala alugada de esquina, situada a poucas quadras da anterior. O contexto econômico era o do Milagre e o da primeira crise internacional do petróleo, com o conseqüente lançamento dos chamados Plano Nacional de Desenvolvimento pelo governo civil-militar, na tentativa de redução da dependência externa em bens de base e de produção. Esses pesados investimentos internos, direta ou indiretamente, acabaram por incrementar a atividade econômica na cidade, o que pode ter influenciado a decisão governamental de ampliar os serviços do Ministério da Fazenda.

Ademais, supõe-se que a reforma tributária de 1966 e a própria criação da então Secretaria da Receita Federal, em 1968, tenham exercido decisiva influência no redimensionamento institucional. Em âmbito caçadoreense, passaram-se vários anos de serviços executados no prédio diocesano: emissões de Cartão de Identificação de Contribuinte – CIC, digitações de cartões de Cadastro Geral de Contribuintes – CGC, entre outros.

A substituição gradual de trabalhos manuais e mecânicos pelo processamento de dados eletromecânico e, posteriormente, eletrônico, forçou uma improvisada adaptação da infraestrutura da ARF Caçador para se possibilitar a correta execução das atividades cotidianas. A ausência de instalação de dutos em paredes e no piso, por exemplo, fez com que a fiação elétrica e telefônica fosse acomodada externamente, na superfície do piso sobre o qual se deslocavam os contribuintes.

Não foram raros os incidentes ocorridos dentro da Agência com o crescente aumento da precariedade da sua estrutura. Segundo relatos de contribuintes e servidores mais antigos, ocorriam periodicamente curtos-circuitos com princípio de incêndio nas instalações elétricas, rompimento



de tubulações de água e esgoto e, até mesmo, vazamento de gás, na época em que se permitia a utilização de botijões na cozinha dentro da própria Receita. Ainda, concorria para esses problemas a deficiente estrutura urbana da cidade, que por vezes sofria com enchentes. *A contrario sensu*, o excedente de água era drenado para dentro da Agência quando o seu nível atingia o calçamento da rua.

A inviabilidade de se realizar benfeitorias em imóvel de terceiro e a impossibilidade de desocupá-lo temporariamente para que a própria Mitra o reformasse foram tornando definitivamente insustentável a permanência da Receita Federal no local. Incrementava-se constantemente a demanda estrutural para a instalação de equipamentos de trabalho mais modernos, exigiam-se cada vez mais adaptações para a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, cobrava-se maior conforto para o atendimento dos contribuintes.

Certamente a ideia de mudança de local já vinha sendo amadurecida havia anos pela DRF/Joaçaba – à qual se encontra subordinada a ARF/Caçador – quando se tomou tal decisão. Decorreram-se vários meses entre pesquisa de imóveis, consultas à Procuradoria-geral da Fazenda Nacional e à Caixa Econômica Federal, trâmites licitatórios, execução de projetos arquitetônicos, entre outros.

A efetiva troca de instalações coincidiu com o fim de semana em que ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014. A sexta-feira, dia 03 de outubro, foi o último dia de expediente no prédio que abrigou por aproximadamente quatro décadas a Receita Federal em Caçador. Nesta data, o atendimento ocorreu de maneira improvisada e limitada, em meio a descarte de materiais, empacotamento de arquivos e transferência de equipamentos.

Durante o fim de semana, a maioria dos funcionários e servidores da Agência se dedicou à organização das novas instalações. Houve também

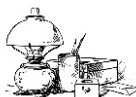


o auxílio de pessoas vindas do setor de logística (SAPOL), tecnologia de informação (SATEC) e do Gabinete da Delegacia. A intenção era não descontinuar o serviço de atendimento ao público.

De fato, na segunda-feira, 06 de outubro, as atividades da Agência iniciaram-se normalmente, após o intenso trabalho de mudança. A comunidade de Caçador e dos municípios de sua jurisdição – Matos Costa, Calmon, Timbó Grande, Lebon Régis, Rio das Antas e Macieira – passou a usufruir uma estrutura nova, dotada de ambiente climatizado, sanitários para o público (inclusive para os portadores de necessidades especiais) e acessibilidade adequada. Ademais, a proximidade ao centro comercial e financeiro da cidade trouxe maior praticidade para o atendimento presencial dos contribuintes.

Iniciou-se, dessa maneira, um novo ciclo da instituição em âmbito regional. A nova ARF Caçador, que passou a apresentar leiaute em acordo com o Manual de Identidade Visual vigente da RFB, tornou-se um importante marco junto à comunidade que por ela é servida. Informal e extraoficialmente, nota-se que a grande maioria dos contribuintes aprovaram a mudança e creem que a nova Agência oferece condição de atendimento muito superior à antiga.

Esses contribuintes, compostos em considerável número por produtores rurais da região, continuam a fornecer suas avaliações sobre a transferência da Agência, mesmo cerca de dois anos após a ocorrência desse evento. Eles trazem, com suas opiniões, detalhes sobre o funcionamento da instituição em tempos passados – como os aqui apresentados –, que são dignos de registro para não caírem no esquecimento.



Argúcia feminina

David Ramos Campos

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - 8ª RF/Campinas-SP

Analista de processos, ex-previdenciário, na Receita Federal desde 2007. Formado em ciências contábeis, especialização em direito tributário e psicologia. Autor do livro «Desvendando o Pum», lançado em 2013.

Durante muitos anos, exerci atividades externas de auditoria no serviço público. Pelo menos duas vezes por ano, tínhamos a tarefa de atender ao público no plantão fiscal. Eram tempos diferentes, pois além de fugir ao trabalho de rotina, nós auditores criávamos grupos de estudos da legislação, pois esta mudava com frequência.

No plantão, sempre que compareciam contadores, advogados ou contribuintes em busca de informações, o diálogo era mais preciso e técnico, sem transtornos, diferentemente dos atendimentos a “office-boys” ou estagiários, quase sempre confusos e desinformados.

Casos como o de alguém que chegava, apenas, com um número de telefone e pedia ao auditor para entrar em contato com seu chefe. Certa ocasião, o servidor que me auxiliava anunciou o acesso do próximo



interessado. Após, alguns instantes, entrou uma senhora acompanhada de uma criança. Sentou-se, colocou uma sacola ao lado e aconchegou a criança no colo.

- Bom dia, senhora, em que posso ajudá-la? - eu disse.

- Bom dia, moço. - ela respondeu. - Eu vim aqui pra vê si consigo algum benefício do eni-pe-essi* do meu marido.

- Sim, senhora. Ele não pôde comparecer? - perguntei.

- Ele morreu. Faiz quase quatro ano que ele morreu. Ele trabaiou muito tempo na roça e não tinha saúde boa. Ele tinha aquela doença que foi picado pelo bicho barbero e depois que nós viemo pra cidade, ele sempre precisou ir no médico tomar remédio pro coração. Como tinha pouca leitura, trabaiou num condomínio fazendo limpeza. Às vezes, quando tinha folga, fazia bico como ajudante de pedreiro com meu cunhado. Mas se cansava fácil. O coração ficava disparando. Me deixou sozinha com cinco filhos. A menina mais velha faiz treze anos mêis que vem.

Depois, tomar fôlego, prosseguiu:

- Eu trabaio de doméstica faiz nove anos. Eu tô cansada. Eu pedi pra patroa e ela deixou eu vim resolvê esses pobrema. Ainda vou trabaiaí depois que saí daqui.

- Quais documentos a senhora trouxe? - eu perguntei.

Enfiou a mão na sacola e tirou alguns documentos envolvidos em papel-celofane e me entregou. Seleccionei o que interessava e devolvi os demais. Juntei cópias da carteira de trabalho, certidão de óbito, comprovante de residência e da cédula de identidade dela.

- CPF, a senhora tem? - perguntei.

- É o CIC?



- Sim senhora. - respondi.

Anexei os documentos e os coloquei numa bandeja, encerrando o atendimento.

- E esse menino, quietinho, né? Que idade ele tem? - perguntei.

- Esse é o mais novo, fez dois anos. Eu levo ele comigo para o serviço, pois não tenho com quem deixar.

- M..mas, senhora...- e prossegui.

- A senhora me disse que é viúva há quatro anos.

- É verdade... - respondeu com um sorriso maroto.

- É...mas quem morreu foi ele...

*INPS - Instituto Nacional da Previdência Social, atualmente INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL



Auditor poliglota

Luiz Weschenfelder

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Caxias do Sul-RS

Atualmente, Delegado da DRF de Caxias do Sul. Oriundo da ex-Secretaria da Receita Previdenciária, tendo ingressado como Fiscal de Contribuições Previdenciárias em 31 de janeiro de 1995. Na Receita Previdenciária atuou muitos anos na fiscalização externa; como intrutor de treinamentos internos e cursos de formação de Auditores. Atuou como supervisor do Manual de Procedimentos Fiscais Previdenciários.

Sou auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil, oriundo da ex-Receita Previdenciária, lotado na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS. A história pitoresca que vou contar aconteceu durante uma fiscalização de empresa na região do Vale dos Sinos, próxima à Grande Porto Alegre, quando eu estava lotado na Gerência Executiva da Previdência Social em Novo Hamburgo, por volta dos anos de 1997/1998.

Naquela época, toda a fiscalização previdenciária era realizada predominantemente dentro das empresas, pois havia poucos recursos tecnológicos para o levantamento de dados e informações para suportar um Auto De infração, então denominado Notificação Fiscal de Lançamento de Débito. Numa das minhas cargas de trabalho, recebidas do supervisor, tinha uma empresa pequena, familiar e dirigida pelo casal, únicos sócios. Ao chegar na empresa, fui bem recebido pelo casal e comecei os meus



trabalhos, numa sala ao lado a dos dois administradores. Até aí, nada de novo e de inusitado.

Ocorre que ambas as salas permaneceram com as portas abertas e as paredes não possuíam nenhum isolamento acústico. O casal começou a falar entre si em alemão, certamente para que eu não entendesse o seu conteúdo. Mal sabiam eles que eu sou de origem alemã e que falo e entendo a língua. Sou natural de Humaitá, no Rio Grande do Sul, região de colonização alemã. Até os meus 05 anos de idade, só falava em alemão. Como era um procedimento fiscal rápido, fiquei somente naquele dia na empresa. Durante todo esse dia, ambos falavam entre si do desconforto que sentiam com a minha presença na empresa. A mulher foi quem mais falou. Dentre as conversas manifestavam preocupação com o que eu estava fazendo; o marido dizia que eu não encontraria nada, pois tudo estava correto e que somente estavam inadimplentes com algumas competências. A mulher dizia que um fiscal sempre acha alguma coisa. Num determinado momento ela falou: “este fiscal não parece ser muito antipático; ele até conversou conosco” quando ele respondeu: “só isso não importa. Precisamos de vez em quando falar com ele e perguntar se quer mais alguns documentos. Vamos fornecer tudo o que ele pedir. Não podemos irritá-lo”. E assim foi passando o dia. Para as atividades normais da empresa, falavam o português. O alemão era invocado somente quando falavam de mim ou em mim, ou seja, foi a língua mais falada naquele dia. Muitos comentários e opiniões expressaram a meu respeito e ao meu trabalho na empresa, sem serem ofensivos. Alguns, um pouco desagradáveis, como: “se ele quiser café, que peça. Não vamos oferecer a ele”. Mais para o final do dia ela disse que não vê a hora de eu ir embora. “Tomara que ele não volte aqui amanhã, pois eu fico muito nervosa”, disse.

Realmente eu não precisei voltar no dia seguinte, pois eu já tinha tudo o que precisava para constituir o crédito. A situação cômica ocorreu na minha despedida. Agradei toda a atenção que dispensaram a mim e me



despedi em alemão, “*danke für das hören von mir verpasst. Auf Wiedersehen*” (muito obrigado pela atenção a mim dispensada. Até logo). Claro que o sotaque foi mais coloquial e dialético. Lembro-me até hoje da reação dos dois, especialmente da mulher. Aliás, da não reação, pois ela ficou estática, petrificada. Quando eu estava já na calçada da rua olhei para trás e vi a mulher parada do mesmo jeito. Não havia se mexido. O marido já não estava mais com ela. Confesso que fiz isso meio de improviso, no impulso, sem pensar muito. Mas rendeu muitas risadas minhas e de colegas quando contei essa história.

Três dias depois, fui lá novamente para dar ciência pessoal ao auto de infração. Ela não apareceu, embora eu a tenha visto na empresa. O marido era o sócio-gerente. O auto foi integralmente pago dias após a ciência, sem impugnação.



Aventurando-se na fronteira: Saint-Georges de l'Oyapock

João Bosco Silveira da Silva

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Belém-PA

Arquiteto de formação, ingressou na Receita Federal em 2 de julho de 1984 por intermédio de concurso público promovido pelo Dasp para o cargo de Agente Administrativo. Atualmente ocupa o cargo de Analista Tributário e chefia a Dipol da 2ª RF, função já ocupada em outros momentos.

O presidente da República Federativa do Brasil ainda era o carioca nascido no mesmo dia de janeiro que a minha mãe, naqueles idos de julho de 1984, quando recebi o memorando da minha convocação assinado pelo saudoso colega Roberto Macedo Costa, chefe da Seção de Apoio Administrativo da DRF/Belém. Eu estava em casa e confesso que não imaginava ser levado pelo concurso do Dasp para a Receita Federal – as inscrições tinham sido realizadas na Escola Técnica Federal do Pará e selecionaria candidatos para ocupar o cargo de Agente Administrativo em diversos órgãos públicos federais sediados em Belém.

Menos de um ano depois, já no vigésimo terceiro período de Governo Republicano comandado pelo maranhense da cidade de Pinheiro, eu chegava no Oiapoque para exercer a função gratificada de Direção e Assessoramento Intermediário de Inspetor da Receita Federal na fronteira



com o departamento ultramarino francês da Guiana Francesa, a principal coletividade territorial da França por essas bandas.

Na flor da idade, como diria minha avó materna, iniciava-se um período de descobertas na vida até então circunscrita à cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará e aos rincões de nascimento e vida amorosa dos meus pais, o caminho da Estrada de Ferro de Bragança.

O primeiro achado nas longínquas paragens foi no ambiente de trabalho, bem diferente da Seção de Apoio Administrativo: três Auxiliares de Vigilância e Repressão nativos do então Território Federal do Amapá e um Técnico do Tesouro Nacional, conterrâneo até no sobrenome: Osíres Paraense.

Seu Osíres, esposo da Ana, conhecido na cidade inteira pela sua participação ativa na comunidade fronteiriça, liderava a equipe até nas mais adversas condições de uma distante cidade da Amazônia na década de 1980. A mais pitoresca e inesquecível adversidade era a viatura oficial: um Volkswagen Fusca da década de 1970, na cor preta, sem chave ignição e tendo como tanque de combustível uma garrafa de água mineral entre o banco do motorista e o do carona, conectada ao motor por uma fina mangueira. Era nesse meio de transporte que a equipe percorria os mais de seis quilômetros de ruas não pavimentadas entre a sede da Inspeção e o aeroporto, na verdade uma base da Aeronáutica, assim que se ouvia o som de qualquer aeronave se aproximando para pousar.

Foi na companhia do Seu Osíres que conheci a cidade do outro lado do Rio Oiapoque, a ultramarina francesa *Saint-Georges-de-l'Oyapock*. Além da novidade da língua estudada apenas no 6º ano do segundo grau do Grupo Escolar Desembargador Augusto Olímpio, a nova vida profissional na área aduaneira trouxe uma descoberta que um dia povoou o imaginário infantojuvenil: trabalho conjunto com o *3e. Régiment Étranger d'Infanterie*, a famosa Legião Estrangeira dos filmes da Sessão da Tarde.



A recordação marcante da relação com o destacamento do 3º Regimento aconteceu na manhã seguinte ao Dia de São Jorge, celebrado no mês de agosto com muita festa na comuna do departamento ultramarino francês. Tudo começou com uma apreensão realizada pela Polícia Federal em operação na foz do Rio Oiapoque, na qual resultou o perdimento de uma embarcação de madeira. O barco permaneceu por muito tempo ancorado na frente do prédio da Inspetoria e necessitava de reparos, especialmente de calafetagem, tendo sido conseguida a contratação a duras penas em função do necessário e devido processo legal de licitação.

Ao retornar na catraia compartilhada com os colegas da noite de celebração ao santo guerreiro, tomei um susto que quase caio no rio: a embarcação havia sumido! Se ainda havia algum vestígio de prova etílica pela festiva noite, evaporou-se.

Iniciamos a busca imediatamente.

Percorremos todos os locais imaginados e nada da embarcação; perguntamos a todas as pessoas da cidade, nada. Todos estávamos no mesmo barco, poderia-se afirmar, afinal o Dia de São Jorge em *Saint-Georges-de-l'Oyapock* era motivo suficiente para não deixar testemunha na cidade a presenciar o sumiço.

Sem esperanças de ainda recuperar o barco naquele fatídico dia, já aproximando-se da sagrada hora da sesta, recebemos a cortês visita dos membros do destacamento da Legião Estrangeira em retribuição à nossa ida no dia anterior. Ao relatar os fatos com muita dificuldade em função do acontecido e das dificuldades naturais de comunicação em uma língua estrangeira em situação de pânico, Seu Osíres foi o único que conseguiu entender a Babel em que havia se transformado aquele encontro: os bravos legionários avistaram a embarcação no lado continental da Guiana quando estavam deslocando-se para o lado brasileiro.



Imediatamente montamos com a Polícia Federal uma verdadeira caça ao fugitivo. Não demoramos a localizar a embarcação com as informações dos legionários e eu mesmo fiz questão de fazer a abordagem, devidamente protegido pelos agentes federais, e me dirigi à pessoa que estava placidamente mexendo no barco.

- Receita Federal. Identifique-se!

- Ô, dotô, onti a noti reboquemos o barco pra fazê o calafete que o seu Tim mandô.

Além da gargalhada geral de alívio dada por todos nós, retornamos ao prédio da Inspetoria para telefonar e agradecer efusivamente ao Seu Tim, chefe da Seção de Apoio Administrativo da DRF/Macapá que havia contratado os reparos no casco da embarcação.

E assim fui descobrindo a vida na fronteira...



“Aventuras aduaneiras em Dionísio Cerqueira”

Odilon de Mello Filho

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Ponta Grossa-PR

Atualmente trabalha na Saana/DRF/PontaGrossa. Ingressou na Receita Federal dia 29/02/1980. Foi chefe da Secoca por 10 anos.

Recém-chegado de merecidas férias, fui abruptamente convidado a participar na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, da Operação Fronteira Blindada. Receoso em aceitar a incumbência, haja vista não ser afeito a esse tipo de trabalho e às condições que certamente encontraria no desenrolar dos fatos, concordei, em parceria com outro companheiro da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa.

Assim sendo, segui para a cidade de Dionísio Cerqueira, onde, na data marcada, participei da reunião inicial de apresentação do plano de trabalho, quando, desconfiado e ainda com receio, percebi que eu era o mais despreparado para a missão, pois além de avantajados fisicamente, os integrantes estavam trajados com coletes à prova de bala, armamentos, câmeras etc. Pensei cá comigo: - o que estou fazendo aqui?



Porém, como não dava mais para voltar atrás, só me restou ouvir atentamente os passos que estavam sendo traçados pelos comandantes da operação, que contariam, inclusive, com um helicóptero que auxiliaria sobejamente os trabalhos a serem executados.

Assim foi que, cercado de grande expectativa, desenvolveu-se a primeira atividade da operação, qual seria, conhecer a área abrangida pela fronteira entre os estados do Paraná, Santa Catarina e da República Argentina, lugares em que ocorreriam as atividades. Na ocasião foram visitados os pontos nevrálgicos do tráfico. Neles, o contrabando era mais constante, principalmente de vinhos, desodorantes, camarões etc. Posteriormente, para efeito de divulgação e integração das equipes, todos foram convidados a tirar algumas fotos com os policiais militares de ambos os estados, acompanhados da polícia federal do país vizinho, já que eles também foram incluídos nos serviços.

De volta à Inspetoria, fui designado com o colega da minha jurisdição, junto a servidores da Delegacia da Receita Federal em Florianópolis, igualmente em número de dois, para o trabalho diurno, que consistiria em rondas pelas cidades de Barracão e Dionísio Cerqueira, através de abordagens, se necessário, e a frequente presença fiscal durante doze horas ininterruptas.

Nos dois dias iniciais percebi que o expediente seria pesado, uma vez que, acostumado com a rotina normal de oito horas, labutar das 8 às 20 h. direto, somente com vinte minutos para almoçar, não seria fácil. Até porque, com todo o rumor que causou nas cidades, o resultado da operação tendia a não ser satisfatório, porquanto os traficantes estavam alertas e mais comedidos em suas ações.

Dessa forma, na primeira reunião para a avaliação da operação, expus que do modo como se estava conduzindo os trabalhos, as equipes do período diurno não aguentariam. Por conseguinte, num ato sensato, os



coordenadores resolveram que cada equipe faria somente seis horas de atividade, ao invés das doze horas iniciais.

Imperado o bom senso, ganhei novas energias para a continuidade da operação, pois o expediente seria agora das 8:30 às 14:30. Com isso, como um sobreaviso, a mudança começou dar resultado, tanto é que na primeira hora do novo turno de trabalho, ao abordar um veículo suspeito com duas pessoas, deparei-me, em seu interior, com sete sacos de farinha de trigo, quando o permitido seria no máximo dois sacos. Imediatamente as medidas restritivas foram aplicadas sem maiores consequências administrativas e fiscais.

Com o transcorrer dos dias e a constante presença na área da operação, eu e meu colega, fomos fazendo amizade com os moradores da região, os quais passavam informações do que acontecia no dia a dia da fronteira. As pessoas envolvidas, os veículos utilizados, os locais preferidos, tudo era minuciosamente contado. Sem dúvida inteiramo-nos de toda a rotina, e dos “nós” existentes do tráfico.

Assim, destacando-nos nos serviços e, com a proximidade do fim da operação, fui convidado junto ao colega da minha equipe, a permanecermos por mais dois dias com o intuito de ajudar a equipe de Dionísio Cerqueira.

Imbuído de boa vontade, porém cômico que dificilmente se mudaria o resultado da operação, uma vez que a equipe especializada já tinha ido embora, resolvi aceitar o convite, mesmo contra a expectativa pois, se durante dez dias intensos nada de expressivo havia sido colhido, que se faria nos dois últimos dias, com poucas pessoas para o desenvolvimento das atividades? No entanto, estava eu enganado em meus pensamentos, porque justamente ao penúltimo dia ficaram reservadas as melhores emoções deste curto período que estive em Dionísio Cerqueira.



Naquele dia, pela parte da manhã, trabalhei tão somente duas horas, já que à noite seria escalado para horário de trabalho indeterminado. Assim, por volta das 20:30, fui apanhado no hotel em que estava. Ao adentrar na viatura, que estava descaracterizada, tive uma surpresa, visto que um dos colegas estava vestido com uma peruca de trancinha. A princípio estranhei, mas deduzi que seria um disfarce para embaralhar os traficantes, já que eles eram da equipe investigativa. Em seguida, passei para outra viatura, agora caracterizada, justamente onde trabalharia o resto da noite, ou seja, a que eu mais temia a abordagem de veículos.

Estrategicamente colocados em determinado ponto na cidade de Dionísio Cerqueira, e mantendo contato direto, via rádio, com os colegas da investigação, eu com os outros dois parceiros, aguardávamos pacientemente as ordens ministradas. Depois de alguns falsos alaridos, eis que foram passadas as características do primeiro veículo a ser abordado, o qual se tratava de um automóvel Monza cor cinza, que, carregado com caixas de vinho seguiria pela BR 163 para a comercialização.

Imediatamente o comandante de nossa equipe acionou o motor da viatura, e ligando o giroflex, iniciou a perseguição ao alvo mencionado. Vendo que estava sendo perseguido, o motorista aumentou a velocidade, ultrapassando perigosamente outros veículos que circulavam na estrada.

Por alguns instantes, pensei que seria difícil a abordagem, pois o condutor mostrava habilidade na direção, mas o nosso colega era também motorista com larga experiência, e, contando com a maior potência do motor, encostou-se à traseira do carro perseguido. O chofer, percebendo que não teria como escapar atendeu ao apito da sirene e estacionou o automóvel no acostamento da estrada. Sem nenhuma resistência se entregou e, demonstrando bom humor, revelou que não teria como escapar devido ao carro que conduzia ser velho e estar carregado. Conduzido até a Inspeção da Receita Federal do Brasil em Dionísio



Cerqueira, o acossado prestou depoimento, assinou o termo de apreensão e foi liberado.

Com isto, o coordenador da operação da Inspetoria em Dionísio Cerqueira entusiasmou-se, afirmando que a noite prometia porquanto, com somente uma hora de serviço, obteve-se resultado satisfatório. Percebi então que, além de prometer, a noite seria longa.

De volta ao ponto ermo e estratégico do trabalho, começou uma nova espera. Silêncio e cansaço iam tomando conta de todos. Nada se ouvia! Pensei até que os colegas da investigação tinham ido embora. Tudo calmo, tranquilo; até que, de repente, tudo mudou! Eu que nesta altura estava absorto com cochilos intermitentes, fui pego de surpresa com uma estridente gritaria, barulho de sirene e a desabalada corrida empreendida na viatura onde estávamos.

Iniciava-se a minha mais sensacional e dramática experiência na área aduaneira. A perseguição a um carro de cor branca marca Polo, nas estreitas ruas de Dionísio Cerqueira era adrenalina pura, brotando com o suor através dos poros de minha pele.

O automóvel agora, ao contrário da primeira abordagem, era bem mais potente, e o condutor muito mais ousado. Em alta velocidade, pressenti uma árdua tarefa pela frente. Sinais de trânsito, curvas, lombadas foram desrespeitados pelo fugitivo, que, não medindo consequências, seguia em frente sem pestanejar. A árdua perseguição prolongava-se agora em uma estrada de terra. Confesso que senti medo da situação, principalmente depois que o veículo que estávamos derrapou e, por muito pouco, não capotou. Quando dei por mim, estava com o corpo ereto e agarrado na alça de segurança do carro.

Finalmente em uma curva mais fechada, para a nossa surpresa, o automóvel perseguido estava caído dentro de uma valeta. Imediatamente o carro sinistrado foi cercado, e, na expectativa de prender o infrator, em



altos brados foi dada “voz de prisão”. Porém, misteriosamente, não se encontrou nenhuma pessoa dentro, fora ou nas imediações do veículo. Inexplicavelmente o delinquente desapareceu. Questão de segundos! A valeta que engoliu o carro era funda e estreita, pois até a metade da porta da frente estava submersa, não daria para abrir a porta, tão rapidamente. Mesmo assim todos perguntavam - “cadê o cara”? - O impacto da queda do veículo foi violento. A pessoa, com certeza, estaria machucada, entretanto, nada se percebia, nem vestígio de sangue existia, absolutamente nada! - Será que pulou com o carro em movimento? Se assim fosse, estaria estendido na estrada, uma vez que a velocidade era altíssima. Grande mistério!

Deixadas as hipóteses de lado, constatou-se que o veículo conduzia algumas caixas de vinho e grande parte de desodorantes. Tomadas as providências cabíveis com a retirada do veículo da valeta, a apreensão e a escolta até a Inspetoria, supus que, devido ao horário avançado, a operação, agora coberta de êxito, seria encerrada. Mas para a minha surpresa, o chefe da equipe, eufórico pelo resultado, com umas xícaras de café, resolveu estender o trabalho; mas, devido à recusa do pessoal da investigação que teriam outros compromissos pela parte da manhã, não restou ao colega comandante outra atitude que não fosse encerrar a operação.

Assim sendo, com um dia de antecedência, fui liberado para retorno à minha cidade. Oficialmente encerrada a Operação Fronteira Blindada, eu e o colega da jurisdição da Delegacia da Receita Federal em Ponta Grossa fomos elogiados pelos coordenadores, que, desejando-nos Boas Festas, pelos festejos de fim de ano que se aproximavam, agradeceram pelos trabalhos prestados, renovando o convite para, quando de nova operação, retornarmos para outra etapa de serviços.



Não sei se voltarei à hospitaleira cidade de Dionísio Cerqueira, mas as aventuras aduaneiras lá vividas certamente ficarão marcadas como as mais expressivas, emocionantes e perigosas experiências de que participei na minha trajetória na Receita Federal do Brasil.



Causos, micos e acaso.

Maria das Graças Nunes de Paula

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Itabira-MG

Ingressou na RFB em 1980 com exercício na ARF Itabira até 1999, ocupando cargo de chefia durante os 3 anos anteriores ao fechamento da ARF. Trabalhou na ARF JME durante 12 anos interrompidos temporariamente pela aposentadoria em 2004, reversão após 9 meses e concurso remoção DRJ. Removida de ofício. Com a reabertura da ARF/Iti em 2012, assumiu a chefia até 2014.

Década de oitenta, início, inícios... E lá vou eu iniciar a minha carreira, continuar a correria. Acostumada a trabalhar dez, doze horas dia, barrigão de nove meses, uma ansiedade sem fim de parir e ir ser FEDERAL, tomo posse na capital em trabalho de parto.

Pois bem, primogênito bem-vindo, amado e festejado. Licença maternidade, tudo correndo dentro dos conformes e lá vou eu de novo. Uma coisa me incomodando por demais – muito salário e pouco trabalho. Sempre ouvira na boca do povo “suor de funcionário público cura até doença ruim, cura câncer”. A gente até que suava bastante, mas era de puro calor. E hoje ainda tem gente que se irrita com o recado na portinha: não ligar mais de 3 ares-condicionados, por favor.

Naquele tempo, tinha não. Nenhum, nada mesmo! Nenhum ar-condicionado, nenhum sistema, nenhuma estação, nenhum, nenhuma... E



dá-lhe D.O.U., que este era o meu melhor presente. Lia e copiava a melhores partes. Contudo, vamos aprendendo, pois temos a vida inteira para, e morremos sem nada saber.

Atendimento personalizado no balcão, freguês em pé, servidor de pé. Ai, minha Santa Maria Madalena das varizes... E a gente se achando o máximo: calcular dígito verificador de CPF, CNPJ - guardo a fórmula até hoje. Cálculos mentais, cálculos manuais, em pleno exercício a tabuada da velha infância. Eita FACIT danada de boa, azulinha do bem! No tempo da TRD de tanto que operava, dava calo no sovaco no estica e puxa, vai pra frente, vem pra trás. Na concorrência a REMINGTON que perdia de bolada, uns pobres ofícios e poucos memorandos. Mas dava pro gasto em treino de datilografia. No mais, aquelas listagens gigantescas que a gente recebia e arquivava no morto.

Até que, num certo dia, um moço sobrenome PORFÍRIO (eterna gratidão) apareceu lá no posto perguntando pela LEA. Como era final de ano e sempre sobrava um dindim no caixa pras benditas diárias extras, era um vai e vem de gente danado pra tudo quanto é lado. Caso perguntassem por fulano, o (a) diarista, o melhor mesmo era dizer que ele (a) havia dado uma saidinha. Assim o fiz, respondi: foi ali, já amarelado o sorriso.

- E a LAD e a LIN?

- Conheço não, seu doutor, mas acho que foram as duas com ela no BB, disse olhando de menesgueio pra minha chefe que tratou de sair de fininho.

Se vira... E o medo crescendo e a perna tremendo... Foi quando ele inquiriu com voz firme e forte: - e o morto onde fica? Sem pestanejar mais que depressa:

- No Cruzeiro ou Rosarinho, seu doutor! – Cruzeiro era o único cemitério da cidade e Rosarinho a igreja onde se enterravam virgens e



anjos. CDA que o diga poetizando... Daí o Fábio Porfírio não aguentou e soltou sonora gargalhada.

- Vem cá, menina, vou me apresentar e lhe apresentar as colegas da arrecadação.

Do morto frio e mofo ressurgem LEA, LAD e LIN. E foram dias e dias de muita paciência, caneta pincel e cafezinho, para ensinar pras meninas como tratar das meninas. Após o expediente água benta nele (daquela que boi não bebe) pra refrescar a garganta que aquele era filho do santo. Não sei porque, me vem a lembrança Martinho da Vila: “deixa a vida me levar, vida leva eu”. Salve! Santo ensinamento! Começo de nova era.

Até projeto de Agência modelo na época se fez sonhar. E o nosso melhor chefinho que era pai, amigo, irmão, se faz referência e exemplo no tempo e história. OLAVO - seu nome trabalho! E paciência e amor. Nosso reconhecimento e gratidão. Minhas saudades.

Contudo, o sonho não acabou ... Ainda. Continua sendo...

E o orgulho de poder suar e suar pois há de vir o tempo em que a boca do povo irá calar... Aprendendo e aprendendo (e continuo até hoje com as graças de Deus e a boa vontade dos homens), quando veio a cobrança DCTF fui chamada pro primeiro mutirão na Delegacia de BH.

Quanta honra pra capioa que nunca tinha arredado pé do interior! Comprei roupa nova, estudei bastante, inclusive o roteiro diário Rodoviária Ministério, MF rodoviária. E o medo de me perder, ia decorando... São José, praça do pirulito... Nossa Senhora da Boa Viagem me guia. Mas, capital, grande demais tem jeito não. Na Afonso Pena, em quinze dias fui assaltada três vezes. Era como tivesse escrito na testa: vem ne mim.

Na hora do almoço, marmita no colo, olho no balcão eis que surge um senhor na melhor beca querendo adentar ambiente interno. Mandeí a ladainha decorada: sou daqui não; conheço ninguém; não tenho



autorização pra deixar entrar. Favor retornar no horário de expediente. E ele insistindo... Falando até em ir pro Gabinete! Meu Jesus, misericórdia! O jeito foi chamar o guarda. E eis que ei-lo, o guarda:

- Dona, a senhora sabe com quem está falando ou melhor quem a senhora está barrando?

Ai, meu São José do quarto escuro! Por acaso, alguém já ouviu falar no Dr. Vicente Vilaça o super da época? Pois é minha gente, não sou de prestar muita atenção em quadro de retratos e fotos. Até hoje.

E deu no que deu. A notícia se espalhou e de tarde o mundo todo veio conhecer o bicho papão. E tudo acabou em pizza oferecida pelos “assediadores morais” e “bullyinguistas” de plantão. (Ah se seu soubesse, tinha ganho a causa).

O tempo passa, o tempo voa. Não esqueci da história, mas como me falha a memória teve repeteco. Setembro, último dia, ITR bombando. Tudo na base de conferência visual, almofada e carimbo. Horário estendido, músculos e nervos distendidos. Sol rachando e fila dobrando o morro. Isto mesmo! A Agência ficava na cabeça do morro, se é que me entendem, lá no alto, no começo do beco da Saúde. Pois bem, no revezamento na hora do almoço, resolvi fazer um agrado pra quele povo sofrido. Ofereci água mineral (foi quando lançaram a moda do galão, era chique por demais, só não podia espalhar... a gente enchia o galão era com água do filtro de barro, dava um trabalho danado, mas fazia a felicidade dos velhinhos aposentados, crianças das escolinhas e afins que lá iam só para um gole)....

Água mineral e fila apertada, mas organizada com papelim com número de ordem de chegada e tudo mais. Ficou meio embolado, sobrou gente lá fora, mas todo mundo aprovou. Até que me aparece um moço bonito, de branco vestido num rompante de não sei o quê, empurrando doninhas e velhinhos, exige atendimento rápido e preferencial. Não querendo ser descortês, mas já o sangue fervendo, perguntei do que se



tratava – era o mesmo de todo mundo, só que terrinha não, terrão. Gentilmente lhe ofereci a senha papel do tipo 69 e pedi pra ele tomar seu lugar na fila. Furioso rasgou a ficha. Em alto e mau tom me chamou a atenção exibindo o jaleco branco: minha senhora, sabe com quem está falando, não vê a minha roupa, sou amigo do ministro x, delegado y, deputado z, e não entro em fila nunca. Fila é para pobre e analfabeto. Sou doutor. Porca miséria! Foi a gota d'água. O sangue talhou de vez... Deixei o moço falando, chamei os que estavam lá fora, todo mundo pra dentro e perguntei:

- Minha gente este moço quer ser atendido primeiro, diz que é doutor, tá todinho de branco e que tem direito? Nem precisou terminar.

A resposta foi uma vaia da hora...

Ele virou o leão: - Te ponho no olho da rua, atrevida! Me dê RG, CIC e matrícula. Me aguarde!

- Pois não, seu doutor, RG não, CIC não e matrícula também não dou.

- Me dê o nome do chefe!

- Pois não, sim senhor! Tá cá. Só tem mais uma coisinha, de branco que nem o senhor, painho também tá, não é doutor coisa e tal, só gente boa daquelas que vai pro pomba rezar.

Então só foi kkk...

Depois dessa a gente resolveu arrumar a casa...

Copiando a moda da Delegacia, construímos as nossas baias. Tiramos umas divisórias que estavam sobrando no arquivo morto e haja fins de semana, mão de obra de amor, colegas, amigos, famílias trabalhando junto e churrasqueando depois.

Ficou uma lindeza só. Telefone extensão, caixinha de som em cada uma, flor ou foto a gosto do usuário. No chão as pegadas do Leão



desenhadas, recortadas, impermeabilizadas. Nem se falava em Leãozinho e a gente já cuidava da Educação Fiscal: tinha aquele advogado que todo dia passava pra passar o olho no Diário Oficial. Os aposentados que curtiavam nossas músicas e queriam saber do imposto. E os meninos que ouviam com atenção as histórias do Leão.

Tinha vasos de flor no balcão, quadro feito de reciclados disquetes, CD e vinil representando o símbolo lindo da RFB - o quadro e o símbolo, claro. Tinha bandeira dos três poderes. O lugar do chefe era que nem tribuna de júri. Uma peça de sucupira maciça divisória balaústres torneados, portinhola vai e vem e carpete no piso. Do outro lado, parede de miracema coberta de trepadeiras floridas. Mas tinha mesmo era muito amor, companheirismo, respeito e vontade e honra em servir. E como era lindo!

Ah, como era linda, uma teteia a nossa Agência! Joia rara. Quanta recordação, quantas boas lembranças. Quanta gente boa e amiga. Quanta visita ilustre: Dra Leda com seus “limitrofes e partícipes” com todas honorarias e cerimonial. Autoridades, Cafs e fiscais.

E o Flávio, delegado fura-fila, que chegou chegando sem avisar, sem se apresentar e tal qual o Dr. Vicente foi meu motivo de mico local. Acabou em muita risada, cumplicidade e cafezinho. Tempo bom. SAUDADES. Fim das décadas. Mudanças. Muda o Regimento Interno, e num projeto-piloto... o piloto partiu...

Adeus, Itabira! LUTO. Roguei a Deus, Nosso Senhor, que me desse vida, saúde e coragem pra ver revertida esta situação. Novo milênio. Nova era. E João Monlevade nos acolheu com generosidade e carinho especial. Novas amizades, novos conhecimentos. Aprendizado constante. Nova vida. Novos desafios e... Novos amores.

Setembro negro - 11 de setembro, eu no ônibus escutando o zum zum zum, achando que o mundo ia acabar. Setembros rosas cheirosas,



jardins internos. SETEMBRO AMARELO que vale a pena divulgar. Por ele sofremos juntos lá. OUTUBRO ROSA, idem. Dezembros... E lá se foram doze anos de estórias e histórias, causos, casos e acaso.

Dedicação incondicional. Ternos amores, codinome AMIZADE que se fizeram eternos. Enfim, novembro de 2012. E o sonho acabou. Virou realidade. Oito de novembro de 2012: reabre a Agência da Receita Federal do Brasil em Itabira. Ah se eu pudesse e meu dinheiro desse... la ter banda de música, espetáculo pirotécnico, show de banda de rock, sertanejo, forró (de raiz e universitário pra agradar todo mundo), tudo junto e misturado. la ter champagne, chope, cerveja, pinga, cachaça, uísque, refrigerante, q-suco... Batatinha frita, salgados finos e não, docinhos e bolo. Almoço pra rico e pra pobre numa imensa mesa redonda. Tamanha era a felicidade...

Mas teve melhor: autoridades presentes e ausentes. Dr. Hermano. Minha amiga delegada Ana Elizabeth. CONTRIBUINTES. Profissionais afins. AMIGOS. Colegas. FAMÍLIA e flores não podiam faltar. Drumonzinhos honrando a terra.

Quebra total de protocolo deixando a cerimonialista louca da vida! Paixão brotando do peito, reverberando num quase grito de orgulho do hino de Itabira. E foi só alegria, correr pra mil abraços. E chorar de gratidão. E cá estou eu, sexagenária, com um nascituro ainda na cabeça. Sim cabeça sim, barriga não. Pendência última de ato não conclusivo de JME - sem decidir de dar ou não...

Pedido urgente de advogada para preservar o futuro do nascituro - cadastre-se no CPF. Enquanto a ordem judicial não vem, continuo esperando... E o nascituro provavelmente nasceu. Mas eu continuo Grávida de alegrias. Grávida de reconhecimento e agradecimento. Grávida de vida. Grávida de orgulho de ser analista da Receita Federal do Brasil!

Acaso você chegar...



Como minha história se cruzou com a da Agência de São Jerônimo

Eliete Solange de Oliveira

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Porto Alegre-RS

Ingressou na Receita Federal em 16/03/1987 na DRF/Santa Maria, com Previsão e Análise de Arrecadação e na ARF/SJO em 09/01/1989, Atendimento. A partir de julho de 1990 na função de agente, e em março de 2012 com processos e preparo de ofícios judiciais.

RFB, ARF, o que é? Não consigo falar a respeito da minha Agência da Receita Federal, que também é do Brasil, sem começar por mim: como e quando a conheci. Num sábado ou domingo do final de 1988, vim com meus pais conhecer São Jerônimo, onde está (ou estava?) localizada a ARF/São Jerônimo. Vim de Santa Maria (RS) para viver com a pessoa que escolhi (casamento em julho/1987) para ser pai de minha descendência.

A cidade era pequena, muitos cães na praça central e uma pessoa, como costumamos dizer, 'fora da casinha' gritando: "*se fosse eu que estivesse fazendo isso, me prenderiam, mas vocês não! Fora daqui.*" Foi minha primeira impressão filosófica da cidade. Uma casa simples, vista de fora, era sede da Agência, na rua central, em frente ao Banco do Brasil. Perguntei por imobiliárias e imagino que quem estiver lendo sabe como é numa cidade do interior. A que existia me disseram que estavam



construindo uma ampliação da Eletrosul e os imóveis estavam sendo disputados... Mas consegui um apartamento tratando diretamente com a proprietária do imóvel.

No outro dia, ao conversar por telefone com uma funcionária da ARF para dizer que iria trabalhar em São Jerônimo, ouvi choro de criança e pensei: meu Deus, onde fui me meter! Mas já era tarde para desistir. Ao encontrar-me com ela, comentei que havia ouvido criança. Ela me relatou que havia trazido o filho junto porque a pessoa que cuidava dele faltou ao trabalho e ela não queria que os contribuintes viessem até a Agência e voltassem sem atendimento, caso faltasse, pois o único outro funcionário, o Agente, estava em férias. Neste momento mudei a primeira impressão para a certeza de que seria muito bom trabalhar com colega com características que admiro. Felizmente, trabalhamos juntas até 2016, durante 27 anos. Claro que, neste meio-tempo, descobrimos outras qualidades e defeitos uma da outra, como é normal entre seres humanos que trabalham, e por isto vivem juntos, oito horas por dia. Mas continuo admirando sua responsabilidade e memória invejável.

Quando realmente comecei a trabalhar, ela estava em férias e o agente começou a me ensinar as diversas atividades. No início, foi desafiador porque eu, que vinha trabalhando com previsão e análise da arrecadação na Delegacia de Santa Maria, há um bom tempo não atendia demandas de contribuintes. Sempre que aprendia algo mais e acreditava, ingenuamente, que já sabia tudo, aparecia caso novo, desconhecido para mim, para atender. Esta é uma característica de trabalho em Agência: somos generalistas. Nas décadas de 80 e 90, não havia internet (pelo menos em Agências como a de São Jerônimo).

Até o deslocamento para a capital, em cidades do interior onde a maioria tem poder aquisitivo limitado, poucos com acesso a automóvel e transporte coletivo com poucos horários, era difícil. Então, mesmo sem formação/informação adequada, muitas vezes intermediávamos o



questionamento ao plantão fiscal da Delegacia via telefone. E, falando em poder aquisitivo, nossos contribuintes tinham perfil diversificado: os empresários do Polo Petroquímico sediado em Triunfo, responsáveis por fazer a arrecadação da Agência maior do que de muitas Delegacias, e os contribuintes que muitas vezes recorriam ao atendimento da ARF só para cumprir formalidades, como cadastramento e entrega da DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) sem ou com valor simbólico de imposto a pagar. Às vezes, até atendíamos pessoas com um nível precário de conhecimento que os permitia dizer: *“Vim pra fazê o CPOF dessa daqui, daí ela fica documentada”*.

Depois do período de férias (janeiro/fevereiro), tomei ciência de que tínhamos dois colegas, se não me falha a memória, que haviam sido colocados em disponibilidade por ter sido extinta a atividade que realizavam trabalhando no rio Jacuí. Um nunca foi alfabetizado e o outro com dificuldades visuais. Esperavam decisão judicial para solicitar aposentadoria. Quando atendíamos alguém referente a CPF e entregávamos o cartão, o colega analfabeto dizia: *“É original, xerox, fotocópia autenticada, pode plastificar.”* Era difícil convencer sem magoar uma pessoa idosa, analfabeta, a não “participar” do atendimento que realizávamos.

Passamos por dificuldades numa época de congelamento de preços, quando não se podia reajustar o valor do aluguel, o que motivava constrangimento para solicitar reparos no imóvel locado, até porque, para o proprietário, era melhor que a Receita Federal desocupasse o imóvel por pagar valor irrisório de aluguel. Na sala onde guardávamos arquivos, material de consumo, manuais e formulários de declarações, o piso de madeira em parte estava caindo. Às vezes, via-se uns bichinhos entrando por ali entre as caixas. Até que um dia, conseguimos mudar a Agência para outro imóvel.



Outro desafio foi quando o ITR passou a ser administrado pela Receita Federal: tínhamos que aprender um pouco sobre o assunto e fazer o cadastramento dos imóveis rurais. O sol, caindo, ia além do balcão de atendimento, e os contribuintes ali esperando. Vinham com uma kombi-lotação contratada para trazê-los, pois não havia linha de ônibus onde moravam. Como dizer-lhes para irem embora e voltar noutro dia?

O Agente anterior havia se aposentado. Estávamos trabalhando em São Jerônimo só a colega e eu. Durante este período, ela iniciou licença gestante. Foi disponibilizada a secretária do delegado para me auxiliar, porém ela, naquela época, não trabalhava com cadastramento de imóvel rural.

Também passamos pelos desafios, que a maioria dos colegas conhece para entender sem ser advogado, nem ter colega na Agência que tenha cursado direito, uma determinação judicial para fornecer certidão *“se isto, se aquilo”*...

Lembro a incorporação dos serviços previdenciários. Em nossa Agência, permaneceu um terço dos funcionários que realizavam este trabalho na Previdência, ou seja: um colega! Mesmo sendo competente, conhecedor do trabalho a ser realizado, assíduo e responsável, todo ser humano tem direito a se afastar do trabalho para cuidado com saúde e férias, além de não conseguir realizar o trabalho de três ao mesmo tempo!

Depois de já termos nos adequado e quando já estávamos conseguindo a quantidade de funcionários mínima necessária e com imóvel em dimensões adequadas, houve alteração na maior empresa do Polo Petroquímico, o que fez com que a arrecadação contabilizada na ARF diminuísse drasticamente.

Há alguns anos, sofri acidente automobilístico grave, com seqüela cerebral, o que me afastou do trabalho por bastante tempo. Por insistência minha, retornei até agora, mas sem a mesma condição laboral. Alguns colegas, como sempre, conseguiram transferência e não houve reposição.



Sabemos que muitos atendimentos hoje não são obrigatoriamente presenciais, podem ser realizados pela internet/autoatendimento. Assim, a demanda tem reduzido. Depois de muito trabalho e dedicação, tanto dos funcionários em exercício na Agência quanto na DRF Porto Alegre, para que a Agência da Receita Federal do Brasil em São Jerônimo fosse o que foi, suas portas foram fechadas¹. Quanto a isso, lamento principalmente pelos contribuintes sem condições financeiras para comprar um computador, aprender usar internet e/ou para ‘terceirizar’ de modo que um procurador o represente na capital, nem sabem ir até o prédio da DRF/POA e tampouco têm dinheiro suficiente para contratar serviço de táxi.

De minha parte, esta alteração me fez repensar o desejo de continuar trabalhando: mesmo limitada, algumas coisas ainda conseguiria realizar e me sentiria orgulhosa por poder fazê-lo, mas tendo que dedicar, além das oito, mais quatro horas para o trabalho por dia ao acrescentar tempo de deslocamento para ir e vir a Porto Alegre, a qualidade de vida diminuiria muito e isto ninguém merece, principalmente depois de ter trabalhado mais do que o tempo contratado inicialmente.

Um dia desses ouvi de um contabilista: *“Elieti, tu eras chata, fazia cumprir a lei custasse o que custasse. Mas era assim com todos, tratava a todos com igualdade. E isto fazia a gente te respeitar e admirar, bem como os que trabalhavam contigo.”* Sinceramente, nunca imaginei que um dia na minha vida fosse gostar de ouvir alguém me chamando de chata... mas fiquei orgulhosa, fez pensar que temos a consciência de que mesmo sendo uma atividade estatal de exigência de informações e pagamento de tributos, entramos para a história como funcionários que realizaram seu trabalho da melhor forma que conseguiram e sem descumprir normas.

¹As atividades da Agência da Receita Federal de São Jerônimo foram suspensas a partir de 04 de julho de 2016, pela Portaria RFB nº 1.045, de 29 de junho de 2016.



Dê-me licença, preciso instalar-me!

Honorino José Gonçalves

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Joinville/SC

Auditor-Fiscal desde junho de 1995, oriundo da extinta Receita Previdenciária; de 2007 a 2011, exerceu a função de Assistente da DRF; de 2011 a 2014, exerceu a função de Chefe da Sacat. Atualmente ocupa o cargo de Delegado da DRF em Joinville/SC. Participou dos trabalhos da Equipe Nacional de Cobrança Automática (GFIP x GPS). Possui Pós-Graduação em Direito Tributário e em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia da Construção Civil.

A ideia de construir a nova sede da Delegacia da Receita Federal em Joinville/SC surgiu em 2004 e no final do referido ano, foi celebrado contrato de prestação de serviços para elaboração do projeto básico (arquitetônico e complementares) de construção de um edifício com quatro pavimentos.

A finalização desses projetos ocorreu somente em meados do ano de 2006, e o projeto arquitetônico foi aprovado na prefeitura de Joinville no início de 2008.

Em razão do tempo decorrido para entrega dos projetos, houve a necessidade de adequação de alguns itens dos projetos originais às normas vigentes e ainda a atualização monetária dos orçamentos, sendo contratada outra empresa que finalizou os trabalhos em agosto de 2013.

Incluída no Plano de Engenharia para o ano de 2013, a obra de construção da nova sede em Joinville foi orçada em R\$ 13,1 milhões para



uma área total de 5.698,02m². Esse investimento foi considerado estratégico, haja vista que a sede atual está instalada em um imóvel comercial de terceiro, locado, com área inferior às reais necessidades da Unidade para o adequado desenvolvimento de suas atividades.

Fui nomeado para exercer o cargo em comissão de Delegado na DRF Joinville no dia 05 de junho de 2014, e a licitação estava marcada para o dia 27 do mesmo mês. Os meus antecessores fizeram a sua parte e agora eu tinha à frente esse grande desafio de materializar o sonho da construção da nova sede.

O contrato com a construtora vencedora do certame foi assinado em agosto de 2014, no valor aproximado de R\$ 12 milhões, porém, quando da obtenção da licença ambiental de instalação, ou seja, a licença para iniciar a obra, a Secretaria do Meio Ambiente de Joinville enxergou alguns empecilhos ao fornecimento do documento.

O órgão municipal do meio ambiente mudou a sua interpretação em relação à vegetação, considerando que deveria ser mantido 30% da vegetação no terreno, o que inviabilizaria o projeto. Destaque-se que tínhamos uma licença prévia, datada de 19 de novembro de 2008, em que a supressão fora autorizada, com compensação, na forma de fornecimento de mudas na proporção de uma para cada árvore cortada, constando, ainda, a obrigação de fornecer 25 mudas. A supressão autorizada não foi realizada na época, por se tratar de um custo desnecessário, tendo em vista não existir perspectiva de recursos para realização da obra.

Foi contratado serviço técnico para confecção de um laudo sobre o atual estado da vegetação do imóvel e concluiu-se pela necessidade da fusão com imóvel adjacente, também da União, para mantermos o percentual da vegetação.



Grande surpresa ocorreu, após as dificuldades em relação à unificação dos terrenos, com vários contratempos burocráticos quando, em junho de 2015, foi indeferida a supressão da vegetação, situação impeditiva para a realização da obra contratada.

A Secretaria do Meio de Ambiente de Joinville, por meio de seus técnicos, negou o corte das árvores e, conseqüentemente, não havia como liberar a licença ambiental de instalação. Em síntese, as negativas fundamentaram-se em um suposto corredor ecológico e um suposto curso d'água com base em fotografias aéreas de 1972 e 1989.

Uma obra com alvará de construção expedido pelo município, em 29 de outubro de 2014, tornou-se inócua face à modificação do entendimento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente quanto à supressão da vegetação e, conseqüentemente, do licenciamento ambiental de instalação, apesar das medidas compensatórias propostas e a fusão da matrícula do imóvel inicialmente destinado à construção da sede com outro imóvel vizinho, também de propriedade da União.

Com um cronograma previsto para iniciar as obras em setembro de 2014, estávamos diante de uma situação que poderia impedir para sempre a construção da nova sede. Diversas reuniões entre o delegado e servidores da unidade com autoridades municipais, dentre elas o Secretário de Meio Ambiente e o próprio Prefeito e, ao final, a licença foi negada sob pena de multa pelos servidores municipais, obrigando a Procuradoria Seccional da União a ajuizar ação em face do município.

A robustez dos argumentos da União foi considerável e foi apontada a fragilidade dos fundamentos da negativa por parte do município, conforme decisão judicial. O suposto corredor ecológico que, a princípio, não encontra amparo no plano de manejo, tratando-se de mera presunção, sendo que existem diversos prédios públicos, via de trânsito rápido e residências na mesma área, que derrubam qualquer esforço imaginário de



criação desse suposto corredor necessário para sobrevivência da fauna e flora do morro do Boa Vista, que se situa atrás do terreno. Como poderia um macaco-prego, por exemplo, usar o terreno para passar para o lado de outra mata, sendo que há essa via de trânsito rápido como obstáculo? Provavelmente morreria atropelado antes de chegar ao destino.

Em relação à suposta existência de um curso d'água, foram realizadas verificações no imóvel, não sendo possível localizá-lo.

Foram impetradas duas ações judiciais: uma, proposta sob o rito ordinário pela União, visando que o município de Joinville fosse condenado a emitir autorização para supressão de vegetação e, em consequência, o licenciamento ambiental para construção do edifício-sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville e que fosse declarado, autorizado ou reconhecido o direito de iniciar as obras no imóvel indicado, assegurando o resultado prático equivalente ao do adimplemento. A outra ação de medida cautelar de produção antecipada de provas proposta pela União, visando a realização de perícia técnica de engenharia ambiental destinada a instruir processo dirigido a viabilizar a obtenção de licenciamento ambiental.

Em síntese, foi narrado na ação de medida cautelar: “a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC intenta construir seu edifício-sede desde o início da última década, tendo conseguido, em meados de 2005, concluir todas as etapas relacionadas ao licenciamento urbano e de registro imobiliário; com a disponibilidade financeira, houve a retomada dos procedimentos administrativos e contratada a sociedade empresária para execução total da obra, com a consequente emissão da Nota de Empenho; após a emissão do Alvará de Construção da obra, ocorrido em 29 de outubro de 2014, houve modificação do entendimento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente quanto a supressão da vegetação e, conseqüentemente, do licenciamento ambiental para construção do prédio sede”.



Na ação ordinária, a sentença confirmou a tutela de urgência e determinou que o município mantivesse a concessão do licenciamento ambiental para a construção do edifício-sede da DRF Joinville. Destaca-se a importância da ação de produção antecipada de provas, por meio de laudos periciais, haja vista que o douto juiz julgou procedente o pedido na ação ordinária, com base na vasta produção probatória pericial, concluindo pela inexistência dos motivos apontados no Parecer Técnico emitido pela Secretaria do Meio Ambiente para denegação do licenciamento ambiental. As duas ações transitaram em julgado, não cabendo mais recurso.

Quem lê essa resumida história, não imagina o longo período de luta permanente e os “guerreiros” da Delegacia que se empenharam com zelo, dedicação e paciência ao mesmo tempo, mas valeu a pena!

Meu pai dizia, em outras palavras, que se ele não falasse, as pedras falariam!

Nesse ponto, o meu pai tinha razão ao usar a prosopopeia para descrever o seu sentimento, pois em todo esse período para obtenção da licença ambiental de instalação, podíamos sentir e ouvir uma voz que “saía” dos projetos, da maquete e das plantas:

- Dê-me licença, preciso instalar-me!



Final de expediente

Rudimar Mariano

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Criciúma-SC

Agente da ARF Criciúma/SC. Ingressou em 30/10/1986. Agente Administrativo do Ministério da Fazenda de 1986 a 1991. Analista Tributário de 1991 até hoje. Agente desde 1996.

Era final de expediente em mais um dia na ARF Criciúma, Santa Catarina. Mais uma vez, um dia cansativo, com muitos atendimentos presenciais. Muito próximo ao fechamento da Agência, eis que surge um contribuinte se intitulando Padre Marcos e pedindo atendimento para tratar de sua declaração de imposto de renda.

Como todas as senhas já haviam se esgotado, ele pediu para falar com o Agente. Para minha surpresa, aquele atendimento que poderia ser tenso, tornou-se muito agradável e proporcionou uma bela experiência de vida.

O padre possuía projetos sociais. Relatou-me suas dificuldades financeiras e suas necessidades materiais para construção de uma casa para ex-presidiários.



Conversa vai, conversa vem, fiz as verificações necessárias em sua malha fiscal. Ele possuía um parcelamento ativo, mas estava com as últimas duas declarações em malha débito e o sistema de compensação estava inoperante há mais de sessenta dias.

Como que um milagre, naquele dia de sua visita, o sistema de compensação voltou a operacionalizar e efetivei seu encontro de contas, sendo encaminhados para a fila de restituição os seus créditos financeiros.

Num gesto puramente espontâneo, o padre falou muito alto: "milagre, milagre, vou poder comprar 80 sacas de cimento para a obra". E saiu da sala feliz, realizado e muito agradecido.

Aquele dia acabou melhor.



Geraldo

Ronaldo Lomonaco Júnior

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Derpf/São Paulo-SP

Ingressou em 01 de setembro de 1992. Exercício em ALF/GRU, SRRF08, Defis/SPO e derpf/SPO.

Desde o meu ingresso na Receita Federal, em 1992, vivi diversas situações curiosas. Em Cumbica, na Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo, o então chefe do Setor de Trânsito Aduaneiro era tido como extremamente rigoroso e os indeferimentos para o regime especial faziam parte da rotina da equipe. Na época, os despachos eram datilografados por um auxiliar no próprio formulário da DTA (Declaração de Trânsito Aduaneiro).

Um certo dia, o auxiliar aprontou. Ao datilografar “indefiro o pedido de trânsito aduaneiro...”, comeu o primeiro “d” da palavra “pedido”. Quando me deparei com o indigesto termo no despacho, não pude me conter e provoqueei o colega: “você não dá moleza, mesmo, indefere até p...!”



Noutra época, quando era o supervisor do Setor de Admissão Temporária, um homem muito simples pediu para falar comigo. Recebi-o na minha sala e perguntei em que o poderia ajudar. Falou que a situação estava difícil e que gostaria de trabalhar na Receita Federal. Com toda a calma, expliquei que só seria possível mediante concurso público – naquele tempo não havia terceirização. Foi então que me explicou por que havia procurado aquele setor: queria ser admitido temporariamente.

E assim, poderia passar horas relembando bons e maus momentos, mas o que de fato me motivou a fazer este relato foi um processo que recentemente li, quando tentava, nos momentos livres, ajudar a reduzir o grande estoque de processos de CPF da Derpf – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas em São Paulo.

O singelo processo, de quatro folhas apenas, assim se apresentava:

Capa do processo

Interessado: Geraldo

CPF: Ausente

Protocolo: 30/03/2006

Estávamos já em 2016. Puxa vida, um processo sem CPF, um interessado sem sobrenome, sem endereço, arquivamento certo, menos um, pensei.

Petição de fls. 1:

Eu Geraldo, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXX, expedida em 13/03/2006 e Certidão de Nascimento lavrada no livro XX, fls XX, 1º Subdistrito Sé, venho solicitar minha inscrição no CPF, para fins de requerimento de aposentadoria junto ao INSS.



No aguardo, desde já, agradeço a atenção,
(E na assinatura, a impressão digital de um polegar)

Fls. 2, cópia da Certidão de Nascimento:

Certifico que, às fls XX, de registro de nascimentos, foi lavrado o assento de que GERALDO, nascido em data ignorada, em NÃO CONSTA, com aproximadamente 70 anos de idade, do sexo masculino, filho de NÃO CONSTA e de NÃO CONSTA.

São avós paternos: NÃO CONSTA.

São avós maternos: NÃO CONSTA.

Registro feito em cinco de dezembro de dois mil e cinco.

Observações: À margem do assento nada consta. Nada mais.

Fls. 3, cópia do RG:

nome: GERALDO

filiação: (em branco)

naturalidade: CIDADE IGNORADA

data de nascimento: IGNORADA

NÃO ALFABETIZADO

Fls. 4, tela da tentativa frustrada de inscrição no CPF, onde se lê a seguinte mensagem retornada pelo sistema:

CAMPO OBRIGATÓRIO NÃO PREENCHIDO

De fato, o único campo preenchido: GERALDO

Sem ter como inscrevê-lo ou intimá-lo, confirmou-se a primeira impressão, o processo foi arquivado. Menos um?



O arquivamento nunca apagará a lembrança daquele triste momento em que um flash da aspereza da vida de um excluído deixou um rombo em meu coração.

Sem ter como ajudá-lo e nem mesmo como conhecê-lo, só pude lhe agradecer, sinceramente, pela oportunidade do breve contato com a sua documentação árida de dados, mas densa em significado.

Obrigado, Geraldo, onde estiver, fique com Deus.



Histórias de Cumbica

Valmir Paulino Benício

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/São Sebastião do Paraíso-MG

Ingressou na RFB no concurso para TTN em 1989 e foi nomeado no dia 15/05/1991. lotado inicialmente na Alfândega de Cumbica, pediu transferência para a recém inaugurada Delegacia da Receita Federal em São Bernardo do Campo em 1995. Em 2004 foi transferido para DRF/Poços de Caldas e em 2010 para a Agência de São Sebastião do Paraíso em Minas Gerais. Além de servidor Federal é escritor e palestrante.

Trabalhar na Alfândega de Cumbica, do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, em Guarulhos – São Paulo, sempre foi envolto de muitas histórias e folclores. Afinal trata-se de um dos maiores e mais movimentados aeroportos do mundo. Alguns de nós da turma do concurso de TTN (Técnico do Tesouro Nacional) de 1989 fizemos parte e vivenciamos muitas dessas histórias.

Para começar que nosso concurso teve uma celeuma em torno da nomeação. Após o treinamento a expectativa era de imediata nomeação que acabou ocorrendo efetivamente somente em 1991.

A turma teve uma interatividade incomum. Até porque todos eram de diferentes localidades e estados do país. E havia muitos de descendência oriental. Muitos de nós somos amigos até hoje. Lembro que



alguns colegas eram paulistas da capital, alguns da grande São Paulo e interior, alguns mineiros e alguns nordestinos.

A distância da família e da terra colaborou muito para essa proximidade entre os colegas. Lembro que eu morava em São Bernardo do Campo e tinha que pegar 5 conduções – uma do meu bairro até o centro da cidade, o trólebus para Santo André, o trem urbano, metrô e o ônibus para o aeroporto. Esta sina todos os dias. Para voltar tinha mais sorte, pois sempre tinha uma carona. E assim se foi entre 1991 e 1995, período em que inclusive eu ainda estudava, fazendo a faculdade de Direito até 1993. Trabalhar era uma jornada de aventura e emoções todos os dias.

No horário de almoço costumávamos ir para a Ala de passageiros para descontrair um pouco. Era comum esbarrarmos como celebridades de todos os gêneros. Lembro de uma vez que vimos um casal, cuja a mulher era de uma beleza diferenciada. O homem fumava um cachimbo impassivamente. Foi então que vimos que se tratava do casal Tereza e o finado Pedro Collor. Outra ocasião vimos um tumulto gigantesco na porta do saguão de entrada. Muitos repórteres e curiosos em torno de uma pessoa. Era, nada mais nada menos, que Ayrton Senna, que embarcaria para o GP da França em 1993.

Certa vez fomos para um evento em um requintado restaurante do aeroporto onde haveria um show com o apresentador Gugu Liberato. Na época era popular no seu programa uma brincadeira onde suas assistentes de palco chamavam alguém da plateia para participar da tentativa de estourar uma bexiga. Adivinhem que foi escolhido para participar? Na verdade todos os colegas me indicaram por ser o mais descontraído da turma. Foi muito divertido. Tem a história do Auditor que não abria mão de ir trabalhar com seu velho fusca. Havia a colega que cismava (e temia) com quaisquer coisas que pareciam estranhas na área do aeroporto. Não se aproximava e não passava mais no local. Uma pedra estranha, um papel



rasgado, um bilhete, enfim, qualquer objeto diferente causava desconforto na colega. Nunca entendemos o que ocorria com ela.

Lembro também quando fizemos o acompanhamento da liberação de bens e bagagem do Papa em sua visita ao Brasil em 1991 e de Madonna que iria fazer shows no país em 1993. Lembro dos procedimentos de liberação de peças para o Papamóvel. Era assim sempre. Sempre novidades, celebridades, autoridades, santidades, gente de todo tipo. Cumbica é a porta de entrada dessa gente toda. E estávamos lá para cumprir uma das principais atividades institucionais da Receita Federal do Brasil que é o controle de entrada aduaneiro.

Gostava muito de trabalhar em Cumbica, mas essas constantes viagens eram muito desgastantes. Foi quando um colega me indicou para ser removido para a recém-criada Delegacia da Receita Federal em São Bernardo do Campo.

A DRFSBC foi criada em 1994. Anteriormente, era um Agência da Delegacia de Santo André. Até então, não tinha sede própria (mudou de local várias vezes). Somente em 1996 foi ocupado o edifício-sede da DRFSBC, recém-adquirido, que teve que passar por manutenções para que tivesse condições de receber seu quadro de funcionários. No início, este quadro era pouco numeroso. Isto somente foi corrigido nos anos seguintes com as remoções e concursos. Foi nesse momento, em 1995 que passei a trabalhar na DRF/SBC, bem mais próximo de onde eu morava.

Entre 2004 e 2008, foi construído um novo edifício, na antiga área de estacionamento, e reformado o edifício antigo. Isto possibilitou o recebimento de um quadro de funcionários adequado às demandas do município de Diadema (onde também existe uma Agência) e São Bernardo do Campo. O edifício anexo foi inaugurado em 2008 com a presença de Lina Maria Vieira, a primeira e única mulher no comando da Receita Federal do Brasil.



“Histórias de um concurseiro”

Hélio Sandro Pereira dos Santos

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - SRRF05/Salvador-BA

Análise, processos e elaboração de pareceres, ingressou em 06/02/2003, chefe substituto da Diana, chefe de Eda, chefe de Era, chefe de Efa e assessor do gabinete da SRRF05.

Aprovação em um concurso público é, acima de tudo, uma questão de dedicação e esperança. Vou contar uma história para vocês sobre um AFRF (auditor-fiscal da Receita Federal) que vou chamar, por uma questão de anonimato, de João sonhador.

Num desses treinamentos que a Receita Federal promove para capacitar seus servidores, fui almoçar com um grupo de colegas numa churrascaria em Brasília. Lá chegando, enquanto esperávamos a primeira rodada de delícias, iniciou-se um bate-papo sobre amenidades, e alguém, mais afeito a estatísticas, começou a falar sobre sua história de aprovações em concursos públicos.

Quando percebemos a conversa já havia se tornado um “show” de exibicionismo, cada qual destacando a colocação que obtivera, as notas



Assim, aos 31 anos, alcançou a condição, quase impensável anos atrás, de servidor público municipal na área administrativa. Pegou gosto pelos estudos e, aproveitando a melhoria de suas condições socioeconômicas, começou a sonhar com voos mais altos. A prefeitura de Ribeirão Preto abriu concurso para fiscal de rendas. Àquela época, exigia-se apenas o 2º grau completo. João, outra vez, não perdeu tempo e, embora o concurso tivesse grande concorrência, inclusive com grande número de candidatos com nível superior, fez a inscrição, estudou arduamente e foi aprovado.

Ao tomar posse do cargo de fiscal de rendas do município de Ribeirão Preto percebeu, com o passar de poucos anos de trabalho, incrível melhoria de sua condição financeira. Nesse ínterim, outros projetos já tomavam conta de sua alma. Assim, matriculou-se num curso pré-vestibular e depois de 02 anos de cursinho e 11 vestibulares realizados, enfim, foi aprovado no curso de contabilidade de uma faculdade particular na cidade em que morava.

Formou-se aos 43 anos e se tornou o único de sua família a possuir nível superior. Claro, nessa altura da vida já havia casado e possuía três filhos. João é um desses incansáveis sonhadores, sempre em busca de novas conquistas. Foi assim que aos 45 anos de idade resolveu se inscrever no concurso para o cargo de auditor-fiscal do tesouro nacional (AFTN).

Três anos de estudo, quatro concursos depois e, em 1992, João se tornou auditor-fiscal do Tesouro Nacional. Depois de ouvir atentamente esta narrativa, afinal entendi porque João sonhador tinha sempre um largo e bonachão sorriso no rosto: ele, mais do que todos nós, acreditou num sonho e ofereceu uma lição de dedicação, disciplina e humildade que deixou todos que estavam a mesa, ouvindo aquela história, com uma sensação do ridículo que era aquele “show” de vaidades que tomou conta dos primeiros momentos de nossa conversa.



alcançadas, o menor tempo de estudo empregado, ao mesmo tempo em que todos, inclusive eu, narravam acontecimentos quase épicos sobre as dificuldades que enfrentaram até conquistar a aprovação no concurso da SRF (Secretaria da Receita Federal).

Se um dizia ter estudado uma média de dez horas diárias, outro retrucava que teve que pedir demissão do emprego na iniciativa privada para se dedicar aos estudos, no ponto em que alguém informava que vendeu o carro para custear a compra de livros, pagamento de curso preparatório e realização de viagens com hospedagem para os vários concursos nacionais que prestou, ao que todos, quase de maneira uníssona, chamaram de “turismo de concurso”.

Contudo, sentado ao fundo da mesa percebi uma pessoa de sorriso farto e que em nenhum momento da conversa houvera se manifestado. Curioso que sou, indaguei àquele colega qual afinal era sua história? Começou informando que se chamava João e que estava satisfeito em ter sido o último colocado no concurso em que foi aprovado.

Todos se voltaram para aquela figura com um olhar inquisidor! Ficamos estupefatos com a declaração e o questionamos sobre as razões de seu contentamento. João, polidamente, explicou que, ao contrário dos demais presentes, sempre estudou em colégio da rede pública de ensino e que seu primeiro emprego, aos 17 anos de idade, fora boia-fria.

Trabalhava duro nas lavouras de cana no interior paulista para garantir o sustento próprio e de sua família. Aos 26, havia concluído o supletivo do 1º grau e prestou concurso para gari da prefeitura de Piracicaba. Aprovado no concurso de gari, continuou estudando, por meio de ensino a distância (Telecurso 2º grau), pois pretendia prestar concurso para a área administrativa da prefeitura de Piracicaba. Assim que foi publicado o edital de concurso para o cargo de auxiliar administrativo, João não perdeu tempo: fez a inscrição, estudou e passou!



Contei esta história só para lembrar aos concurseiros de plantão que o caminho até a aprovação no concurso de auditor-fiscal da Receita Federal é árduo, mas não há nada que não possa ser realizado com disciplina, dedicação, persistência, planejamento e, principalmente, uma boa dose de sonhos.

Acreditem no potencial de vocês. Estudem!



Infausto abraço
(A história não contada)

Cléber Marcelo Fernandes Caetano

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF /Porto de Santos-SP

Ingressou na Receita Federal em 1993, na ARF Adamantina-SP e ali permaneceu até 1997. Ainda em 1997 foi nomeado na alfândega do Porto de Santos-SP, onde permaneceu, tendo desempenhado atividades na importação, no trânsito aduaneiro e na repressão. Atualmente exerce as funções de chefe substituto da equipe de conferência aduaneira.

Advertência: este texto contém fatos (e fotos) que podem ocasionar desejo incontrolável de trabalhar na aduana.

Setembro de 2016 (depoimentos verídicos):

S.R.M.- Era tanta mercadoria que saía daquele contêiner que nada mais me surpreendia; mas aquele objeto, aquele último objeto a ser retirado, chamou demais a minha atenção. E, por razões até hoje desconhecidas, nos dias seguintes, eu sequer me lembrava daquela fatídica apreensão.

A.P.S.- Fui o primeiro a visualizá-la. Em tantos anos de vigilância e repressão, nunca tinha visto nada parecido. Estávamos no inverno, mas, de



repente, senti um calor africano... Naquela noite não preguei os olhos e nada, absolutamente nada parava no meu estômago.

* * *

Da fronteira da minha memória, faço um breve relato daquela que, na minha opinião, foi uma das mais celebradas apreensões da Alfândega do Porto de Santos desde a sua criação, apreensão essa que ora completa onze anos.

Muito se falou, nos últimos tempos, da fatura de obras de arte apreendidas no bojo da operação Lava-jato. O que poucos sabem, entretanto, é que a Alfândega do porto de Santos, certa vez, apreendeu uma coleção inteira, de elevado quilate, mas que continha um intrigante artefato.

Na escala do tempo, onze anos não significam absolutamente nada. Já na linha do tempo dos processos de trabalho da Receita Federal, onze anos são uma eternidade, tamanha a velocidade com que se modernizam.

Naquele distante ano de 2005, o Siscomex Carga ainda não havia sido dado à luz; os escâneres estavam migrando dos filmes de ficção científica; nossos “cães” de faro possuíam RG, CPF e polegar opositor, e, saudade infinita, linguíça tinha trema...

Todos os dias, uma cordilheira de manifestos com milhares de conhecimentos de carga eram entregues à fiscalização, logo após a da atracação dos navios. Inúmeras as disformes torres de papel logo se formavam sobre quase todas as mesas da equipe de operações. E ali era feita a seleção, completamente manual.

Numa manhã daquela época, selecionamos uma carga procedente dos Estados Unidos que dizia conter produtos cerâmicos destinados à construção civil. Queríamos conferi-la ainda no operador portuário - que é o local onde o navio atraca -, mas fomos informados que ela acabara de ser removida para o recinto depositário.



Corremos até lá! Quando a carga chegou, nossa equipe já estava à espera, pronta para a conferência.

Mal abrimos a porta do contêiner e, de imediato, notamos a descarada falsa declaração de conteúdo, uma vez que diversos equipamentos odontológicos compunham a primeira fileira de mercadorias.

E assim teve prosseguimento a conferência: equipamentos odontológicos, equipamentos médicos, motocicletas, eletrônicos. Resumindo: tinha quase tudo, exceto o declarado. Seria uma notória apreensão como tantas outras, ressalte-se. Mas a maior surpresa viria com os últimos gomos do contêiner: quadros – um punhado deles – e algumas esculturas.

* * *

CAÇADOR DE PASSARINHO

Esse tópico específico já foi parcial e resumidamente relatado no primeiro volume do concurso Histórias de Trabalho da RFB, em 2010.

Entre os quadros apreendidos, uma figura de um menino magro, descalço e com um estilingue nas mãos chamou nossa atenção, nem tanto pelo desenho, que de fato era muito belo, mas por uma pequena inscrição anotada num dos cantos inferiores da tela: “Portinari 58”

Quedamos todos! Seria mesmo aquele quadro um autêntico Portinari?

Fizemos contato, então, com o instituto Portinari que, imediatamente, enviou-nos duas peritas para analisarem aquele quadro, as quais atestaram sua autenticidade e nos informaram que seu paradeiro era desconhecido havia vários anos.



Caçador de Passarinho era o seu nome. No mercado das artes, aquilo valia uma pequena fortuna, segundo as peritas. Repercussão imediata e nacional! Aí brotou uma confusão!

A prefeitura de Santos, sabendo da apreensão e, sob o argumento de não possuir nenhuma obra de arte do autor em seu acervo, tentou de todas as formas ser agraciada com sua doação. O então secretário de cultura municipal ameaçou acorrentar-se à obra para impedi-la de ser destinada à outra localidade.

Houve até uma barulhenta passeata em frente à nossa Alfândega, onde alunos da rede pública municipal ostentavam várias faixas e cartazes com os dizeres “Fica Portinari”, rogando por sua permanência.

Só que não!

No dia 09 de outubro de 2006, o “Caçador de Passarinho” foi doado ao Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, com direito à cerimônia de entrega e tudo mais.

O evento teve tanta importância que o Ministro da Cultura, o cantor Gilberto Gil, fez questão de recebê-lo pessoalmente.



Até onde sei, o menino sexagenário ali permanece: ereto, estoico, esperto e armado... Na foto acima, o registro histórico do momento em que a sobrinha-neta de Cândido Portinari, acompanhada pelos aduaneiros da equipe de operações, confirmou a autenticidade da obra, contudo, não é esta, ainda, a “tal” história...

Outros belos quadros, todos assinados por artistas renomados também foram doados a diversos museus, mas tivemos a felicidade de conservar alguns poucos em nossa Alfândega.

Atualmente, dois deles se encontram no espaço de convivência que fica entre o auditório e a sala de reuniões sendo que, no interior daquela sala, existe mais um, digamos, inquietante.

Observem-no, atentamente, na próxima foto:

A cabeça de um cavalo, ou o maxilar superior de uma criatura indecifrável?

Arrepio...



AZIAGA

Julho de 2005

Enfim, a história proibida, que não se contou...

Naqueles dias, naquela apreensão, mereceu especial atenção uma escultura possivelmente inacabada e de gosto bastante incomum.

Nessa enigmática obra de arte, podemos notar um animal bastante parecido com um gato abraçado a outro animal, supostamente um macaco, onde o felino aparenta extrema irritação com o símio.

Uma pessoa do mundo das artes e que preferiu não se identificar, indagada, à época, sobre a origem e o significado daquela escultura disse apenas que seu escultor morrera de causas misteriosas, pouco antes de concluí-la.

Nos dias que se seguiram à apreensão, quem se dispunha a contemplá-la, em poucos segundos entrava em suspensão; na sequência surgiam náuseas e vômitos e houve até casos de amnésia temporária.

Entretanto, maior nefasto porvir estaria reservado àqueles que ousavam tocá-la.

Na foto seguinte, um raríssimo registro da famosa escultura e um flagrante de hipnose:

(recomenda-se não olhar diretamente nos olhos dos animais...)



No Brasil rural de 1958, os estilingues estavam para nossos pequenos assim como os consoles de videogames, ou até mesmo, os telefones celulares estão hoje em dia. O ato de caçar passarinhos ainda não tinha recebido o selo de politicamente incorreto. Ressalte-se, contudo que, em algumas localidades, isso era um meio de sobrevivência.

Na escadaria da Alfândega, durante semanas, correu à boca pequena que o proprietário das obras apreendidas seria um figurão da república atolado em denúncias de superfaturamento de obras públicas, o qual repatriaria seus bens, que estavam sendo confiscados no exterior, para aqui ocultá-los.

A ação foi reportada ao Ministério Público Federal.

Excetuados suaves e poéticos exageros, tudo que aqui se narrou, de fato ocorreu no já longínquo ano de 2005.

De lá para cá muita coisa mudou no porto de Santos, mas fatos inexplicáveis insistem em assombrar nossa aduana.

Como explicar um cachorro ser encontrado vivo e saltitante, depois de vários dias, trancado em um contêiner de exportação sem comida nem água, alimentando-se apenas de caixas de papelão?

E que dizer do recente incêndio em um pátio de contêineres que se iniciou – pasmem – sob um pesado dilúvio? Teve até avião que caiu!

Na sua opinião, entende mais quem aceita ou aprende mais quem duvida?



Certo mesmo é que, não fosse o concurso histórias de trabalho, esta história e tantas outras valorosas desfalcariam para sempre a nossa memória institucional; permaneceriam eternamente encaixotadas, como se fossem obras de arte no fundo de um contêiner, falsamente declaradas como produtos cerâmicos.



Licitação: todo cuidado é pouco!

Cleiton Alves dos Santos João Simões

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF/Porto de Santos-SP

Ingressou na RFB em 06 de fevereiro de 1996, como TTN (ATRFB) na ALF Porto de Santos/SP. Até julho de 2002 trabalhou, entre outros setores, no Sepol - em que foi chefe substituto - na Comissão de Licitações (tanto na local quanto na regional da 8ª RF, na qual era o presidente substituto). Em julho de 2002 passou no concurso para o cargo de AFRF (AFRFB) na ALF Porto de São Francisco do Sul/SC. Em 2004 retornou à ALF/STS. Em 06 de fevereiro de 2012 foi nomeado Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Santos, função que ocupa até a presente data.

O fato poderia ter acontecido em qualquer esfera do Governo, mas quis o destino que acontecesse justamente em uma licitação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Eu era o presidente substituto de uma comissão regional de licitação, com objetivo específico de licitar diversos contratos, como o de limpeza, o de vigilância, o de reprografia, entre outros, para todo o estado de São Paulo – 8ª Região Fiscal. Referida comissão era formada por servidores das maiores unidades do estado, além, é claro, dos que pertenciam ao quadro da própria Superintendência Regional.

Semana sim, semana não, reuníamos-nos no edifício-sede da capital paulista para discutirmos e prepararmos os Editais de nossa competência. Seria a primeira vez em que realizaríamos licitações de tal monta, pois até a



licitação anterior para esse tipo de contratação, quem cuidava desses certames era a DAMF – Delegacia de Administração Fazendária. Em 1998 essa competência, acertadamente, veio para a Secretaria da Receita Federal, onde continuaria até os dias de hoje.

Veza ou outra, nossa comissão acabava se reunindo em alguma unidade da 8ª Região, em vez da Unidade Regional. O ano era 1999. A DRF/Bauru fazia a licitação para a contratação de empresa para prestar serviço de guarda de mercadorias apreendidas em seu depósito. O edital era claro: os envelopes de habilitação e proposta deveriam ser entregues até as 10 horas do dia 29 de setembro na sede da Delegacia em Bauru.

O presidente da comissão encarregada da licitação em Bauru, também era o presidente da comissão especial de que participávamos. Por isso, reunimo-nos naquela semana nessa tradicional cidade do interior de São Paulo.

Pontualmente às 10 horas, o presidente exclamou em alto e bom som: “senhores, muito bom dia a todos os presentes! Aqui estão os envelopes entregues pelas licitantes!” Após pequena pausa em sua fala, e um rápido gole de água, continuou: “Declaro aberta a sessão! A partir deste momento, não receberei mais envelopes.”

Sua fala foi interrompida por um senhor de uns quarenta e tantos anos, que adentrou à sala esbaforido, com dois envelopes na mão direita e pasta do tipo 007 na mão esquerda: “senhor presidente, eis aqui meus envelopes para participação na licitação!”

Licitantes, presidente e demais membros da comissão, espectadores que apenas acompanhavam a sessão, todos nós, ao mesmo tempo, olhamos em direção à porta da sala onde ocorria a licitação sem entender exatamente o que acontecia. Depois nos entreolhamos. Alguns levantando as sobrancelhas, repuxando o canto dos lábios e suspirando, como que se questionando internamente: “e agora?” ou “Fazer o quê?” ou,



ainda, “pobre coitado. O que será dele quando voltar à empresa e descobrirem que se atrasou?”..

O presidente da comissão, com a calma que sempre lhe fora peculiar, informou ao senhor que infelizmente não poderia receber os envelopes, pois a sessão já se encontrava aberta.

O licitante atrasado, externando um ar de tristeza: “senhor, Por favor! Receba meus envelopes!” O presidente explicou que a Lei 8.666/93, a famosa lei das licitações, proibia o recebimento de envelopes após o início da sessão e, caso aceitos, a sessão seria considerada nula.

O licitante juntou as mãos em forma de oração e disse: “senhor presidente, eu lhe suplico... aceite meu envelope.” Ainda em sua tranquilidade habitual, o servidor perguntou ao licitante: “diga-me uma coisa: se você estivesse à mesa e chegasse um concorrente atrasado você permitiria a entrega dos envelopes?”

Eis a resposta de pronto, talvez impensada: “é claro que não! Jamais!” Parou por um instante tomou ar e, quase de joelhos disse: “senhor, eu lhe imploro! Eu lhe rogo! Eu preciso entregar os envelopes! Eu cheguei ontem a Bauru para não perder a licitação! Por favor, senhor!”

Vendo que não se livraria tão fácil do atrasado, o presidente da comissão deu a cartada final: “olhe, entregar após o prazo é um grande desrespeito aos que chegaram no horário determinado pelo edital. Entretanto, vou perguntar aos demais se eles aceitam que você entregue seus documentos. Se eles aceitarem, eu também aceitarei.”

Um ar de esperança apareceu na face do senhor, que acabou se desfazendo momentos após, diante da negativa óbvia dos concorrentes. Ele recolheu os envelopes em sua pasta, pediu licença e saiu em silêncio, cabeça baixa, pela mesma porta que entrara minutos antes.



Mas o que faria um licitante que chegara na véspera à cidade, somente com o objetivo de participar da licitação, se atrasasse? Teria dormido até tarde? Se perdido nas ruas da cidade e demorado a encontrara a sede da Delegacia?

Na verdade, ele chegara cedo à DRF. Pelo menos meia hora antes do estabelecido no edital. Porém, um dos licitantes, que o conhecia, o parou à entrada da unidade e puxou papo. Conversa vai, conversa vem... Quando marcaram dez horas e um minuto no relógio do concorrente, ele calmamente perguntou: “Já são dez e um. Você não vai entregar seus envelopes? Os meus eu já entreguei faz tempo.”

Que esta passagem nos sirva de lição.



Mais um pouco de histórias

Adalberto Celso de Castro Lima

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Taubaté-SP

Ingressou na RFB desde a unificação SRP/DRF em maio de 2007. No serviço público desde 1969 (ex-INPS). Na Previdência exerceu uma Chefia de Serviço de Arrecadação e duas de Agente da Previdência Social. Exerceu os cargos de Contador e depois Fiscal. Este desde 1986. Foi professor universitário. Na RFB, sempre na DRF/Taubaté, exerceu função de Chefe de Equipe na SAFIS. Faz palestras sobre Educação Fiscal e Cidadania, em projeto de Rotary Club, em parceria DRF/Taubaté/Rotary Club de Taubaté em escolas estaduais locais.

Preâmbulo.

Desde que estou no Serviço Público, admitido em concurso de 1968, no antigo INPS, sempre trabalhei na Linha de Arrecadação e Fiscalização. Naqueles idos: LAF. Exclusivamente na Fiscalização, desde 1986, quando do Concurso Público de 1985.

Quanta coisa engraçada e até inusitada, cada um de nós poderá ter vivenciado? Vocês já me conheceram dos "Tempos do IAPC", quando o burro mastigou um talonário de recibos das contribuições à Previdência... Fato narrado no 5º volume do Concurso de Histórias de Trabalho.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

De volta, e em função do título do Concurso: Histórias de Trabalho, resolvi puxar da memória, da qual me saíram mais de uma situação nesta peregrinação de servidor público.

Espero não cansá-los com a leitura. Recordando a evolução da Fiscalização desde a Previdência Social: dos antigos IAPÊS, passando pelo INPS, depois IAPAS, INSS, SRP e finalmente RFB.

Como disse, nesta nossa vida itinerante, muitos fatos pitorescos terão ocorrido e, quem sabe, ainda outros poderão ocorrer. Dos ocorridos, nem todos nos permitimos relatar. Não obstante muitos outros, até mesmo engraçados, poderão ser proseados sem receio de ferir suscetibilidades.

Vamos às histórias:

Capítulo I

Corriam os anos setenta. Ruperto, Lázara, Gílson e Rigotti trabalhavam juntos no Serviço de Arrecadação da Agência do então INPS em Itajubá MG. Veio chegando ao balcão de atendimento, um senhor de baixa estatura, meio vermelhinho do sol, quase que não enxergava por cima do balcão. Olhar desconfiado, dizendo precisar de uma matrícula para construção de uma casa de “ajutório”.

O Rigotti, esse quase virou padre, sempre muito educado e apiedado das pessoas mais humildes, foi explicando ao referido contribuinte, dando-se o seguinte diálogo:

- Ah! o senhor quer dizer “obra de mutirão”.

- Pois é, seu moço, é uma casinha pititica, “*duns quarenta metro*”. O Ruperto, que estava próximo e, sempre solícito, já abrindo a porta de correr do balcão para apresentar o impresso de Pedido de Mutirão, foi-se levantando e falando, alto e bom tom:



- Tão pequena a casa, isto é mutirinha!

A brincadeira não foi bem-aceita pelo contribuinte que, de resto não havia entendido a despreziosa piada.

- "*Mintirinha*", não senhor, seu moleque (nessa época o bigode do Ruperto ainda era bem ralinho; quase buço), que eu não sou homem de mentir. Teve que se esconder na sala de arquivo, enquanto o Rigotti acalmava o esbravejante e indignado cidadão. O Ruperto aprontava sempre, mas não era por mal. Talvez, a pouca idade e o deslumbramento pelo cargo público.

Capítulo II

Pior foi quando Ruperto gaguejou ao atender um cidadão. Coisas da vida. O segurado era gago de nascença, gagueira incurável. Era outro baixinho arretado, sô!

Pois é, um gago de cada lado do balcão, só que o contribuinte entendeu que estava sendo arremedado. Que sufoco:

- Vós vosmecê tá me me arremedando? - Nã-nã-não! Gaguejou do seu lado o Ruperto. E o homenzinho já enfezado: - Ó ó aqui, eu sô barbeiro e homi bra-brabo, e o úrtimo qui mi mi apopoquentou, sangrei sua jugular na naváia...

E naquele ambiente de pavor, sem ninguém saber o que fazer, o homem vermelho de raiva! O Rigotti, antes que o caldo engrossasse, ia tentando acalmá-lo:

- Calma meu senhor, o Rupelrto é gaguinho também.

Ih... piorou a situação:h... piorou a situação:



- Quem a aqui qui é gaga-gaguinho? Eu tô tô é ne-nervoso!

E toda vez que aquele cidadão vinha ao Serviço de Arrecadação, o Rigotti já ia alertando: - Ruperto, é o gaguinho! Esconde!

Ah, se alguém ainda não decifrou, o Ruperto sou eu. Ganhei esse apelido quando um contribuinte não conseguiu pronunciar meu nome.

Capítulo III

Tem ainda aquela da senhora que veio até o balcão do Serviço de Arrecadação para se inscrever como contribuinte autônoma: crocheteira. E fazia que fazia crochê para provar sua atividade. Naquele tempo, para se inscrever como contribuinte individual, o candidato a segurado tinha que comprovar o exercício da profissão. Diferente de hoje em dia.

Esta senhora havia trazido anteriormente os documentos necessários à sua inscrição e voltara na data marcada para o resultado. Pois bem, naquele tempo os controles eram em papel e a papelada era guardada em envelopes individuais com a identificação do contribuinte, fosse pessoa física ou jurídica. Usávamos um envelope denominado Cadastro Histórico de Empresa. Quem é daquela época, oriundo da Previdência, lembra-se bem. Era o famoso CHE.

Ao atender a referida senhora, o colega Gilson pede à Lazara (que hoje mora no céu):

- Lazineira, preciso ver o CHE dela. Disse isso naturalmente, sem malícia alguma, mas a mulher, muito desconfiada, sentindo-se ultrajada, esbravejou:

- Olha aqui, mocinho, ninguém vai ver o meu chê não, saiba que até pro meu marido eu dificulto as coisa!



Tivemos de segurar muito a vontade de rir, mas conseguimos explicar à senhora, não sem muito trabalho, do que se tratava realmente.

Capítulo IV

Mais uma?

No INPS de então, era um grande salão, onde se atendia benefícios e arrecadação. E a dificuldade de lidar com o contribuinte sempre existiu. Lembro-me de uma história da colega do setor de benefício: a Hidée.

Existia no Benefício uma tal de Ficha de Informação de Antecedentes. A tal FIA. Pois bem, já vislumbraram onde vai dar isso também, né? A colega olha para o cidadão candidato ao benefício e lhe diz:

- Aguarde um instante que eu preciso ver sua FIA. E vira-se em seguida na direção do fichário de aço às suas costas.

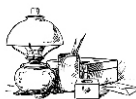
Quando retorna com a ficha na mão o segurado havia se ausentado... Antes que se desse conta o mesmo retorna com uma criança no colo:

- Tá aqui, moça. A senhora não queria ver minha fia?

Algum tempo depois recebíamos Circular da Superintendência determinando que o servidor evitasse citar siglas quando do atendimento aos contribuintes. Muitas coisas desse tipo devem ter acontecido por este Brasil afora e alertado a Administração.

Capítulo V

Tempos depois, em Caxambu, já na qualidade de Fiscal de Contribuições Previdenciárias (FCP), atual auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB), com muito orgulho... Era a época do Sarney presidente.



José Sarney sucedera ao mineiro Tancredo Neves, falecido dias antes de assumir a Presidência da República, na primeira investidura democrática pós-governo de exceção. Inflação além da lua. Veio um plano econômico salva pátria.

Todos se engajaram. Todos se sentiam *fiscais do Sarney*. Não se admitiria mais reajustamento diário de preços. Foi neste cenário que me apresentei numa empresa madeireira para fiscalizar.

O proprietário era um lusitano de pouca conversa. Fiscal do Sarney, disse ele sussurrando num português bem provençal, com aquele erre característico, bem trinado na ponta da língua:

- Fiscal do Sarney... Sarninha!
- Como? Indaguei meio descontrolado. E ele respondeu:
- Estou a *dizeire*, hoje é dia de sardinha...
- Ah! Exclamei meio sem jeito, evitando celeuma.

Capítulo VI

No norte de Minas. Corria o ano 1992. Estávamos em ação fiscal. Eu e Edmundo, também das alterosas, hoje residente em Poços de Caldas. Este, um gozador de quatro costados... Aproveitava todas pra tirar sarro de alguém. Enquanto atravessávamos o Rio São Francisco, entre Pedras de Maria da Cruz e Januária, no tempo em que a travessia ainda era feita de balsa, fui me postando entre os veículos dentro da embarcação e, por ser novidade para mim, solicitei a ele que tirasse umas fotos. E ele “muito” solícito:

- Fica ali, entre os dois ônibus. E clic, clic.
- Legal, agora lá, entre os caminhões e, clic, clic.



- Legal, agora senta no capô do carro. E clic e clic. Terminamos a travessia, tomamos nosso carro e seguimos na direção de Januária. À noite, já no restaurante do hotel, à beira do São Francisco, pedimos peixe. Pintado na brasa. Vimos mesmo quando, à tarde, deu entrada no hotel um pescador com um peixe, de metro e meio, enorme, transportado numa bicicleta. É costume apreciar peixe com pimenta. Mas... e com pimenta baiana pra quem não tem costume?

Havia dois vidros de pimenta à nossa frente. E o Ed me passou a pimenta baiana e eu, desavisado, reguei aquele succulento filé de pintado na brasa. Delícia de peixe. Mas, quando engoli o primeiro naco senti sair fogo pelas ventas. E o bandido do Edmundo ria-se do meu infortúnio e dizia:

- Toma leite de magnésia que é bom; abrevia a digestão. Minha garganta queimou por três dias seguidos... Terminada a semana, o Edmundo voltou para Beagá e eu fiquei a meio caminho; em Montes Claros.

Ao seu retorno, numa terça-feira, quando nos reencontramos para continuar os trabalhos em Januária, perguntei a ele:

- Revelou as fotos?

E ele, com a maior cara de pau:

- Não tinha filme na máquina.

- Pô! Edmundo (não foi bem esse o palavrão que soltei), na única oportunidade da balsa que está para ser desativada com a construção da ponte, e você me sacaneia?

- Uai (ele se desculpando com um sorriso sarcástico e o proverbial termo mineiro) eu fiz o que você pediu. Você não perguntou se tinha filme na máquina.



Capítulo VII

A ação fiscal agora era numa localidade na zona rural de Várzea da Palma, ainda no norte do estado de Minas, na Regional de Montes Claros. Eu integrava uma Junta Fiscal com uma colega daquela Regional. Fiscalizávamos uma empresa de ferro-gusa, instalada, no meio do nada. Tínhamos que fazer nossas refeições lá mesmo no local do trabalho tamanha era a distância entre o estabelecimento fiscalizado e o núcleo urbano mais próximo. A administração da empresa até que era “*modernosa*” com divisões internas envidraçadas. Todos se enxergavam no expediente. Numa de minhas passagens pelo escritório do gerente de RH notei, na sua mesa, um jornal de Salvador-BA, o qual estampava, na primeira página, uma partida de madeira nativa num navio cargueiro (não me lembro do nome) com destino à Europa (também não me recordo pra que país). Oba! - pensei, quase não contendo o orgasmo laboral: produto rural. Havíamos examinado a contabilidade e não tínhamos ainda nos deparado com a receita da tal exportação. Num intervalo de almoço, quando a administração ficara esvaziada, sursurpuei o jornal que escondi na maleta. Na manhã seguinte, recoloquei-o no mesmo lugar. E, quando o gerente de RH chegou, fomos lhe dizendo:

- Nosso trabalho está quase concluído. Falta apenas verificar uma tal partida de madeira nativa para vermos se não se enquadra como produto rural tributável. Tirando uma cópia xerox da maleta, a apresentamos ao espantado funcionário. Ele não se conformava. Naturalmente depois de confabular com seus superiores na filial da Bahia, veio com uma conversa de uma tal propriedade em Mato Grosso que:

- Sabe, o chefe tem uma propriedade no Mato Grosso, mas não a usa, talvez interessasse? Lembro-me que minha colega ficou bastante assustada. Na tarde daquele mesmo dia, retornamos para Montes Claros



quando requeremos ao Gerente Regional (GRAF), que nos liberasse para trabalharmos no prédio da Sede da Região. Voltarmos para aqueles páramos? Nem pensar. Passamos a requisitar que a empresa nos apresentasse a documentação em Montes Claros. Resultado: naquele ano, foi um dos maiores débitos levantados no estado e graças a uma notícia de jornal a qual, fazendo apologia do empresário, fornecia quantidades e valores da exportação do produto rural.

Nariz de fiscal é assim mesmo: sempre farejando irregularidades.



Meu primeiro concurso público

Ana Emilia Baracuhy Cavalcanti

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - SRRF04/Recife-PE

Ingressou na SRF em 15/05/1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Empossada no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional em 16/12/1997. Exerceu a função de Assistente na SRRF04, de 07/10/1992 a 01/12/1994 e de 14/12/1997 a 03/04/1998. Chefe do Serviço de Recursos Humanos da SRRF04 de 03/09/2001 a 20/03/2005. Foi chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da SRRF04 e, atualmente, Superintendente-adjunta da 4ªRF.

Preciso começar esta história revelando um fato: ingressar na Receita Federal não foi a realização de um sonho pessoal, algo arduamente desejado, motivo de muita ansiedade, expectativa e anos de estudo e dedicação. Se afirmasse o contrário, não estaria sendo fiel aos acontecimentos.

Tudo começou, lá em 1989, quando em 26 de setembro, foi publicado o edital nº 06, da Escola de Administração Fazendária - ESAF, com as instruções para o concurso público e processo seletivo de ascensão funcional destinados ao provimento de cargos de Técnico do Tesouro Nacional (TTN), código ATN-3606, da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Confesso que não me recordo bem de como tomei conhecimento da abertura da seleção para o cargo de TTN. Não se dispunha das facilidades da comunicação virtual em tempo real que



as redes sociais oferecem hoje, nem de páginas na internet com a íntegra dos editais. Concursos eram divulgados nos jornais impressos de grande circulação no estado.

Precisamente naquele tempo, estudava Administração de Empresas na Universidade Federal de Pernambuco, no turno da manhã e fazia estágio em empresa privada, no horário das 13 às 19 horas. Estava no 6º período do curso e, admito, não sabia exatamente o que faria ao me graduar no ano seguinte. O concurso de TTN surgiu em um momento bastante oportuno!

A data de início das inscrições coincidia com o primeiro aniversário da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. José Sarney era o presidente da República. O padrão monetário brasileiro era o Cruzado Novo (NCz\$), instituído em 16 de janeiro de 1989. E em 15 de novembro de 1989, seria realizada a eleição presidencial, que acabou sendo decidida no 2º turno (17 de dezembro de 1989), com a vitória de Fernando Collor sobre seu adversário, Lula.

Pois bem, no período de 05 a 20 de outubro de 1989, no horário de 10 às 16 horas, os candidatos poderiam se inscrever para o concurso, nas capitais relacionadas no Anexo I do edital: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória, cidades onde também seriam realizadas as provas. Em Aracaju, Brasília, Fortaleza, Goiânia e Teresina não haveria inscrições e provas.

Já dá para imaginar o movimento que havia nas Inspetorias e Delegacias da Receita Federal e nos Núcleos da Escola de Administração Fazendária (NESAF), pois as inscrições eram feitas presencialmente, mediante preenchimento e assinatura de formulário próprio e de termo de compromisso, apresentação da cédula de identidade e comprovação do



recolhimento da taxa de inscrição. O candidato recebia o comprovante de inscrição, devidamente autenticado por pessoa credenciada pela ESAF, e as instruções relativas ao concurso.

Os requisitos para inscrição eram: ter nacionalidade brasileira (no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses); idade máxima de 35 anos na data do início das inscrições (o limite de idade era dispensado para candidatos já ocupantes de cargo ou emprego na Administração Federal Direta e Autarquias Federais); idade mínima de 18 anos na data do encerramento das inscrições; estar em dia com as obrigações eleitorais; estar quite com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino; possuir, até a data de encerramento das inscrições, curso de segundo grau concluído ou habilitação legal equivalente; ter efetuado o recolhimento da taxa de inscrição no valor de NCz\$40,00 (quarenta cruzados novos).

Com a mudança de Cruzado Novo para Cruzeiro, Cruzeiro Real e, finalmente, Real, perde-se a noção de qual era a importância da taxa de inscrição. Apenas como referência, registre-se que o salário-mínimo em outubro de 1989 era no valor de NCz\$381,73. E pelo cálculo efetuado no sítio da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, o valor da inscrição equivale hoje a R\$101,91.

Foram ofertadas 1.128 vagas no total, sendo a classificação local, por cidade referida no edital. Inscrevi-me para concorrer às trinta e três vagas disponíveis no município do Recife.

O concurso era realizado em duas etapas: uma prova de conhecimentos e um programa de formação. A primeira etapa consistia em prova escrita, eliminatória, composta de questões objetivas, englobando conhecimentos específicos e gerais sobre as disciplinas: contabilidade, direito, matemática, língua portuguesa e administração pública federal. O detalhamento do programa era entregue ao candidato por ocasião da inscrição.



Durante a prova, não era admitida, naturalmente, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, permitindo-se a utilização de minicalculadoras não impressoras, vedado o seu empréstimo. Este item chamou minha atenção e fui para a prova munida de calculadora e pilhas sobressalentes!

A prova foi realizada no dia 11 de fevereiro de 1990, no horário de 10 às 14 horas. Seria selecionado o candidato que obtivesse, no mínimo, 50% do total de pontos de cada disciplina e 60% do total de pontos da prova, classificado, em ordem decrescente, até o limite das vagas estabelecidas por município. Ocorrendo empate no total de pontos, o desempate se daria pelo maior número de pontos nas disciplinas: Direito, Contabilidade, Língua Portuguesa e Matemática, sucessivamente nesta ordem. O critério final de desempate era a idade, favorecendo o mais idoso.

Logo no início de março de 1990, a ESAF divulgou edital com os gabaritos da prova e a classificação dos candidatos, estabelecendo prazo para recurso.

E então Fernando Collor de Mello foi empossado presidente da República em 15 de março de 1990. E, já no dia seguinte, anunciou um pacote de medidas econômicas, com o famoso “confisco” das cadernetas de poupança, e ações voltadas à diminuição de órgãos públicos, com demissões, privatizações e extinções de estatais. O concurso de TTN, aprovado em 1989, na gestão anterior, ficou sob risco.

Reconheço que fiquei totalmente alheia às lutas travadas pelos aprovados para que o concurso tivesse prosseguimento com a convocação da 2ª etapa, que seria o programa de formação, com carga horária de 120 horas, constando de ensino em sala de aula e de exercícios práticos, dirigidos à capacitação funcional dos candidatos. Em agosto de 1990, foi publicado o resultado final após o julgamento dos recursos.



Em seguida, não sei precisar em que data, houve o edital de convocação para o programa de formação e recebi a notificação do NESAF/PE por meio de telegrama. Em 20 de novembro de 1990, teve início o treinamento, encerrado em 14 de dezembro seguinte, sendo a parte teórica realizada até o dia 05 de dezembro.

Enquanto concluía o programa de formação, a Lei nº 8.112 de 1990, que instituiu o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais foi sancionada em 11 de dezembro de 1990, substituindo o estatuto anterior vigente desde 1952.

O programa de formação, como visto, encerrou-se em 14.12.1990, mas o edital previa que o período compreendido entre o seu término e a nomeação seria destinado à realização de estágio obrigatório, em repartição da Secretaria da Receita Federal. E como a nomeação não saía... fiquei “estagiando” até 14 de maio de 1991, véspera da tão esperada nomeação!

Durante o programa de formação, o candidato recebia valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para o padrão I da 3ª classe do cargo de Técnico do Tesouro Nacional, que continuou sendo pago como “bolsa de estudo” até a nomeação, nos seguintes valores brutos: Cr\$44.512,44 (dez/90), Cr\$57.548,07 (jan/91), Cr\$57.548,07 (fev/91), Cr\$62.934,57 (mar/91), Cr\$62.934,57 (abr/91) e Cr\$29.369,34 (mai/91). A remuneração inicial do TTN era composta do vencimento básico (Cr\$78.668,20) acrescida da retribuição adicional variável – RAV (Cr\$243.320,22). Com isto, percebe-se que a “bolsa” era em torno de 19,55% da remuneração de um servidor efetivo.

O dia 15 de maio de 1991 foi o marco do meu ingresso na Receita Federal, data da nomeação para o cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Como estava estagiando no órgão, bastava me dirigir ao edifício vizinho onde funcionava a Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda –



DAMF para a solenidade de posse. Naquele dia, servidores públicos estavam em greve. Técnicos do Tesouro Nacional estavam mobilizados no portão de entrada da DAMF/PE e quase impediram a entrada dos nomeados! Um sufoco!

Nos primeiros anos de exercício, prestei concurso para outros cargos na administração pública federal e estadual, colecionando reprovações (e adquirindo experiência em concursos). Após alguns insucessos, inclusive em dois concursos para auditor-fiscal da Receita Federal, em 1996 fui convocada pela Secretaria da Fazenda de Pernambuco para posse no cargo de Auditor Financeiro do Tesouro Estadual. Foi um momento em que tive que decidir: ir ou ficar... E fiquei.

Meu primeiro concurso público definiu minha trajetória profissional. Meus pais, também servidores públicos, são a fonte de inspiração e exemplo de ética, dedicação, comprometimento e dignidade que norteiam minha conduta como servidora federal.

Se ingressar na Receita Federal não foi a realização de um sonho, fazer parte desta instituição, sem dúvida, tornou-se parte essencial de minha vida. Aqui conquistei amigos, reconhecimento, satisfação profissional e estabilidade financeira. Tive oportunidades de crescimento, aprendizados, superação de desafios e de colocar meus talentos e habilidades em prol das pessoas. Sinto-me vocacionada em ser servidora pública e não consigo me imaginar atuando em outra atividade. Transcorridos vinte e cinco anos da nomeação, completo, com muita honra e orgulho, em 2016, meu Jubileu de Prata no Ministério da Fazenda.

Por tudo isto que vivi e pelo que ainda está por vir, tenho a convicção de que não há acasos na vida e estar na Secretaria da Receita Federal do Brasil é hoje para mim a possibilidade concreta de dar asas aos meus sonhos!



Minha vida em Belém

Hélio Sandro Pereira dos Santos

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - SRRF05/Salvador-BA

Análise, processos e elaboração de pareceres, ingresso em 06/02/2003, chefe substituto da Diana, chefe da EDA, chefe de ERA, chefe da EFA e assessor do gabinete da SRRF05.

Em 2003 passei no concurso de auditor-fiscal da Receita Federal (AFRF) e fui trabalhar na Alfândega do porto de Belém (ALF/BEL). Fui lotado na seção de despacho aduaneiro onde trabalhei até junho de 2005. Fui então transferido para a seção de operações aduaneiras (SAOPE), atualmente seção de vigilância aduaneira (SAVIG) onde trabalhei até 2006.

Antes de tomar posse no cargo de auditor-fiscal, fiz o curso de formação profissional da Polícia Federal na Academia Nacional de Polícia em Brasília. Durante o curso, aprendi a atirar com diversas armas (revólver 38, pistola glock 9 mm, metralhadora AH-K, fuzil AR-15 e XR-15 e a metralhadora antiaérea 50 mm), além de técnicas de entrevista e investigação de crimes.

Considerando esta habilidade investigativa, quando fui transferido para a SAOPE da ALF/BEL, o inspetor da ALF/BEL me nomeou chefe da



equipe de vigilância aduaneira (EVA). Assim, considerando que sou natural de Salvador na Bahia, passei a ser chamado de “vocalista da banda EVA”, em alusão a minha condição de baiano e apreciador da “Axé Music”.

Naquela época, a atividade de vigilância aduaneira não era institucionalizada, ou seja, não constava do regimento interno da SRF (Secretaria da Receita Federal), tendo a alfândega do porto de Belém sido pioneira na implementação das atividades de vigilância e repressão aduaneiras no Brasil. Lembrem-se que só anos mais tarde surgiria regimentalmente na estrutura da RFB (Receita Federal do Brasil), assim como as EVA (Equipe de Vigilância Aduaneira), ERA (Equipe de Repressão Aduaneira) e Direp (Divisão de Repressão Aduaneira).

Uma das responsabilidades da EVA era cuidar da lancha Aduana Belém e realizar operações de vigilância ao longo do rio Guamá, que margeia a cidade, e na baía do Guajará que se comunica ao delta do rio Amazonas e chega até o mar.

Contudo, as operações de vigilância aduaneira eram realizadas em cooperação com a companhia fluvial da Polícia Militar do estado do Pará e com o núcleo de Polícia Marítima da Polícia Federal (Nepon).

A EVA contava com um efetivo de sete servidores, 2 AFRF e 5 TRF (Técnico da Receita Federal), sendo que o inspetor atribuiu à EVA a competência para convocar supletivamente outros servidores das demais seções da Alfândega quando necessária a realização de operações de vigilância aduaneira.

Todos os servidores da EVA portavam armas de fogo, durante as operações de vigilância, especialmente porque no Pará é muito comum a utilização de pistoleiros por aqueles que infringem a lei, praticando crimes de contrabando, descaminho, tráfico ilegal de animais silvestres, tráfico de drogas e substâncias afins, entre outros ilícitos penais.



Assim, era bastante comum a realização de operações de vigilância aduaneira em parceria com a Companhia de Polícia Fluvial do estado do Pará na baía do Guamá, objetivando combater a prática de pirataria, especialmente de embarcações provenientes da Zona Franca de Manaus, transportando produtos industrializados de alto valor agregado, e o tráfico de drogas e substâncias entorpecentes.

Nas operações de vigilância aduaneira, realizadas em parceria com a companhia fluvial da Polícia Militar do estado do Pará, o embarque das equipes da EVA, na lancha Aduana Belém, e da PM do Pará, na lancha da Polícia Militar, ocorriam normalmente a noite no cais principal do Porto de Belém.

Numa dessas operações de vigilância, durante o embarque da equipe da companhia fluvial da PM/PA, o tenente da guarnição deixou sua metralhadora cair nas águas do rio Guamá. Imaginem o estresse que ocorreu, visto que os policiais são obrigados a devolver a arma custodiada no arsenal da PM/PA quando retornam das suas missões. Foi um desespero só. Depois de um momento de indecisão acerca do que fazer e da própria continuidade da operação conjunta, decidi junto com o tenente trapalhão que solicitaríamos a intervenção dos mergulhadores do corpo de bombeiros militar.

Considerando que se não recuperássemos a arma, isto implicaria na instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) pela Polícia Militar do estado do Pará contra o tenente que perdeu a arma de fogo, suspendi a operação fluvial até que os mergulhadores achassem a metralhadora perdida.

Após a chegada dos mergulhadores do corpo de bombeiros, iniciou-se a busca pela arma extraviada. A operação estendeu-se por toda a noite. A maré alta e a correnteza do rio Guamá não ajudavam nas buscas.



Contudo, próximo do amanhecer, os mergulhadores finalmente encontraram a arma desaparecida, trazendo um enorme alívio ao tenente e a todos os servidores da PM e da SRF que ali estavam e que permaneceram solidários durante toda noite.

Encontrada a arma, retomamos a realização da operação conjunta de vigilância aduaneira, contando com duas lanchas (Aduana Belém e a lancha da PM/PA), e conseguimos apreender 5 quilos de cocaína e uma embarcação do tipo catamarã transportando cerca de 2 toneladas de açaí sem certificado florestal de transporte expedido pelo Ibama, e grande quantidade de mercadorias industrializadas procedente da Zona Franca de Manaus sem a comprovação da regular internação efetivada por meio da apresentação da Declaração de Controle de Internação (DCI).

Assim, em meio aos tropeços, depois de dez horas de atividades de vigilância aduaneira, conseguimos realizar nossa missão institucional de combater aos ilícitos tributários e aduaneiros e retornamos a Belém para nosso merecido descanso. Portanto, conforme consta em Romanos, capítulo 8, versículo 28, tudo que ocorre de mal no fundo concorre para o bem.



O capuz e a armadura: o servidor público como cobrador de impostos.

Rosemari Glatz

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Blumenau-SC

Ingressou no Serviço Público Federal em 15/05/1991 na Inspeção da Receita Federal em Itajaí/SC. Em 1992 foi transferida para a ARF/Blumenau, onde desempenhou atividades relacionadas ao atendimento ao contribuinte e malha do imposto de renda pessoa física. Exerceu a função de chefe da Seção de Programação e Logística da DRF/Blumenau entre abril de 1998 e março de 2009. Desde abril de 2009 é chefe da Agência da Receita Federal do Brasil em Brusque - Santa Catarina.

Ao longo da história, a Receita Federal já teve alguns nomes diferentes e seu quadro de servidores já foi composto por vários cargos. As denominações já foram alteradas, pessoas entraram e saíram, mudaram as designações e, em 2016 a instituição, sob o ponto de vista das pessoas que nela trabalham, passa por uma de suas piores crises. Nunca foi fácil trabalhar numa instituição onde os que nela atuam são vistos, perante a sociedade, como cobradores de impostos. E, convenhamos, perante o cidadão comum não há diferença de cargos e até o funcionário terceirizado é colocado no mesmo balaio, classificado como cobrador de impostos. E isso não é coisa de hoje, pois é de conhecimento popular que a cobrança de impostos antecede a própria Bíblia, e desde aquele tempo é visto como algo negativo.

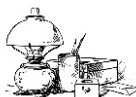


No tempo do Império Romano, havia dois tipos de cobradores de impostos: os recebedores gerais, que eram homens provenientes de famílias ilustres, de grande importância no governo. E havia também os cobradores propriamente ditos, que exerciam o papel de cobradores de impostos por delegação dos recebedores gerais. Estes – os cobradores, é que tinham que colocar a mão na massa. Tinham atribuições bastante amplas, expunham-se, eram considerados homens das classes inferiores e muitas vezes eram considerados traidores, eram odiados pelo povo, considerados instrumento opressor e classificados como pessoas do mais vil caráter. Praticamente não tinham amigos e sua classe era desprezada.

Nem as suas esmolas eram aceitas para a caixa dos pobres. Em vários trechos da Bíblia, é perceptível como os cobradores de imposto eram vistos de maneira negativa. Apesar disso, alguns cobradores de impostos tinham a virtude de não serem hipócritas, de modo que o publicano Mateus foi escolhido como um dos discípulos de Jesus Cristo. Ou seja, já no tempo do Império Romano havia exceções entre os cobradores de impostos.

Passados mais de dois mil anos, as coisas não mudaram muito. Apesar de alguns cobradores de impostos terem convicções diversas sobre o assunto, na vida real, na maioria das comunidades, o cobrador de impostos continua sendo considerado como pertencente a uma classe que deve ficar à margem. A instituição Receita Federal do Brasil – aparato fiscal com seu correlato no Império Romano do tempo de Jesus Cristo – é reconhecida como uma instituição séria, eficaz e eficiente. Mas se não for necessário chegar perto, melhor. Se não precisar receber a visita do publicano, ótimo!

Em que pese a consciência de que é necessário arrecadar para manter a máquina pública, investir em obras, manter escolas e hospitais, cobradores de tributos nunca tiveram muitos amigos, e os poucos que



tinham normalmente faziam parte do seu núcleo familiar ou eram colegas de profissão. Passados mais de dois mil anos, continua difícil ter bons e verdadeiros amigos, mas a percepção que se tem é que agora se tem ainda menos amigos, visto que dia após dia está mais difícil fazer ou manter amigos no ambiente de trabalho. Quantos de nós já tivemos amigos e acabamos nos afastando porque ignoramos que o que importa – de verdade – é a Instituição e não as pessoas que por ela passam?

As pessoas que trabalham na Receita Federal, ou em qualquer outro órgão público, têm data de entrada e de saída definida. Começa no dia em que entra em exercício na função pública, em que se veste o capuz e a armadura, até, no máximo, o dia da aposentadoria compulsória. Nem um dia além disso. Os servidores públicos, como o próprio nome já diz, estão aí para servir e não para serem servidos. Servir ao poder maior e servir ao cidadão, desde o mais instruído até o mais simples ou analfabeto. Esse é o papel do servidor público. É para isso que ele é concursado. Pena que a maioria esquece isso.

No tempo do Império Romano, o cobrador de tributos era chamado de publicano. Hoje tem algumas designações variáveis que, em termos práticos, significam a mesma coisa perante a sociedade. Na Bíblia, a palavra publicano aparece nos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, pois já no tempo de Jesus Cristo o governo mantinha cobradores de impostos em todo seu território. Os publicanos desempenhavam a função de cobrar a população para mandar o dinheiro para manter o império. Naquela época, o cobrador de impostos era escolhido pelo governo entre o próprio povo judeu para cobrar as rendas para o império. No Brasil, já faz alguns anos que a seleção é feita por concurso público, mas, mesmo assim, o cargo de cobrador de impostos do Governo Federal brasileiro é composto por pessoas que – por diversas razões - tem origem em outros cargos. Mas isso não interessa pois, como já dito, para a população são todos servidores públicos que foram imbuídos temporariamente da atribuição de



O dia em que a vaca entrou...

George Wagner de Almeida Marques
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - IRF/Recife-PE

Ingressou na RFB em 16 de março de 1987; Chefe do Sefia/IRF/Recife.

Certo dia, numa manhã ensolarada do ano de 2002, lá ia eu para o trabalho como todo santo dia. Em Caruaru, normalmente você não leva mais de cinco minutos para chegar ao centro.

Assim, em poucos minutos já estava a poucos metros do portão de entrada do estacionamento da Delegacia. Estávamos ainda no antigo prédio, onde havia apenas um portão de entrada para os carros, que, enfileirados, subiam uma pequena ladeira até os fundos do prédio. Como não havia espaço para manobras, retornávamos de ré quando íamos embora.

O portão já estava aberto e ia fazer a manobra para passar por ele, quando de repente (pasmem!) uma vaca entra portão adentro e corre pelo estacionamento, subindo a ladeira, como quem perdida está. “Onde estou? Que lugar é esse? Tá tudo tão estranho!”



cobradores de impostos. Temporária, pois todos vão passar, para qualquer servidor público vai chegar o dia em que será necessário se despir do capuz e da armadura e voltar à vida real. Mas a instituição vai permanecer. Ou, se ela for extinta, virá outra em seu lugar e os tributos continuarão a ser cobrados.

Cobrados pelo Governo, por máquinas, por inteligência artificial e até por alguns servidores públicos, mas sempre na figura de uma instituição criada para tal finalidade.

E ponto. Simples assim.



Imediatamente estacionei meu carro na rua mesmo e de longe olhei o movimento... Aproximei-me, cautelosamente, da porta principal, onde fica o atendimento ao contribuinte, e entrei no prédio. Ali o tumulto era grande, pois todos queriam ver o que estava acontecendo. Pela vidraça que dava acesso visual ao estacionamento podíamos ver a “presepada”.

Dois homens tentavam laçar a agitada vaca. Visivelmente assustada, ela girava e corria de um lado pra outro, fazendo meneios com a cabeça, procurando se safar dos dois camaradas. A cena era simplesmente cômica: “corre, joga o laço, puxa, pega no rabo dela...” Era uma correria danada, um alvoroço desgraçado, e nada de acalmar a bicha... Dentro do prédio, contribuintes e funcionários se confraternizavam diante do espetáculo. A torcida em favor da vaca vibrava... Olé! Olé!

Até que... Depois de uns dez a quinze minutos, a vaca é dominada e, bufando, vai se acalmando... Os dois homens e a vaca, suados e exaustos, mas tranquilos, descem o estacionamento e vão embora... Como se nada tivesse acontecido... Coisas de Caruaru...

Acabou-se a brincadeira. Cada qual retornou às suas atividades. Mas aquelas cenas ficaram... Durante aquele dia não se falava noutra coisa nos corredores da DRF/CRU...

OBS: Não estranhem. Não é difícil ver, passeando pelas ruas de Caruaru, com ou sem dono, cavalos, bois, jumentos e, naturalmente, bodes e cabras.



O dia em que eu descobri sobre as paixões que nós servidores não somos permitidos a ter em pleno exercício das funções

Paulo Eduardo Nunes Verçosa

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - SRRF03/Fortaleza-CE

Ingressou no dia 01/07/2010, Coordenador operacional de fiscalização-substituto/Cofis, chefe da Divisão de normas de procedimentos Fiscais/Cofis, chefe substituto da Disit/3ªRF, chefe substituto da Difis/3ªRf, representante da RFB no comitê de pronunciamentos contábeis 2011 até os dias atuais, supervisor do manual de fiscalização do IRPJ/CSLL até 2011/2015, membro de diversos grupos de trabalhos instituídos pelo Secretário da Receita Federal do Brasil.

Estávamos em algum momento do ano de 2013, possivelmente meados do segundo semestre. Neste período, debatia-se muito os efeitos da nova contabilidade, a chamada contabilidade internacional, que o Brasil, a partir de 2008, tinha passado a adotar. Havia muitas dúvidas e muitos debates acalorados nesse período.

As normas internacionais, que passaram a ser as novas normas contábeis brasileiras, eram literalmente traduzidas e incorporadas aos normativos tupiniquins. Tinha que se conviver não só com as novas orientações, mas principalmente com a sua compreensão. Percebia-se que esse era o maior desafio. Entender as novas normas não era algo fácil. Identificar um novo normativo contábil nacional, que fora traduzido na sua inteireza com todos os jargões internacionais, era algo sublime para muitos, senão para todos. Sendo representante por anos da RFB no Comitê



de Pronunciamentos Contábeis, não foram poucas as vezes que escutei em plenário durante as reuniões que se alguém leu determinado novo normativo contábil e entendeu da primeira vez é que muito provavelmente não foi corretamente entendido e que uma nova leitura seria necessária. Essas frases foram pronunciadas por membros efetivos, estudiosos, melhores mestres e aplicadores das normas contábeis do país da época.

Que momento estávamos passando. Era um período muito interessante. Estávamos vendo nascer algo novo. Havia, já neste período, várias novas normas contábeis em vigor, cuja obrigação de aplicação era um fato. Mas também fato era a insegurança de todos os usuários e aplicadores da nova contabilidade quanto à correta interpretação das novas orientações contabilistas.

O Secretário da RFB, ciente de todos esses fatos e dinâmica, preocupado com os efeitos fiscais, constituiu um grupo especial de trabalho - GT, composto por um grupo seletivo de auditores, para tratar de um tema específico: moeda Funcional. Esse GT foi formalizado com a publicação da Portaria RFB 170/2013, a mim foi depositada a agradável tarefa de coordenar esse grupo de trabalho, mas de desafios incalculáveis pela complexidade e inovação do tema. Neste ponto inicial dos trabalhos nosso conhecimento sobre o assunto era bastante superficial, porque não dizer simplório demais.

A literatura nacional sobre era inexistente e a internacional, de pouca quantidade e expressão. No meu íntimo, sentia que esse GT estava mais para um GD, grupo de desbravadores. Descobri depois que era bem isso. O objetivo desse GD, permito-me chamar assim esse grupo de especialistas destemidos, era em poucas palavras desvendar os efeitos contábeis e fiscais dessa moeda funcional. Nos termos da portaria, o fim específico era elaborar estudos econômicos, tributários e jurídicos acerca da utilização de moeda funcional nos registros contábeis e fiscais. Lembro-me dos primeiros encontros, alguns presenciais outros virtuais, o grupo



tentando definir um plano de trabalho factível. Descobri que desbravar não era algo fácil. Coordenar um desbravamento, menos ainda, pois as expectativas quanto às orientações iniciais e gerais ao longo dos trabalhos recaem sobre o coordenador.

Então, como fazer? Primeiro, tinha que se entender o mínimo necessário sobre o tema a ser estudado e ser gerado um plano de ação para o avanço dos estudos. Segundo, chamar especialistas, os melhores, para debater o tema, mesmo que naquele momento não houvesse profundo conhecimento e harmonia na interpretação.

Assim o fizemos. Descobrimos, aqui escrito de uma maneira simples, que a moeda funcional é a moeda em que uma empresa funciona. Essa moeda não necessariamente é a moeda utilizada no local da sede da empresa ou, melhor dizendo, moeda aplicada no país, cuja sede está instalada. Muitas empresas funcionam, na essência em outra moeda, mesmo estando em um determinado país que utiliza moeda distinta. Exemplifico.

A Embraer vende jatos. Seus fornecedores mais relevantes são de outros países, tanto quanto seus clientes. Todas essas operações com fornecedores e clientes ocorrem em moeda estrangeira, no caso, o dólar. Seu produto é precificado em dólar também, a geração e o fluxo de caixa é todo em dólar. Ou seja, a Embraer, pelos novos conceitos contábeis, funciona em dólar. Mas a Embraer é sediada no Brasil, sua matriz pelo menos, e aqui a moeda é o real. Para fins contábeis, pelas novas regras contábeis, pouco importa, ela deve reconhecer e mensurar em dólar os fatos em sua contabilidade.

Superados alguns conceitos iniciais e detalhamento mais específicos acerca da moeda funcional, fez-se necessário chamar especialistas e estudiosos para debatermos os reflexos dessa moeda no



balanço e por consequência nas bases tributárias. Essa última tarefa caberia exclusivamente ao grupo de auditores em conversas reservadas. Seguros de um bom debate e da firmeza das possíveis conclusões, convidamos representantes da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Federal de Contabilidade, das maiores empresas de auditoria independente, de empresas que aplicavam a moeda funcional diferente da nacional, instituições privadas de estudos contábeis e tributários.

Todos demonstraram pronto interesse e compareceram. Reservamos 8 horas de um determinado dia para debatermos exclusivamente a questão. Assim, nosso GD estava neste dia completo e entusiasmado com o debate que estava por vir com todos os visitantes, cuja falta de presença não se constatou.

A sala estava cheia, cadeiras adicionais foram necessárias para adequar o ambiente a todos os participantes. Após as apresentações iniciais, os trabalhos foram iniciados, fazendo-se um compromisso importante, extrair o máximo de conhecimento acerca do tema. Para tanto, tínhamos, nós da RFB e convidados, que ter um debate franco e aberto.

O começo sonolento e bastante amistoso foi aos poucos sendo substituído por debates ricos, profundos e intensos. Estávamos todos animados na busca da harmonia da compreensão do assunto. Mas para muitas dúvidas parecia não haver respostas, e essas inquietações foram tomando parte de alguns. Na tentativa de ser um facilitador na coordenação do encontro e na condução da reunião, fui, em parceria com outros colegas, sugerindo alternativas para se alcançar o objetivo de se compreender a norma e harmonizar seu conhecimento.

Algumas vezes parecia uma tarefa inalcançável. Buscou-se desenhar um balanço, que não bateu no final das contas; buscou-se esboçar lançamentos contábeis, que não foram unânimes; buscou-se alinhar conceitos que não foram totalmente compreendidos; buscou-se um



punhado de alternativas em prol do objetivo do dia. Muitas foram possíveis, mas algumas outras essenciais não foram, e assim essa montanha-russa de sensações foi ocorrendo ao longo do dia e, quase no final, um convidado não conseguiu se segurar e expressou seus sentimentos de maneira mais contundente e na frente de todos, deixando-os perplexos com seu excesso de vontade.

Direcionadas a mim, coordenador do grupo e do evento, ouvi palavras desagradáveis, não foram desrespeitosas, mas fortes e intensas. Por dentro, estava fervilhando por ouvir um desabafo desproporcional ao momento, mas sabia que na verdade não era a minha pessoa o receptor da mensagem, mas o servidor representante de todo aquele evento. Após alguns minutos, e após o encerramento da fala desse convidado, olhei em seus olhos, abri um sorriso e disse “a mim não é permitido demonstrar paixões no exercício de minhas funções, vejo com clareza as suas e as compreendo mesmo da forma em que foram expostas”. Sorri novamente e vi seu espanto com a postura adotada. Em seguida, educadamente, fiz a seguinte colocação “podemos avançar nos trabalhos em prol de nosso objetivo?”. O silêncio na sala se fez, e uma leve inclinação da cabeça desse convidado no sentido de afirmativo me fez entender que poderíamos continuar. Mais alguns minutos, e a reunião foi encerrada. Após a reunião, ao final, recebo um leve toque no ombro, vejo um sorriso um pouco sem graça e um pedido de desculpas que veio da alma.

Após esse evento, sempre que nos encontramos, relembramos desse episódio sorrindo e guardando como uma lição de vida o que ocorreu no dia em que eu aprendi acerca das paixões a que nós servidores não somos permitidos ter em pleno exercício das funções. O trabalho desse GD avançou e foi concluído com maestria, culminando na publicação de um artigo de 30 páginas na 3ª edição da revista da Receita Federal do Brasil.



de impedir que a caixa de entrada seja invadida por essa erva daninha digital é evitar usá-lo para fins particulares, não disseminando seu endereço corporativo mundo afora.

Como sempre agi desse modo, julgava que estaria livre de receber mensagens que não tratassem de serviço. Isso, até seis anos atrás. Meu nome completo é razoavelmente longo, por isso sempre julguei que dificilmente haveria outra pessoa com o nome exatamente igual ao meu. Por isso não estranhei ao receber uma entre tantas outras mensagens para Carlos Roberto Tomaz da Silva. Mas o conteúdo do e-mail era estranho: em lugar de tratar de contratos ou pregões, o meu “métier”, o remetente pedia para “confirmar a lista de beneficiários” do Sr. Fulano de Tal. Lista de beneficiários? Certamente tratava-se de um equívoco; respondi ao remetente com um protocolar “mensagem enviada por engano” e, mesmo não sabendo como ele havia descoberto meu endereço eletrônico, não me preocupei mais com o assunto.

Porém, algum tempo depois, chegou outra mensagem, de outro remetente, com solicitação de informações sobre certo pensionista de minha jurisdição. Aí liguei o desconfiômetro. Não podia ser apenas coincidência. Decido olhar o cabeçalho da mensagem e descubro que se originou de um endereço de domínio @previdencia.gov.br.

Previdência? Mas por que mensagens tratando de assuntos previdenciários caíam em minha caixa postal? Então lembrei-me que o aplicativo tem um recurso que completa automaticamente o e-mail do destinatário; talvez o programa usado pelo INSS tivesse o mesmo recurso e estivesse equivocadamente selecionando o meu nome em lugar do verdadeiro destinatário, o que somente poderia ocorrer se os nomes fossem iguais e ambos estivessem no mesmo banco de dados de endereçamento.



O Homônimo

Carlos Roberto Tomaz da Silva

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Santo André-SP

ATRFB ativo, lotado e em exercício no Sepol da DRF/SAE, onde exerce as funções de pregoeiro e gestor de contratos. Ingressou no serviço público em 09/09/1982 e na carreira ARFB EM 06/02/1986.

Neste mundo moderno em que a internet tornou-se parte inseparável de nossas vidas, o e-mail corporativo ocupou o lugar dos memorandos, C.I. (Comunicação Interna, um formulário amarelo com vários campos para reenvio, muito utilizado na RFB antes da informatização) e outras formas de comunicação escrita, com grande vantagem, tanto na rapidez como na economia de papel.

No entanto, como subproduto do correio eletrônico surgiu a praga já disseminada das mensagens não desejadas, equivocadas ou mal intencionadas, o chamado “spam”; ou pior, a boataria inconsequente que atulha nossas caixas postais com notícias alarmantes, apelativas e, em geral, totalmente falsas. Para evitar esse tipo de praga, os aplicativos em geral contam com recursos que permitem filtrar e enviar essas mensagens diretamente para a lixeira (o recuso chama-se regra). Mas a melhor forma



Pedi então a uma colega do CAC que fizesse uma rápida pesquisa no sistema CPF. E qual não foi a minha surpresa ao descobrir que não tenho apenas um, mas três homônimos perfeitos registrados no sistema! Nomes exatamente iguais, até mesmo o pouco comum Tomaz com Z, herança paterna. Então, meu nome não era tão exclusivo como eu sempre pensei... Pesquisei na internet e solucionei o mistério: um dos meus xarás era chefe da Agência do INSS na cidade de Leopoldina, na Zona da Mata mineira. Era ele, então, o verdadeiro destinatário das tais mensagens.

Depois disso não recebi mais e-mails previdenciários, e acabei deixando o assunto de lado. Mas a vida costuma surpreender-nos das formas mais extravagantes...

Há uns quatro anos, a atenciosa gerente de minha Agência do Banco do Brasil ligou-me e perguntou se eu pretendia fazer uma aplicação do dinheiro recebido. Mas que dinheiro, pergunto eu, já que o dia de pagamento ainda estava longe? Então ela me explicou que havia entrado em minha conta uma quantia considerável, resultante de um precatório trabalhista.

Precatório trabalhista? Fiquei imediatamente alarmado. Respondi que não estava sabendo de precatório algum e que não tinha nenhum processo tramitando na Justiça do Trabalho. Ela me respondeu que não havia erro e que o CPF conferia. Pedi então que ela tentasse confirmar que ação era essa. Pouco depois ela me envia por fax uma página impressa de seu sistema, no qual constava o valor depositado e o número do processo do precatório. Nada mais.

Aquele dinheiro, obviamente, não era meu; então certamente pertencia a outra pessoa. Numa dessas, pensei, eu poderia ser usado por algum esquema criminoso de desvio de precatórios e ser processado como membro da quadrilha, e até conseguir provar que “focinho de porco não é tomada”... Era imperativo descobrir o que estava acontecendo, antes que



sobrasse para mim. Decidi, então, inspirar-me no trabalho dos colegas do ESPEI (Escritório de Pesquisa e Investigação) e fazer minha própria investigação.

O primeiro passo foi ir à página do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e fazer a consulta processual. O número do processo de execução, ou seja, do precatório, estava vinculado ao processo original. Nova consulta com o número do processo originário começou a lançar luz sobre o assunto: tratava-se de uma ação trabalhista de “Sicrano de Tal e outros X INSS”. Imediatamente lembrei-me de meu homônimo mineiro; possivelmente era ele o verdadeiro dono do precatório. Coloquei-me no lugar dele. Talvez estivesse angustiado pelo fato de vários companheiros já haverem recebido sua parte, e nem sinal de sua parte. A consulta trouxe outra informação relevante, o nome do advogado. Fui então à internet e digitei o nome; tratava-se de um escritório de advocacia especializado em ações trabalhistas, localizado em... Belo Horizonte. Realmente, como diz o protagonista de conhecida série policial da TV, não existe isso de coincidência.

Mandei uma mensagem para o e-mail do escritório explicando a situação. Menos de uma hora depois o próprio advogado me telefona, espantado com a situação. Ele havia consultado os autos e confirmou que um dos litisconsortes chamava-se Carlos Roberto Tomaz da Silva e residia em Leopoldina, ou seja, era mesmo o colega previdenciário; e que o Banco do Brasil, ao receber a ordem do Juiz para creditar o valor do precatório na conta do beneficiário, possivelmente não percebeu que havia dois correntistas com o mesmo nome e depositou o dinheiro na primeira conta que localizou, a minha.

A partir daí, o assunto finalmente se resolveu. Enviei ao advogado cópia da minha carteira de identidade e do CPF para provar que eu não era o beneficiário. O advogado peticionou ao Juiz informando o ocorrido e



entrou em contato com seu cliente para obter o número de sua conta-corrente. Fiz então a transferência bancária do valor para o verdadeiro dono e mandei o recibo para o advogado, para ser juntado aos autos. Ufa!

Depois desse caso, passei a refletir: se até alguém com um nome não tão comum como o meu pode acabar em apuros, imagine-se as pessoas com nomes mais frequentes como João da Silva, Maria das Dores de Souza e outros. Em nosso trabalho na RFB, frequentemente nos deparamos com situações de homonímia que podem causar confusão. Nesses casos, é fundamental termos atenção para evitar equívocos.

A propósito, o colega homônimo continua ocupando o mesmo cargo. Mas não voltei a receber mensagens endereçadas a ele, pelo menos até hoje.



Papel aceita tudo
Os riscos físicos das declarações entregues em formulário

Antônio Marcos Sarmiento
Auxiliar PSE Serpro - DRF/Vitória-ES

Ingressou na Receita Federal em 17/02/1976, atualmente trabalha na Equipe de Cadastro no Secat/DRF/Vitória-ES; desempenhou atividades de Atendimento ao Contribuinte por 17 anos, Grupo de Malha PF e PJ.

Fato curioso aconteceu nos idos de 80, quando o lançamento do crédito tributário ainda ocorria “por declaração”, ou seja, o contribuinte apresentava a declaração, baseado na qual, o Fisco lançava o imposto devido e encaminhava ao contribuinte a notificação de lançamento e os DARF preenchidos eletronicamente para pagamento do valor apurado, ou o cheque de restituição para depósito em conta, se fosse o caso.

Ao apresentar a declaração, que era em papel, também conhecido na época como formulário azul (completo) ou verde (simplificado) o contribuinte passava por algumas malhas, dentre as quais uma conhecida pelo apelido de CQ – Controle de Qualidade. A partir daí, então, eram direcionadas para o trabalho manual, que poderia resultar em glosas das diversas deduções legais, como dependentes, despesas com instrução, despesas médicas etc. Vale destacar que os batimentos eram feitos a partir do cruzamento dos olhos de quem trabalhava as declarações com as



informações prestadas pelos contribuintes. Ou seja, o principal parâmetro de incidência era a intuição.

Em uma dessas situações, impressionado com a quantidade de dependentes que um contribuinte informou, o servidor que a manuseou efetuou glosa de todos dependentes relacionados. Após recebimento da Notificação de Lançamento, dentro do prazo dos trinta dias para contestá-la, o contribuinte compareceu na Receita para reclamar tal situação.

Eu trabalhava na época com o Grupo que atendia o SRL – Solicitação de Retificação de Lançamento e, percebendo a glosa, solicitei as certidões de casamento e de nascimento dos filhos, que já estavam em poder do declarante.

Verifiquei então que estavam relacionados no quadro de dependentes a esposa, os filhos e uma sigla diferente do usual: AMTE (papel aceita tudo...!)

A ocupação principal do contribuinte era “estivador” e o seu mau humor era de dimensão proporcional aos seus músculos (eis os riscos físicos a que se referem o título). Com muito jeito e receio, pois ambos, músculos e mau humor eram intimidantes para uma pessoa de minha estatura, indaguei o significado daquela sigla. Ele de imediato respondeu, com a maior naturalidade do mundo, que aquela dependente era sua amante.

Então me enchi de coragem e tentei explicar que não era possível, que ele não podia ter uma amante sob sua dependência. Ainda me recordo até hoje suas palavras, esbravejadas aos quatro ventos da repartição:

- “Como não posso ter amante como dependente? Se minha mulher que é minha mulher não liga, quem é você para dizer que não? Eu pago todas as contas dela e durmo cada dia numa casa, então não posso... por quê?”



Eu continuei tentando explicar que não havia previsão legal para relacionar amante como dependente e ele continuava afirmando categoricamente que eu não tinha nada com isso, retrucando que só quem poderia reclamar era a esposa.

Após concluir que não teria argumentos para convencê-lo de que eu não estava questionando a moralidade da situação, e tão somente a legalidade da dedução, recebi os comprovantes, acatando como dependentes os filhos e a esposa apenas, e encaminhei a SRL para que fosse emitida nova notificação de lançamento. Afinal, quem tem juízo não discute muito em situação de notável inferioridade física.



Receita federal nas Olimpíadas Rio 2016

Valmir Paulino Benício

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/São Sebastião do Paraíso-MG

Ingressou na RFB no concurso para TTN em 1989 e foi nomeado no dia 15/05/1991. lotado inicialmente na Alfândega de Cumbica, pediu transferência para a recém inaugurada Delegacia da Receita Federal em São Bernardo do Campo em 1995. Em 2004 foi transferido para DRF/Poços de Caldas e em 2010 para a Agência de São Sebastião do Paraíso em Minas Gerais. Além de servidor Federal é escritor e palestrante.

Do evento

Como se sabe o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar as Olimpíadas 2016. Na cidade organizou-se a 36ª Olimpíadas da era moderna. A decisão foi anunciada em 2 de outubro de 2009, em Copenhague, na Dinamarca, durante a 121ª Assembleia do Comitê Olímpico Internacional.

Os Jogos Olímpicos ocorreram entre os dias 05 e 21 de agosto. E a Paralimpíada entre 7 e 18 de setembro. Para a realização de um grande evento como as Olimpíadas, é necessário muita preparação, propiciando uma gigantesca infraestrutura para a realização dos Jogos. Portanto, é um projeto de extrema grandeza. A partir de 2009, quando o Brasil obteve o direito de sediar o evento, o país teve o desafio de se estruturar e se



organizar, considerando instalações esportivas, hospedagem, transporte, segurança e mão de obra.

Para tal desafio, foi criado o Comitê Rio 2016, cujo intuito foi o de organizar os primeiros jogos olímpicos do Brasil e da América do Sul. Mais de 140 mil pessoas tomaram parte diretamente na organização deste evento, sendo 7 mil integrantes do Comitê Organizador, 65 mil pessoas contratadas e mais 70 mil voluntários.

Cerca de 200 nações de todas as partes e continentes do mundo enviaram atletas para a competição em suas diversas modalidades. Foram cerca de 11 mil atletas e milhares de profissionais de imprensa, das áreas de apoio, fãs de esportes e turistas de todos as partes do planeta.

Para segurança, foram mobilizados cerca de 85 mil profissionais, sendo 38 mil homens das Forças Armadas e 47,5 mil profissionais de segurança pública. Foram mais de 30 instituições das três esferas de governo em parceria com o Comitê Organizador que juntas definiram as linhas gerais da organização.

Do ciclo olímpico

Dentro deste desafio, a Receita Federal teve um importante papel no controle de entrada dos participantes dos Jogos. Com uma estimativa inicial de aproximadamente 500 mil visitantes do exterior no Brasil para os Jogos Olímpicos, a Receita Federal selecionou um grupo de servidores do seu corpo de funcionários para um treinamento e preparação para o trabalho que foi desenvolvido durante os Jogos quanto à entrada e saída dos participantes e turistas. O programa de treinamento foi chamado de Ciclo Olímpico RIO2016.

A Alfândega teria que estar preparada para receber tais visitantes, considerando atletas, imprensa, autoridades, chefes de estado e



governantes de diversas esferas, além de representantes de organizações diplomáticas. E teria que se adequar para o tratamento diferenciado para a entrada dos bens, equipamentos e acessórios para a participação dos jogos. Também para ter o devido controle para os casos de bens que não se enquadrassem nessa categoria, além de zelar pela prevenção e controle de entrada de produtos proibidos, entre eles vários tipos de drogas.

Foi organizada uma escala de trabalho envolvendo cerca de 90 servidores, entre eles uma equipe especial foi treinada para recepção dos dignatários, que, se dividindo entre quatro estruturas montadas pelo complexo aeroportuário, foram preparadas para receber os chefes de estado ou seus representantes, cujo protocolo diplomático exige uma recepção adequada aos respectivos cargos.

O objetivo era realizar as devidas atribuições com a máxima celeridade e eficácia sem comprometer o fluxo dos visitantes para sua acomodação e preparação necessária

Do início dos trabalhos

De um modo geral, apesar da intensidade e da frequência das chegadas, os trabalhos foram realizados de maneira rápida, tranquila e integrada com os outros órgãos de estado envolvidos na recepção dos visitantes: Polícia Federal, Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro, Ministério das Relações Exteriores, entre outros.

Logo de início, cerca de 34 delegações de vários países desembarcaram no Galeão com equipes de pelo menos 13 das 42 modalidades olímpicas.



Das atividades

Em várias situações, foram necessárias admissões temporárias quando da chegada da “família olímpica”, pois quase a totalidade dos acessórios e equipamentos retornariam aos países de origem.

Entre os diversos casos de admissão temporária, estavam as armas e munições dos atletas e de equipes de segurança dos dignitários, além dos equipamentos utilizados por veículos de imprensa de todo o mundo que vieram acompanhar o evento. Tais bens pediam um tratamento diferenciado devido à sua natureza. Ao final dos Jogos, todos esses equipamentos foram reexportados, através do controle feito pelo procedimento de admissão temporária.

Dados dos trabalhos

Seguem, agora, alguns dados do trabalho feito no controle de entrada aduaneiro do Rio de Janeiro. A maior delegação a desembarcar foi a da Rússia, com 150 atletas. Uma das maiores delegações, a da China, era composta por 166 integrantes, que trouxeram 566 bagagens. A Receita estima que, até 22 de agosto, houve cerca de 22,8 mil embarques e desembarques internacionais, numa média de mais de mil viajantes ao dia.

A Alfândega do Galeão recebeu mais de 30 chefes de estado. Nessa unidade, foram realizados, mais de 730 despachos de admissão temporária, envolvendo mais de 2 mil contêineres e cargas com valor FOB que superaram R\$ 1,5 bilhão. Em um dos procedimentos de liberação, tal Alfândega recebeu 34 animais que iriam participar do Concurso Completo de Equitação (CCE)- uma das três provas de hipismo nos Jogos Olímpicos, representando 10 países diferentes, entre eles o Brasil. Além dos cavalos, que pesavam em média 515 quilos, vieram também 9.600 quilos de carga



Ao contrário do que se poderia imaginar, os passageiros pareciam mostrar uma simpática curiosidade quanto ao procedimento. Alguns faziam perguntas sobre os cães e não se mostravam importunados.

Do encerramento

Mesmo com o fim dos Jogos Olímpicos, o trabalho teria continuidade. A imensa quantidade de carga que chegou por meio de admissão temporária tinha que deixar o país dentro dos prazos estabelecidos, e isso deve ocorrer em um espaço de tempo bem menor que o da chegada. Por fim, de igual modo a todas as pessoas, órgãos e entidades envolvidas no Ciclo Olímpico, a Receita Federal do Brasil conseguiu cumprir integralmente e bem a sua missão. Sem dúvida alguma, as Olimpíadas Rio 2016 deixaram uma ótima impressão para o mundo, e em muitos aspectos.



na aeronave. No total seriam cerca de 230 cavalos e 115 toneladas de cargas relativas aos animais.

Entre as autoridades diplomáticas e governantes de todo mundo, tiveram a devida recepção o príncipe de Mônaco e príncipes herdeiros do trono da Dinamarca, a Princesa Arne, representante britânica na abertura dos Jogos Olímpicos, o vice-primeiro ministro do Azerbaijão, Jagube Eyyubov, o presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, o governador-geral da Austrália, Peter Cosgrove, o vice-presidente e secretário-geral do Comitê Olímpico Comoriano, Djaffar Ahmed Said, o vice-primeiro ministro do Azerbaijão, Yagub Eyyubov, o presidente da França, François Hollande, o vice-presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Mangue, o presidente tcheco, Milos Zeman, a comitiva presidencial da Eslováquia, o governador-geral da Nova Zelândia, Jerry Mateparae, a vice primeira-ministra da República Popular da China, Liu Yandong, o vice-presidente da República de Angola, Manoel Domingos Vicente, o presidente argentino, Mauricio Macri, o rei Filipe dos belgas e a Rainha-Consorte Matilde, o secretário de estado Americano, John Kerry e o presidente do Paraguai, Horacio Cartes.

Um procedimento de despacho aduaneiro inusitado foi o de um balão de hélio. O artefato aéreo foi importado pela primeira vez no Brasil e serviu como atração turística do Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos.

Denúncia de porte de drogas

Durante os trabalhos, uma ocorrência foi a denúncia sobre um passageiro portando drogas. Agentes da Polícia Federal procuraram o pessoal da Receita e combinaram como seriam feitas as verificações com o uso de cães farejadores. Nesse procedimento, os cães, altamente treinados, farejam as bagagens dos passageiros assim que deixam a esteira de raios X.



Sou do Tempo do IUM
(Sou antiga mas não velha)

Renete Aparecida Moraes dos Santos

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Jacarezinho-PR

Ingressou na RFB em 1984, mais precisamente, na ARF em Ibaiti-PR/DRF/Ponta Grossa-PR. Trabalhou na ARF em Santo Antônio da Platina-PR, e, atualmente na ARF/Jacarezinho/PR DRF/Londrina/PR. Como ATRFB, sempre no trato direto com o contribuinte, desde o início da sua trajetória funcional.

Na época eu trabalhava em uma pequena Agência no município de Ibaiti. O atendimento ao público era em um balcão comprido, onde tanto os atendentes quanto os contribuintes ficavam em pé. Éramos pouquíssimos servidores para o atendimento naquela localidade, em que havia um total de 12 municípios jurisdicionados. Como é até hoje nas Agências, o labor era puxado, pois havia (e ainda há) uma imensidão de trabalho para poucos de nós, servidores. Com isso, na época, não dava para atender e ao mesmo tempo cuidar da fila que se avolumava. Dessa forma, quase sempre havia uns espertalhões que furavam a fila... Eram alguns poucos advogados, contadores que, na defesa de seus clientes, quase sempre passavam na frente dos mais humildes. Não que eu tivesse alguma coisa contra essa classe de profissionais, muito pelo contrário, até porque a grande maioria dos profissionais nunca agia dessa forma.



Bem, foi de tanto ver essas injustiças que pensei em uma solução. Na verdade, copiei de uma loja de materiais de construção que conheci em Curitiba enquanto aguardava o meu marido finalizar sua compra. Notei que ali, o sistema de “senhas” funcionava redondinho, ninguém passava ninguém para trás. E, se ali funcionava perfeitamente, “porque não num órgão público?” - pensei.

Pois bem, cheguei na segunda-feira animada à repartição e lancei a minha ideia! Aliás, a minha cópia de ideia (risos). Como retornei animada, mãos à obra, vamos incrementá-la então! Os mais antigos de casa devem se lembrar daquelas listagens de capa azul que o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) enviava para as Agências. Eram listagens que demonstravam mensalmente os devedores novos do mês e também os acumulados, chamava-se LAD. Como eram substituídas frequentemente, a cada nova listagem que chegava aproveitávamos as capas para a confecção das senhas.

Funcionava da seguinte forma: recortávamos uns 50 quadradinhos de capa, medindo mais ou menos uns 5cm e, para cada senha, um número desenhado com pincel atômico, que ia de 01 a 50 (mais ou menos o número de contribuintes atendidos no dia). Havia um furo, bem acima do número, ali os pendurávamos num dos pilares, local bem visível para o contribuinte. No pilar escrevemos “Retire a sua Senha” e, do lado de dentro (no outro pilar) visível apenas aos servidores, íamos depositando as senhas dos contribuintes atendidos para que víssemos a ordem e o próximo contribuinte a ser chamado. Com isso o atendimento ficou um pouco mais tranquilo pois o contribuinte, após pegar a sua senha, esperava sentado, sem o agito no balcão. Era bem mais cômodo tanto para o atendente como para o próprio contribuinte. Sem contar que, no final da tarde, tínhamos um gerencial do número de atendimentos... E esse foi, por longos anos, o nosso SAGA, atual Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento dos Contribuintes.



Outro Episódio:

Lá pela década de 1980, um pouco antes de ser promulgada a nossa Constituição Federal, havia um imposto de competência da União que se chamava IUM – Imposto Único Sobre os Minerais do país. Esse imposto incidia sobre o carvão mineral, entre outros minérios extraídos dos municípios de produção. Boa parte do produto dessa arrecadação retornava ao município produtor do carvão mineral. Lembro-me que era um montante bem significativo, pois tínhamos o controle através das “listagens” informativas.

Dentre os doze municípios da jurisdição da ARF em Ibaiti/PR., havia dois municípios que produziam carvão mineral, ambos eram vizinhos. Foi aí que o imbróglio se iniciou. O que se comentava na época era que o município X invadia o município Y por debaixo da terra, ou seja, via túneis. Na verdade, aquelas prefeituras envolvidas sempre reclamavam da partição da arrecadação. Quando não era uma, era a outra que reclamava.

“E eu, no meio desse imbróglio? Jamais!”

Doce ilusão... – Chegando do almoço debaixo de um sol escaldante, já em cima da hora para abrir a Agência, avistei ao longe uma pequena aglomeração de pessoas. Eram os contribuintes aguardando ansiosos para serem atendidos. Dentre eles havia um velho conhecido, o Carlão (nome fictício), assessor de um dos prefeitos daquelas prefeituras que legalmente se beneficiavam do carvão mineral.

Apesar da presença dele ser costumeira por ali, pois ele sempre representava o prefeito para obtenção de CND (Certidão Negativa de Débitos) e outros assuntos pertinentes, achei meio estranho que ele não pegasse a “senha” para ser atendido, aguardando pacientemente até que eu atendesse todos que ali se encontravam. Quando o último daqueles



contribuintes se foi, ele se levantou, dirigindo-se até o balcão e me disse em voz bem baixa: - “Olhe, tenho uma boa proposta para você. Você sabe que o meu município está sendo prejudicado porque não está recebendo o fundo a que tem direito. O município (Y) está invadindo o nosso através dos túneis e estão levando o nosso fundo de participação. O que preciso de você é quase nada, apenas uma cópia da listagem do município (Y). Como você pode ver, é quase nada mesmo pois ninguém saberá e, se me perguntarem, digo que o prefeito conseguiu lá em Brasília. Você será bem recompensada, daremos a você um carro e um apartamento disponível lá na Capital.”

Deixei ele dizer tudo o que tinha para dizer. Inclusive me mantive bem calma e tranquila, como sempre. As vezes tinha até vontade de rir! E assim fui “dando corda”. Quando ele terminou as asneiras que tinha para dizer, simplesmente disse a ele que ele havia se dirigido à pessoa errada e que eu jamais faria uma coisa dessas. Ele por sua vez, ficou pálido e perplexo (acho que até mesmo envergonhado), pois ele não esperava aquela minha reação. Sou capaz de dizer que ele possivelmente tenha raiva de mim até hoje por causa desse episódio. Paciência...

Registre-se que esse fato poderia ter acontecido com qualquer servidor. Que não vejo como nenhuma proeza de minha parte o não aceite da suposta “propina” a mim oferecida. Qualquer servidor que, no exercício da profissão e comprometido com a instituição, agiria, com certeza, da mesma forma.



Um encontro inesperado na aduana

Elisete Pereira

Técnico do Seguro Social - DRF/Curitiba-PR

Ingressou no Serviço Público em fevereiro de 1985 no ex IAPAS, depois transformado em INSS, sempre trabalhando nas áreas de Arrecadação e Cobrança. Técnica do Seguro Social desde 2004; foi redistribuída para a RFB na fusão em 2007. Não faz parte da Carreira da RFB, mas trabalha na Eqcof - Equipe de Arrecadação e Cobrança - Cotencioso Fiscal desde outubro de 2014.

Em 2010 estava auxiliando nos trabalhos de inspeção das bagagens na Aduana da Ponte Internacional da Amizade, quando entre uma conversa e outra, com as pessoas que estavam na fila com suas mercadorias prontas para serem fiscalizadas, então consigo reconhecer a voz da professora do meu curso de química, no segundo grau, na cidade de Lages, em Santa Catarina, nos idos de 1978 e 1979.

Perguntei seu nome e, ela respondeu o que eu queria ouvir, então tive a certeza de que era mesmo a pessoa que fora minha professora. Começamos a conversar e lhe disse:

- A senhora foi minha professora no segundo grau e, ela me olhou, me abraçou e começou a chorar.



Sua mercadoria foi vistoriada como as das demais e, como não havia impedimentos, ela passou pelo canal verde e foi embora.

Creio que as pessoas que estavam na fila pensaram que havíamos tirado suas mercadorias. O motivo do pranto foi o reencontro de mais de 30 anos. Que emoção!



Um minuto de fama

Elma Botelho Souza

Assistente Técnico-Administrativo - ARF/Jequié-BA

Ingressou na RFB em fevereiro de 2015, através do Concurso ATA 2014. É lotada na DRF em Vitória da Conquista-BA e em exercício na ARF em Jequié. Formada em letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Seu texto «O ex-aposentado» foi selecionado para publicação no 6º Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil (2015).

Na tarde do dia 13 de setembro de 2016, a chefe da Agência da Receita Federal do Brasil em Jequié, Rosângela Souza Santos, solicitou-me que ligasse para os contribuintes com senhas agendadas para atendimento no dia seguinte, com horários agendados após as 9 horas, e lhes solicitasse que fizessem o cancelamento e posteriormente um novo agendamento, pois não haveria atendimento a partir desse horário, devido à Assembleia Geral Nacional dos servidores administrativos, e assim procedi. Eram sete agendamentos que necessitavam ser reagendados e logo dei início às ligações.

Paralelamente aos telefonemas, aqui em frente à Agência, estava acontecendo uma filmagem da Rede Globo de Televisão e a recepcionista Munique, que assistia a tudo através do vidro fumê, estava radiante com a movimentação dos profissionais da emissora. Foi quando brinquei com ela:



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

“Munique, sai aí um pouquinho, vai lá na praça para você ser filmada... quem sabe você não fica famosa? (rsrsr)”. Ela continuava eufórica e agitada enquanto aconteciam as filmagens na praça. E eu continuava com os telefonemas. Na penúltima ligação, após diversas tentativas para aquele número, consegui ouvir o telefone chamando, em vez de somente “ocupado” como acontecera nas outras tentativas. No entanto, ao ouvir que alguém atendeu do outro lado da linha, percebi um fato curioso: o número que foi discado era de uma rádio FM local e a mulher que atendeu estava falando ao vivo! “Temos outra ouvinte na linha. Alô, quem fala?” Fiquei sem reação e imediatamente passei o telefone para a colega da mesa ao lado, Aline Souza Novaes, e lhe disse: “Aline, a ligação está ao vivo!” Aline apenas ouviu o que se passava do outro lado da linha e confirmou que se tratava de uma transmissão ao vivo de uma rádio. Após essa constatação, e também sem saber o que dizer, ela desligou o telefone.

Por um momento, achei que eu pudesse ter discado algum algarismo errado e resolvi ligar novamente, e com bastante atenção dessa vez, para o número anotado na planilha dos agendamentos para o dia seguinte. Liguei e, logo nas primeiras tentativas, em vez de chamar, a linha estava ocupada. Então, resolvi chamar Munique para falar por mim, para o caso de o número discado anteriormente estar correto e a ligação ser atendida novamente “ao vivo”, porque era muita coincidência a linha continuar ocupada após várias tentativas. E lá íamos nós para mais uma tentativa e, para nossa surpresa, dessa vez chamou. Passei imediatamente o telefone para Munique, ao tempo em que eu já havia explicado o que era para ser dito. Do outro lado da linha, a mesma voz feminina atendeu:

– “Alô, quem fala?”

– Munique respondeu: “Boa tarde, aqui é Munique, da Receita Federal.”

– A voz feminina: “Temos mais uma ouvinte na linha.”



– Munique, sem entender muito, continuou: “Gostaria de falar com Sr. José Alves*, por gentileza.”

– A voz feminina: “Munique, você está falando ao vivo pela Rádio 107 Gospel FM – A rádio da adoração!”

– Munique repetiu: “Gostaria de falar com Sr. José Alves.”

– A voz feminina: “Aqui não tem nenhum Sr. José Alves, você ligou errado, Munique.”

– Munique, totalmente sem graça, disse: “Então, desculpa. Obrigada.”

Eu estava ao lado de Munique, enquanto ela falava ao telefone, e não consegui parar de rir. Quando ela desligou, eu lhe disse: “Você não queria ficar famosa agora há pouco? Não foi pela emissora de televisão, mas você falou ao vivo em um programa de rádio (rsrsrsr). Todos nós da Agência começamos a rir sem parar, inclusive Munique. Afinal, não é todo dia que se tem 'um minuto de fama'”.

*Pseudônimo usado para não expor o verdadeiro nome do contribuinte.



Um parcelamento – uma vida

Leonardo Maia da Silva

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Rio Bonito-RJ

Ingressou na RFB em 11/02/1993. Atividades desempenhadas: Atendimento ao Público - Cadastra CPF/CNPJ/ITR; Parcelamento de débitos; Revisão de dívida ativa; Instrução de processos de impugnação. Atividade atual: Agente da ARF/Rio Bonito-RJ.

Esta nossa história aconteceu, se não me engano, em 1998 ou no máximo em 1999. Eu trabalhava no atendimento de uma Agência localizada no Rio de Janeiro, mais exatamente, na ARF/PENHA-RJ, hoje já extinta.

Trabalhava principalmente com recepção e instrução de impugnações e parcelamentos. O sistema Profisc estava sendo implantado e não havia o Tratarpar para a negociação de parcelamentos nem o Saga para organizar o atendimento ao público. A triagem acontecia em um balcão grande que ficava em frente à área de atendimento. Este tipo de triagem era muito confusa, pois quando o colega do balcão via o contribuinte levantar da mesa, imediatamente encaminhava outro (para fila andar). Muitas vezes os contribuintes eram encaminhados em momentos inoportunos, como bem próximo ao horário de almoço.



Lembro que a Agência tinha uma demanda de atendimento extraordinária, mas com excelentes e competentes colegas de trabalho. Os dias eram bastantes cansativos para toda a equipe. Lembro, também, de uma obra que ocorreu em meio ao salão de atendimento. Recordo bem do rebaixamento do teto, havia uns tiros de “pistola” - acho que eram para pregar o gesso no teto. Esta situação não colaborava com o atendimento ao público – os barulhos produzidos com a pistola de pregos assustavam os contribuintes também.

Retornando à triagem, principalmente o encaminhamento de contribuinte no horário próximo ao almoço, que ocorria normalmente entre 12:00hs às 13:00hs, eu já pensava - vou atrasar o almoço – e a necessidade de alimentar-me não ajudava muito na excelência do atendimento. Como, na época, eu morava no município de São Gonçalo, havia um significativo e complexo deslocamento para o trabalho, portanto tomava meu café da manhã muito cedo e, por volta de doze horas, já estava com fome mesmo.

Acredito que não podemos afirmar que temos com todos os contribuintes a mesma relação necessária ao melhor fluxo do atendimento dos serviços requisitados. Assim sendo, vamos chegar a nossa história. Eu estava atendendo um pedido de parcelamento de uma empresa por intermédio de seu representante legal, no caso, o contador. Como na época as informações eram buscadas prioritariamente na unidade de atendimento, eu já o tinha atendido pelo menos duas ou três vezes na mesma semana. A internet ainda era apenas uma promessa do que se tornou hoje como fonte de informações e serviços. Os atendimentos ocorriam sempre bem próximo ao meu horário de almoço, como disse e muitas vezes se prolongavam. Eu não sentia nem um pouco de satisfação em prolongar o atendimento dentro do horário de almoço, pois já estava pressionado por minha necessidade primária (alimentação), como também tinha receio de aparecer uma certa dor de cabeça (comum quando retardo muito o horário de alimentação).



Bem, passavam-se os dias da semana assim, eu sempre procurando não avançar os atendimentos. Muitas vezes solicitava à triagem que não encaminhasse contribuinte próximo ao referido horário. No dia em que ele – o representante legal do parcelamento - compareceu com todos os documentos para entrar com a formalização do pedido de parcelamento, era exatamente o meu horário de almoço. Eis que quando o vi em pé no balcão, com a colega prestes a mandá-lo para minha mesa, levantei e imediatamente me dirigi a entrada/saída, que ficava no balcão, e disse para o colega da triagem: “estou saindo para o almoço, volto em uma hora.” Assim fiz, e com muita rapidez, passei próximo ao contribuinte, o olhei e passei dizendo que não poderia atender naquele horário, somente após o almoço. Evidentemente ele que tinha urgência no protocolo do pedido, pois precisava de CND e houvera cumprido as exigências anteriores, não ficou satisfeito com minha conduta.

Passaram-se uns cinquenta minutos e retornei do almoço. Ele estava lá me esperando, me viu chegar e não chamá-lo tão imediatamente, pois ainda fui fazer minha higiene bucal (escovar os dentes mesmo). Acredito que também esta atitude tenha colaborado para piorar nossa relação, talvez ele tenha pensado que havia algum atraso intencional no retorno do almoço. Sentei-me a mesa, a colega da triagem olhou para mim e acenou com o pedido para encaminhá-lo para o atendimento, fiz o gesto que sim. Em resumo, o contribuinte solicitou o parcelamento e obteve a CND.

Eu, já em casa, após poucos dias do atendimento relatado, vejo na televisão, no noticiário local, o desabamento do edifício Palace 2, no bairro da Barra da Tijuca/RJ. Este prédio foi protagonista de um dos maiores escândalos da construção civil no Rio de Janeiro. Na obra havia erros técnicos e material de construção de baixa qualidade (uso de areia da praia), conforme identificado por laudos técnicos. Uma tragédia marcada pela morte de algumas pessoas e mais de cem famílias



desabrigadas. No telejornal vi uma família (um casal e dois filhos, se não me engano) muito abalada, olhando para os escombros do prédio. A reportagem focou melhor a família, na hora vi que o homem, pai da família mostrada, era o representante legal que eu tinha atendido após meu horário de almoço.

Naquela noite, no amparo da segurança de minha casa, depois de ver aquela família, que aparentemente tinha perdido tudo, refleti: atendemos pessoas, pessoas que têm uma vida, uma família, filhos, mães e pais, que podem estar passando por situações extremas, como aquela que eu tinha assistido pela TV. Aquele pai de família, que naquele momento expressava, pela TV, toda a angústia de perder sua residência, tinha estado comigo há poucos dias. Ainda pensando – muitas pessoas (inclusive eu) podem estar buscando atendimento no horário de almoço para ter um pouco mais de tempo para tratar de algum assunto pessoal de muita importância – uma visita a um familiar hospitalizado; levar um filho doente ao médico; cuidar de uma nova residência para família após uma tragédia, como aquela a que assistíamos pela televisão etc.

Enfim, não sei se minha história tem exatamente uma moral, mas depois desta experiência, para mim, por trás de um atendimento há uma vida, uma história de vida. Não me importei mais em atender no meu horário de almoço e, se eu tivesse uma dor de cabeça, um analgésico resolveria com facilidade.



Um TCC que virou realidade.

Edna da Conceição Costa Ribeiro
Agente-Administrativo - ARF/Penedo-AL

Ingressou na Receita em dezembro de 1992, passou a exercer suas atividades na Agência de Penedo como atendente, ficou na chefia por um ano e três meses. Até a presente data, é substituta.

Cheguei na Agência da Receita Federal de Penedo em dezembro de 1992 e, desde então, tudo se tornou um aprendizado constante.

Do setor financeiro de pessoal da Delegacia Federal de Agricultura para o atendimento da Receita Federal foi uma mudança radical. Da prestação de serviços aos colegas de trabalho, passei a atender o contribuinte em geral.

Tive todo apoio do chefe quando cheguei; único atendente da Agência, exercendo os dois papéis. E nas horas vagas, contava a história da Receita através da prática dos serviços, os quais tão estranhos para mim, mas, ao mesmo tempo, interessantes.

Foram cinco anos da Agência de Penedo com apenas dois servidores, para uma época de serviços tão precários, comparando-se com



a realidade atual. Um exemplo eram os formulários do antigo CGC, (baixa, inscrição, alteração). Outro, o CPF que eu datilografava para fornecer uma segunda via.

Com o tempo, fui me apaixonando pelo trabalho e mesmo com um temperamento forte e uma expressão séria, procurei e procuro sempre ser eficaz no meu atendimento. Pois, minha preocupação maior é deixar o contribuinte satisfeito em seus anseios diante de suas necessidades, e quando não sou competente pra tal serviço, me comprometo em buscar resultados com quem é competente na área.

Não é tarefa fácil ser servidor público quando o foco é o contribuinte externo; um mundo de atitudes, pensamentos, compreensão e insatisfação de tamanha diversidade. Às vezes, aceitam nosso esclarecimento; noutras, nos ofendem e agridem com palavras; ou mesmo acabam nos fazendo rir, quando o assunto se torna cômico.

Em se tratando de Agência do interior, pode-se imaginar a grande necessidade de um atendimento diferenciado, onde teremos que observar o desconhecimento total e dificuldade em entender e aceitar suas obrigações e direitos na Receita Federal.

Nestes vinte e quatro anos de Receita Federal, tive a honra de conviver com cinco chefes. Cada um com suas qualidades e perfis distintos, mas, deixando suas marcas aqui e um pouco de suas histórias.

Em 1999 a Fundação Educacional do Baixo São Francisco passou a ministrar mais um curso, Administração de Empresas, e era minha oportunidade de concluir o que deixei pra trás em 1983. Após dois anos de faculdade, já tinha em mente um Trabalho de Conclusão de Curso, em que defendesse um atendimento ao contribuinte, de maneira mais educativa, criando um elo entre a Receita e o atendido.



Era um sonho, uma ideia que constantemente vinha à cabeça. Um sistema no qual pudéssemos ver a vida fiscal do contribuinte como um todo, ou numa abrangência bem maior. Pois o acesso era pelo HODE, o primeiro sistema da Receita que conheci, em que consultávamos separadamente, CPF, CNPJ, SINCOR, SINAL, entre outros, para que pudéssemos atender e orientar nossos contribuintes. E a realidade do interior era mais precária. Os próprios contadores sentiam dificuldade quanto ao entendimento mais profundo dos programas tanto de pessoa física, como jurídica. E mesmo na capital, havia palestras periódicas para tais profissionais; nós participávamos de treinamentos para melhor atendê-los.

Durante a conclusão do meu trabalho, existia a Declaração Anual de Isento, para os contribuintes desobrigados da apresentação da DIRPF, e a desinformação dos que deveriam fazê-la era muito grande. Resolvi fazer uns panfletos e distribuí-los no balcão, além da orientação dada, na hora em que vinham para regularizar o CPF. Assim, o pessoal dos povoados pertencentes ao município de Penedo teriam uma orientação que o ajudavam a não ter despesas desnecessárias.

Entrei em contato com a Emissora Rio São Francisco em Penedo e pedi para divulgar, junto ao locutor, a importância de fazer a Declaração, pois era a parte prática do meu trabalho acadêmico.

Pra minha surpresa, ao começarmos a divulgação na rádio, em que respondia às perguntas feitas pelo locutor e algumas pelo contribuinte, fui interrompida com um assunto inerente à Receita e de grande importância, mas para o qual não estava tão preparada para prestar informações mais aprofundadas. Foi o caso do Parcelamento Especial da Lei 10684/2003, quando perguntaram sobre prazo, forma de parcelamento, informações básicas sobre o assunto, e graças a Deus pude atender às expectativas do contribuinte dos que buscaram informações, aproveitando a oportunidade de ver a Receita chegando mais perto do cidadão.



Hoje, o VIA que tornou 90% eficaz esta visualização, e a tendência é termos um único sistema pelo qual veremos por completo a situação fiscal, isto é, informações fazendárias e previdenciárias têm tornado realidade um ideal que eu tinha em mente e passei pro papel.

E este sonho que idealizei através de um TCC, e que teve como título “Excelência no Atendimento: um elo entre a Receita Federal e o contribuinte”, mostrou-me que nem sempre realizamos todos os sonhos, mas podemos vê-los concretizados por quem tem a competência de torná-los realidade.

Há 24 anos, minha vivência na Receita tornou-se um constante concurso, desde que passei a representá-la também, sem importar o cargo, afinal, somos um corpo, no qual cada membro tem a sua função e devida importância nesta instituição tão respeitada.

Sinto-me vitoriosa, mesmo entre alguns desalentos, que ninguém é perfeito. Mas, com certeza, minha premiação é dada pelo contribuinte e fazer parte da história da Receita Federal, direta e indiretamente, é o meu maior prêmio.

A cada expediente, sinto-me agraciada com a satisfação dos que buscam os serviços da Receita Federal por meio do meu atendimento, e o melhor, ver grande parte destes contribuintes atendidos em Penedo dizer: Deus a abençoe e obrigado pelo esclarecimento.

Enfim, posso afirmar que faço parte da história deste órgão e agradeço a oportunidade de por meu desempenho, passar à sociedade esta evolução constante, inerente ao cumprimento da sua missão.

Um TCC que virou realidade foi o que aconteceu no decorrer dos últimos treze anos. Sem fazer parte do grupo de gestores da Receita, também idealizei o melhor pra minha instituição.



Poesias Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

5º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

Menção Honrosa



Autora: Fernanda Naomi Hisatugu, 5 anos

Responsável: Chinthia Harumi Kimura Hisatugu – ARF/Arapongas

Poesias Premiadas

Primeiro Lugar

NAF

Clóvis Belbute Peres

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Cofis/Brasília-DF

Ingressou na RFB em 2006. Foi chefe substituto do CAC/Novo Hamburgo, chefe de Equipe de Fiscalização Aduaneira EFA1/Novo Hamburgo, Agente da ARF/Canoas e Assistente Técnico da DRF/Porto Alegre, onde também trabalhou no grupo de Fiscalização do IRPJ no Sefis/Porto Alegre. Atualmente atua como supervisor nacional do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na RFB, chefiando a Divisão de Escrituração Digital da Cofis/DF.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

NAF

Nada que vi se compara ao olhar vidrado,
Apaixonado, d'aluna da Guatemala.
Frente ao relato que ouvira, do que era *Los NAF*,
Não hesitou, ergueu o braço e pronto falou
Ahora mismo empezamos? Listos estamos.
Faltou-me o ar, incrédulo que estava.

Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal, ou *NAF*
As três letras a explicar e um C que ainda faltava.
Fomentar-lhes a criação era ideia que
Nascid' em nossa Receita, correria mundo.
Ah! Eu, que da ideia, achava que tudo sabia
Fitava a aluna, pasmo, olhar mareado.

Noite quente, meia luz, os jovens exaustos,
"Através dos Núcleos, vocês podem ajudar
Formalizar pequenos negócios, orientar"
Nem bem find' o discurso, RFB, SAT, Eurosocial,
Ahora mismo empezamos? Quanta energia!
Faz tanto tempo, tanto. Que eu nunca me olvide!



No que meu olho secou, um verão se passou.
Antígua brotou da semente-Porto-Alegre,
Foi-se Honduras, Costa Rica, Chile, Bolívia;
NAF aqui e ali, em El chiquito Salvador,
América. Sul e Centro. Só no México quase um cento.
Fez-se ponte de cimento entre o fisco e a sociedade.

No olhar da menina, porém, muito, muito mais
Algo que nunca apaguei; força e crença;
Forjar, da cidadania tributária, uma nova realidade;
Não relegar o futuro das gentes ao estado tão-somente.
Agir, aprender, ensinar, a quem quiser trabalhar,
Fazer, sem se gabar; mais feliz a humanidade.

Na cultura Árabe, sufista, NAFs são almas,
Agitam, dirigem, embalam as consciências.
Fato é que o que quer que a Receita plantou
No vento leve do verão se espalhou, louca alma,
Ajudar, pela mão de um jovem universitário, ao hipossuficiente.
Flerto com isso todo tempo, donde solto meu grito:



*Ninguém superou ou supera, Oh! Meus jovens!
As linhas de Machado; sem igual em Quintana.
Façam, ajam e sejam sempre como o vento!*

"A dispersão não lhes tira a unidade
Nem a inquietude a constância" (*)

(*) Machado de Assis, em Mário Quintana, no *Caderno H*.



— |

| —

— |

| —

Segundo Lugar

Oito casamentos... e uma apreensão

João Batista da Silva Machado

Assistente Técnico-Administrativo - DRF/Boa Vista-RR

Servidor da Receita Federal desde 19 de junho de 2015. Trabalha na Saort, mas já participou de atividades de repressão na Nuana de Roraima.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Oito casamentos... E uma apreensão

Dizem as línguas castas:
Quem conta um conto,
Por ter palavras vastas,
Aumenta sempre um ponto.

Quando digo o que sinto,
A verdade de mim não se retira.
Não posso dizer que minto,
Nem que conto uma mentira.

Eita família simplória!
O verso é irmão da rima.
O poema, filho da memória.
A anedota da piada é prima.
O poeta é o pai da história..

.
Contarei da minha forma
O que ocorreu na estrada.
Lembrem que a verdade é norma,
Talvez um pouquinho mudada.



Atuando nas repressões
Da Receita Federal
Fizemos algumas apreensões
De contrabando, coisa e tal...

Eis que se ao longe, um carro vem vindo,
Todos ficamos em alerta.
Ao chegar perto, um carro lindo,
Nossa curiosidade desperta.

Um senhor bem apessoado,
Com feições de Casanova,
Teve o carro investigado
E foi logo posto à prova.

Eu, um pouco afoito:
“Um vestido de noiva, dois;
Ah, aqui tem mais... Oito!
Para que tanto, ora pois”?

Ele: “Escute, por favor,
A história que te digo.
Acredite, meu senhor.
Tenha paciência comigo:



Tenho uma irmã que vai casar
E vestido ela não tem
E se quiser me acreditar,
Vai casar uma prima também”.

Então eu desacreditei
E disse, quase sorrindo:
“Então pensa que eu não sei
Que o senhor está mentindo?”

Vai comercializar as peças.
Vender por alto e bom preço.
É nova uma história dessas,
Mas muitas outras conheço”.

“Não, meu senhor”, ele insistiu,
“Do mundo, sou o homem mais veraz.
Minha língua nunca mentiu!
Mentiras são coisas más!

Tenho várias parentes
E todas querem casar.
Comprei todos estes presentes
Para a elas presentear.



São oito casamentos,
Que serão realizados.
Serão grandiosos eventos
E vocês são convidados”.

“Aprenderemos a mercadoria,
E não fazemos por gosto.
A Lei assim sentenciar,
Pois não pagaste o imposto”.

Ele: “Oito noivas despidas
De seus véus matrimoniais.
Casarão desiludidas,
Chorarão até demais”.

Cumprindo o nosso dever,
Recolhemos as vestes nupciais.
E como era de se prever,
Já não reclamou mais.

Segundo a Lei,
Após alguns dias, houve leilão.
E eu acompanhei
O desfecho da situação.



Foram todos arrematados
Por um certo alguém.
Os leitores, que são atilados,
Já sabem por quem...



— |

| —

— |

| —

Terceiro Lugar

De camelô a servidor

Hendrick Tominaga Boero

Assistente Técnico-Administrativo - DRF/Rio Branco-AC

Posse em fevereiro de 2015, Bacharel em Direito, de forma geral labora controlando os parcelamentos previdenciários do Estado, fazendo retenção de FPM atendendo ao público.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

De camelô a servidor

Olha seu moço,
descurpe a intromissão
mas um *causo* vou contar.

Era tempos de tristeza,
perdoe minha franqueza
mas permita eu falar

uma prosa contarei
só com uma intenção
deixar esse relato
como gesto de lição
da história desta vida
de garra, fé *sufri*da
mas de muita determinação.

Eu vivia numa casa
alugada e de madeira,
no verão era poeira
no inverno, as *goteira*



e um dia desesperado,
sem nada e desempregado
com três filhos pra criar,
sentei com minha esposa
bela e amorosa
para um plano lá traçar.

Ela tem uma vendinha
de copiar, revelar e plastificar
e de dez em dez centavos
o rancho tirávamos de lá.

Na manhã de uma belo dia
O prefeito, seu doutor,
chamou todos do camelô
para fim de prosear

dise assim, seu moço,
com ar curto e grosso
que todos em breve
deveriam sair de lá.



pedimos ao Deus Pai,
que nos poupasse um dia de cada vez
pois prece emitida é prece atendida
e ... parecia chegar nossa vez.

Lançado o edital
divulgado pela mídia
enfim um concurso
era a chance da família.
ATA era a profissão
não importava o que seria
já que o que eu queria
era o teto, o arroz, a farinha e o feijão

... e assim continuei,
noite e dia estudei...
E o dia da prova chegou
e como o tempo voou!

Fiz todos os quesitos
mas saí da prova triste e oprimido
parecia que não ia conseguir
e por isso, nem olhei o gabarito.
A sensação era de fracasso,
pois achava que em uma disciplina
bem não tinha ido.



Pois faria uma reforma
para poder melhor acomodar.
E não teria prazo de saída
que dirá prazo pra voltar.
Mas em breve aconteceria
e pediu pra se preparar.

E depois desse episódio
homi do céu, minha casa desabou,
assustado e desesperado resolvi mudar.

Ajudava a minha senhora
de oito as doze horas
e depois ia estudar.

Estudava de sol à lua
e os dedos a calejar
boca se abrir e olhos a se *fechar*

e o fim de ano vinha chegando
tempo de comemoração,
sem dinheiro e sem destino
entramos em oração,



Mais uma vez,
depois da prova feita,
e mesmo insatisfeito, ajoelhei
“que Tua vontade seja soberana”.
Assim dessa vez clamei

Alguns meses já passado,
triste e desesperado
era dia do resultado.

E com sorte e alegria,
sensação de euforia
estava lá, meu nome
dentro da lista dos aprovados.

Pulei, sorri, chorei.
Não apenas porque passei
mas porque Deus me pouparia
de toda agonia,
de não ter um prato de comida
como assim... assim antes imaginei

a vendinha de minha esposa
que por tempo segurou as pontas
ainda, se encontra no mesmo lugar



o seu prefeito, com todo meu respeito
ainda sua promessa não cumpriu
mas de longe, seu moço,
dá pra ver um prédio
que a metade já se construiu

e saiu o resultado,
segundo lugar,
e meu nome estava lá
na lista dos aprovados.

Abracei minha família
e fomos comemorar,
do mesmo jeito de antes
de joelho a orar, agradecer e chorar
pela prece atendida, por poupar nossas vidas
na travessia desse mar.

A lotação saiu,
bem alegre tomei posse,
é Receita Federal do Brasil



por aqui, poderia seu moço, de certo, terminar
me *descurpe* a *alongação*, mas peço sua atenção
pra mais um pouco prosear
de modo que gostaria de registrar

que fui lotado num setor,
que a finalidade é controlar
parcelamentos previdenciários
agora é aprender, estudar e trabalhar.

O serviço é complicado,
rescindir, apropriar, parcelar,
chega a meta e vem mais um bocado
de cobrar, controlar, desmembrar e reparcelar
Mas quem vai ligar, seu moço
se é *difícil* esse compromisso
se antes, nem tinha serviço
nem mesmo o dinheiro do almoço!

Acredite!
que mais uma surpresa me sucedeu?



e com tanta emoção
sem conhecer os colegas direito
no primeiro ano de trabalho
e com dois meses de serviço
ganhei uma festa de aniversário

Não tenho costume, seu moço
de pessoas alegrarem meu coração
pela vida *sufrida* e doída que tinha,
um simples bolo para mim,
foi uma grande comemoração.

Surpreso fiquei
agradecido pela consideração
e lágrimas caíram
não segurei a emoção.
Agora, nesta fase de minha vida,
contente e alegre estou,
pois bem recebido fui
pelos colegas do meu setor.



Agradeço a Deus em primeiro lugar,
à minha família também
por sempre me apoiar,
e pelo caloroso acolhimento,
dos colegas da SACAT
de Rio Branco capital do ACRE,
MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS.

Essa é a história seu moço
de um simples camelô
muito mais que um sonhador
que por meses se dedicou
e com esforço e desejo do bom Deus
hoje, se tornou um servidor.



— |

| —

— |

| —

Poesias Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

5º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

Menção Honrosa



Autor: Ion Mateus Nunes Oprea, 9 anos

Responsável: Monique Nunes Oprea – DRF/Campinas

A alegria na compensação/liquidação

Gustavo Rossini

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Porto Alegre-RS

Estou enviando o documento em anexo com uma letra de música composta pelo estagiário Cleiton Leandro de Oliveira Rosa, da DRFPOA - Seort - Liquidação. Ele trabalha conosco há quase dois anos e já vivenciou muito de nosso dia a dia. Por isto sentiu-se a vontade de compor uma música sobre um procedimento que adotamos por muito tempo quando da emissão de ordens bancárias. Ele me informou que tentou enviar, porém por não ser servidor, não foi permitido participar. Gostaria que fosse aberta esta possibilidade, pois ele é também músico e, espontaneamente escreveu esta «história de trabalho».

Como sempre na manhã
na compensação se perguntava
Alguém vai fazer ordem bancária aí?
Sim!
Será que dar tudo certo?
Sim!
Então vamos encaminha-lá
Então vamos encaminha-lá



Analisei todo o processo
Verifiquei se tinha débito
Gabinete, delegado
Vai pro banco tudo impresso
Retornou 100%
Já foi paga com sucesso

Que bom que não foi cancelada
Que bom que não foi cancelada

Pra alegria da rapaziada!



A Comunicação Social da Receita

Luiz Carlos de Araújo

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Ascom/Brasília-DF

Ingressou na Receita Federal no dia 16 de julho de 1999, em Brasília. Trabalhou inicialmente na Assessoria de Imprensa. Em outubro de 2001, foi para a Divisão de Cadastros, onde foi chefe-substituto até setembro de 2005. Em agosto de 2006 mudou para Manaus. Trabalhou no Secat da DRF, onde foi chefe entre março de 2009 e fevereiro de 2010. Em setembro de 2013, voltou para Brasília. Trabalhou no Cetad. Desde de 2015 está na Ascom, onde é chefe-substituto desde março deste ano.

Tenho orgulho de fazer parte
De um trabalho que também é arte,
A Comunicação Social da Receita,
Órgão que todo mundo respeita.

Vou só ilustrar a longa lista
Das obras-primas desses artistas
Que, utilizando a tecnologia,
Trabalham com dom e maestria.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Com a revista “Fato Gerador”,
Feita com muito esforço e amor,
Mostramos diversas histórias
Da Receita e suas glórias.

A “TV Receita Ensina”
Ao contribuinte destina
Informações preciosas
Para a cidadania honrosa.

A Divisão de Imprensa,
Com dedicação intensa,
Atende todo jornal
No árduo tempo real.

Para troca entre servidores
De dados úteis a seus labores,
O “Informe-se” é ferramenta
Em que nossa união se alimenta.
O “Apoio” é de grande valia
Para documentos e fotografias,
E tem um chefe bem-humorado
(Nunca o vi desanimado).



Há a Internet, as redes sociais,
O “Panorama” e tantas coisas mais
Para a cultura que principia
O pleno exercício da democracia.



A filha do dono

Déborah Maria Correia Cerqueira
Assistente Técnico-Administrativo - DRF/Maceió-AL

Atendente no CAC da DRF/Maceió desde o ingresso na Receita Federal, em 18/08/2009, tendo atuado como facilitadora do autoatendimento orientado em sua fase de implantação na Delegacia.

Quis a vida que eu tivesse a fortuna
de servir na mesma Casa em que o meu pai:
ele, na seção de pessoal desde que foi criada,
eu, atendendo ao público desde a minha chegada.
E, como a sua sala ficava no primeiro andar,
era pelo meu guichê, pertinho que fica da entrada,
que os conhecidos passavam quando o queriam saudar:
– Dê lembranças ao pai!
E eu as entregava numa ocasião oportuna.



Assim foi que certa feita,
enquanto eu atendia uma mocinha,
passou por lá um conterrâneo dele:
– Cadê o pai?
– Tá lá em cima!
Ele deixou o seu abraço,
e, tão logo afastou-se uns passos,
debruçou-se sobre a mesa a menina.
Como se tratasse de um segredo,
perguntou-me com a voz baixinha:
– Ô, mulher... teu pai é o dono daqui, é?

Sorri desconcertada pelo trágico do enredo.
(E como não me lembrar, numa hora dessas,
da turma da Educação Fiscal?)
Mas logo lhe contei, sem alongar muito a conversa,
que tudo ali era tão meu quanto dela...
E, em meio àquela prosa pedagógica,
quis a moça deixar clara a sua lógica –
que eu de maneira alguma questiono:
– Você disse lá em cima...
Quem fica lá em cima é o dono!

E assim é que desde que ele abraçou o ócio
da aposentadoria, depois do último carnaval,
venho tocando sozinha esse negócio
de família que é a Receita Federal.



Datilógrafo espécie extinta

Márcia Elise Schiffer

Datilógrafo - SRF RJIII-CAC/Madureira-RJ

Funcionária da Receita Federal que exerce paralelamente a função de Escritora Independente com vários livros publicados além de participação em várias Feiras Literárias pelo Brasil. Seus livros: O poder Hereditário, A Ternura vence a Fúria, Poesia (Infanto Juvenil), O Jegue Voador e O Boto Pagodeiro, Contando Conto e Florindo dos Pontos, Papo Cabeça 2, Elos de uma corrente que nos une e Analogia comemorativa do Centenário Forte Copacabana/RJ.

Datilógrafo no Serviço Público.

Pulsos erguidos sem apoiá-los sobre a mesa.

Cotovelos ao lado do corpo.

Mãos sobre o teclado é a rotina.

Da máquina de escrever ao teclado do computador.

Da cópia em papel fino a impressão a laser.

Datilógrafo no Serviço Público.

p o i u y q w e r t

Atendimento ao contribuinte.

Somatório é a conta diária no balcão.

Parcelas do somatório são os pontos positivos.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Aprendizado ao longo dos anos.
Atender é um compromisso.
Nunca obrigação.
Satisfação em ajudar ao próximo.
É muito mais que técnica e comunicação.
Resolver pendências com gentileza.
É a postura do Servidor Público.
Além da digitação a maior função é a paciência,
Demonstrando interesse em ajudar.
Datilógrafo ainda no Serviço Público.
Pulsos erguidos sem apoiá-los sobre a mesa.
Cotovelos ao lado do corpo.
Mãos envelhecidas e olhos atentos a rotina.
Das fichas em cartolinas as planilhas no computador.
Da impressão a laser a cópias escaneadas.
Datilógrafa até quando no Serviço Público.
a s d f g ç l k j h
Datilógrafo espécie extinta.



Meu Caso de Amor com a Receita

Roberta Maria Ribeiro Aragão

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - IRF/Recife-PE

Atualmente está como substituta da Sarac da IRF/Recife, a qual chefiou desde 2008. Ingressou como Técnica do Tesouro Nacional em 17/03/1987 e depois assumiu em Manaus como AFRFB em novembro de 1991. Ao longo de quase 30 anos, já desempenhou várias atividades, sendo Conselheira no CARF por 2 mandatos, instrutora da ESAF, na área de comércio exterior desde 1994, e ainda nas Chefias de seções e unidades, tais como Aeroporto do Recife até Inspetora do Porto de Suape.

Que nunca me decepcionou,
que sempre com dignidade me tratou.
E até a tal da sonhada estabilidade nunca me faltou.
Mas foi com persistência e coragem,
que há mais de 25 anos, eu fiz uma opção,
e Ela me conquistou.
Até hoje me sinto envolvida
e muito comprometida.
Foram muitos os desafios,
mas para todos tenho uma boa história para contar,
que só agora posso compartilhar.



No nosso primeiro encontro, eu desabei a chorar,
porque na Informática não poderia mais trabalhar,
E assim, para me consolar,
me jogaram na malha fina para revisar.
Dos aeroportos e portos, muitas chegadas e partidas,
que, sorrindo ou chorando, irei sempre lembrar.
De Manaus não poderia esquecer,
porque fui para lá, mesmo sem querer,
mas como auditora-fiscal,
e da Receita Federal do Brasil, afinal!
Enfim, embora logo, logo,
meu Caso com a Receita vá terminar,
este Tributo de Amor não dá mais para sonegar!



O Juiz e o ITR

Raimundo Nonato Gregório da Costa

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Pau dos Ferros-RN

Ingressou na Receita Federal em 1995, tendo trabalhado na fiscalização aduaneira, arrecadação, fiscalização de tributos internos e atendimento, bem como prestado serviço para a corregedoria, via Escor02.

Aconteceu comigo certa vez
De ouvir um juiz muito enfezado
Reclamando com o colega do meu lado
E mais quatro provaram sua acidez
O meu chefe, para dar mais fluidez
E também percebendo o impasse
Me pediu que o caso analisasse
E ligeiro, para não dar mais atraso
Lá fui eu escalado para o caso
Faço, pois, para todos, o repasse



Comecei perguntando, bem ameno
Qual o caso que me traz Vossa Excelência
Já com raiva, e nenhuma paciência
Foi dizendo: não vou pagar, não, moreno!
Sem falar, lhe pedi, com um aceno
Que passasse sua documentação
Quando li, vi que não tinha razão
Expliquei de um modo comedido
Que o tributo não foi pago e era devido
Por quem compra sem constar a quitação

Mostrei, pois, o artigo cento e trinta
Que caía bem em cima da questão
Era caso de, não tendo a quitação
O que compra tem de pagar, sim, a finta
Percebendo que lhe apertei a cinta
Desculpou-se prontamente o magistrado
Repetiu, bastante envergonhado:
Que vergonha, teatro fazer não quis
Eu devia saber, pois sou Juiz
Obrigado, amigo, muito obrigado!



O lado social da Receita Federal

Emanuely Ferreira Ramos

Assistente Técnico-Administrativo - ARF/Itaperuna-RJ

Como Assistente Técnico Administrativo, onde trabalha meio-expediente no atendimento ao público e o restante fazendo serviços internos. As principais atividades são: emissão de DRF's; retificação de GPS's; cadastramento e alteração de matrícula CEI; conferir procuração; recepcionar e cadastrar pedidos de Diso; e dando orientações sobre assuntos pertinentes a RFB como imposto de renda.

O trabalho na Receita Federal é um serviço de cunho social
Pois o trabalho de tributação também tem a sua função
Muitas vezes temos que acalmar o contribuinte
Porque quando eles recebem uma notificação do Leão
Falta pouco para terem um ataque do coração
Isso acontece porque esquecem de olhar para o geral
Pois é com essa verba que se constrói até um hospital



O dinheiro arrecadado já tem convênio firmado
Entre Receita e município e também entre Receita e estado
O imposto que incide sobre a renda do cidadão não fica parado
nos cofres da União
Ele através de benefícios assistenciais retorna direta e indiretamente para a
população
E quem precisa de aposentaria por diversos motivos fins será custeado
em parte pelo Cofins

A verba do imposto arrecadado pela Receita Federal
é transferida para o tesouro nacional
Dentre suas destinações temos programas sociais
e também construções de conjuntos habitacionais
O repasse da verba é previsto pela Constituição
e alimenta o funcionamento da Administração
O Fisco tem previsão de arrecadar e
se fica aquém do planejado a economia pública corre o risco de afundar



O Otimista

Dalton de Pádua Felício

Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/São Sebastião do Paraíso-MG

Agente na ARF/São Sebastião do Paraíso/MG, ingressou na Receita Federal em 17/05/2001, na Agência de Mogi-Guaçu, na época, circunscricionada pela Delegacia de Campinas/SP. Em 27/06/2003 foi transferido para ARF/S.S. Paraíso através de concurso de remoção, e em 15/12/2005 foi designado agente da ARFSSP.

Gostaria de agradecer a gentileza de Valmir Paulino Benício, analista-tributário em exercício nesta agência, pela ilustração de sua autoria.



Eis que passando pelo CAC
Reparei a agradável atendente,
Seu contribuinte pitoresco
Numa prosa sorridente



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Satisfação na repartição

José Cláudio Lessa Santos Júnior

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Fortaleza-CE

Ingressou na Receita Federal em 05/02/1993. Coordenador da Equipe de Contencioso da DRF/FOR/Secat.

No domingo fui ao cinema, em busca de descontração,
Passava “TROPA DE ELITE”, um filme de muita ação.

Na segunda, no trabalho, cheguei cedo com empolgação,
Na entrada do SECAT, lá vinham eles na minha direção,
Oito oficiais de farda, todos com um papel na mão.

Instantaneamente lembrei-me do filme, com muita emoção,
Antes de falarem qualquer coisa, pus logo pra cima, a mão.

Foram dois segundos de silêncio e muita apreensão,
Mas logo veio um sorriso e uma voz com moderação.



Discutiam sobre o tal do ITR
Valor “justo” cobrado
Dez reais de tributos
E o direito sacramentado

Plantação de café
Nas montanhas das Minas Gerais
Produto de qualidade
“Nunca trocarei por canaviais”

Orgulho da profissão
Da mais alta tradição
Bebida fina e milenar
Para quem sabe apreciar

Eis que a alegre atendente
Diz toda irreverente
“Olha só, Fazenda Palmares”
“Tem apenas três hectares”

E com sorriso simplório
Chapéu e suspensório
Arremata o agropecuarista
“Tenho que ser otimista”



- Caímos na malha fina, procuramos uma solução!,
Respondi: - Venham comigo ao CAC, já, já lhe atenderão.

Meia hora depois, retornaram e agradeceram a informação,
Parece que resolveram, pois iam embora com satisfação.

E assim, segue o trabalho, todo dia na repartição,
Muita alegria e cordialidade, com toda a população.



Seguem-se os dias.

Assistente-Técnico Administrativo DRF/Campo Grande-MS
Roberto Manoel P...

Atua no setor de controle de Parcelamento Previdenciário da Sacat/DRF-Campo Grande-MS, 1ª RF, controlando, cobrando, ajustando guias, encerrando e encaminhando para inscrição de D.A.U. (junto a PGFN) parcelamentos previdenciários inadimplentes. Ingressou na Receita Federal em 2009.

E ele vai, dirige, levanta e se liga.
Liga seu computador;
Vê a tela, a notícia, o boletim informativo.

Lê e relê, notas, notes, leis,
Espera a atualização do sistema.
Tenta recordar a senha;

Toma seu café, e trabalho.
Trabalhos, listas, planilhas;
Sistemas e sistema de trabalho.



Pastas, nomes,
Números, endereços;
Pedido rejeitado,
Consolidados.

Trabalho feito, refeito,
Mesmo assim tão despeito;
Posto que já não se calam mais as vozes irresignadas.
Já vão tempos de casa rachada.

E o orgulho se torna pequeno,
Ante os altivos sopros de um passado,
Que talvez nunca o foi.

E seguem-se os dias,
De discórdia vencendo a concórdia,
De conversas já não mais sussurradas,
Dá-se lugar ao brandir das ideias;
Mas não há nenhuma que a todos acolha-se.

E se perde em corações,
o que se ganha serventia passageira!
E ele esquece, ó, homens,
Que não só de pecúnia alimenta as emoções.



Mas ele não abranda mais esse sentimento,
Que se aflora e perturba a todo momento.
Aqui, ali, acolá,
Todos na casa, em todo lugar.

Sentem que os dias seguem,
Perdidos como lamurias de fantasmas esquecidos.
Que já quase não lembram o porque fazei isto.

Seguem-se os dias,
Dia após dia, mas o trabalho não pode parar.
E apesar de tudo isso,
Amanhã, ainda será outro dia.





Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —